



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



CEPLAC/MAPA

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO - UG 130.010

E

AGREGADOS - UG 137.003

EXERCÍCIO

2013

BRASÍLIA – DF

Março 2014



DIRET/CEPLAC/MAPA - UG 130.010

E

FUNGECAU - UG 130.003

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO APRESENTADO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL QUE A UNIDADE ESTÁ OBRIGADA, NOS TERMOS DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCU Nº 63/2010, DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013, PORTARIA-TCU Nº 175/2013 E ORIENTAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.

Brasília – DF

Março/2014



SUMÁRIO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL	2
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013	2
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.....	8
CONTEÚDO GERAL do relatório de gestão	8
1 Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	9
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	10
1.1.1 Relatório de Gestão Agregado	10
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	12
1.3 Organograma Funcional.....	14
1.4 Macroprocessos finalístico	15
1.5 Macroprocessos de Apoio	15
1.6 Principais Parceiros.....	15
1.7 Introdução	16
2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013	18
2.1 Planejamento da unidade.....	19
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	39
2.2.1 Programa Temático.....	39
2.2.1.1 Análise Situacional	39
2.2.2 Objetivo	39
2.2.2.1 Análise Situacional.....	69
2.2.3 Ações.....	69
2.2.3.1 Ações – OFSS	69
2.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS.....	91
2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS.....	91
2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI.....	91
2.2.3.5 Análise Situacional.....	91
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão	91
3 Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	92
3.1 Estrutura de Governança	93
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	93
3.3 Remuneração Paga a Administradores.....	95
3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	95
3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	95
3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos	95
3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores	95
3.4 Sistema de Correição.....	95
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	95
3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	95
4 Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	96
4.1 Execução das despesas	97
4.1.1 Programação	97
4.1.1.1 Análise Crítica.....	97
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	98
4.1.3 Realização da Despesa	99
4.1.3.1 Desp. Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	99
4.1.3.2 Desp. Totais Por Modalidade de Contratação / Créditos Originários / Executados Diretamente pela UJ...100	



4.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	100
4.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento/Créditos Originários/Valores executados Diretamente pela UJ	100
4.1.3.5	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	100
4.1.3.6	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	101
4.1.3.7	Análise crítica da realização da despesa.....	101
4.2	Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	101
4.2.1	Análise Crítica	101
4.3	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	101
4.3.1	Análise Crítica	101
4.4	Transferências de Recursos	102
4.4.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	102
4.4.2	Quant. de Inst. de Transf. Celebrados e Val. Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	102
4.4.3	Info. sobre a P. de Contas Relativas aos Conv., Termos de Coop. e Cont. de Repasse.....	103
4.4.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	103
4.4.5	Análise Crítica	103
4.5	Suprimento de Fundos.....	103
4.5.1	Suprimento de Fundos – Desp. realizadas Conta Tipo “B” e Cartão de Crédito Corporativo	103
4.5.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	105
4.5.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	105
4.5.4	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	106
4.5.5	Análise Crítica	107
4.6	Renúncias sob a Gestão da UJ.....	107
4.6.1	Benefícios Financeiros e Creditícios	107
4.6.1.1	Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação.....	107
4.6.1.2	Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica	107
4.6.2	Renúncias Tributárias	107
4.6.2.1	Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação	107
4.6.2.2	Valores Renunciados e Contrapartida	108
4.6.2.3	Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário.....	108
4.6.2.4	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia.....	108
4.6.2.5	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária	108
4.6.2.6	Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária	108
4.6.2.7	Prestações de Contas de Renúncia de Receitas	108
4.6.2.8	Comunicações à RFB	108
4.6.2.9	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	108
4.6.2.10	Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal	108
4.6.2.11	Fiscalizações Realizadas pela RFB	108
4.6.2.12	Renúncia Tributária – Análise Crítica	109
4.7	Gestão de Precatórios	109
4.7.1	Requisições e Precatórios da Administração Direta	109
4.7.2	Requisições e Precatórios da Administração Indireta	109
4.7.3	Análise Crítica	109
5	Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	110
5.1	Estrutura de pessoal da unidade	111
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	111
5.1.1.1	Lotação.....	111
5.1.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada	111
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	112



5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções	112
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Idade	112
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	113
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	113
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	113
5.1.4.1	Classif. do Quadro de Serv. Inativos da UJ Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	113
5.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	114
5.1.5	Cadastramento no Sisac	114
5.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	114
5.1.5.2	Atos Sujeitos à comunicação ao TCU	114
5.1.5.3	Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	115
5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	115
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	115
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	115
5.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	115
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	116
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	116
5.2.2	Autorizações Expedidas pelo MPOG para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	116
5.2.3	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela UJ	116
5.2.4	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	118
5.2.5	Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	120
5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	120
6	Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	121
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	122
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	130
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	130
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	132
6.2.3	Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	138
6.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	140
7	Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.	141
7.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	142
7.1.1	Análise Crítica	143
8	Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	144
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	145
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	147
9	Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	150
9.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	151
9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	151
9.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	151
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI	151
9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	151
9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	151
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	151
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	151
9.4.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	151
9.4.2	Situação do Cumprimento das Obrigações	152
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	153



9.6	Alimentação SIASG E SICONV	153
10	Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	159
11	Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	160
	11.1 Medidas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	161
	11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	161
	11.2.1 Declaração Plena	161
	11.2.2 Declaração com Ressalva	165
	11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....	166
	11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976	166
	11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais	166
	11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida	166
	11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora.....	166
	11.6 Relatório de Auditoria Independente.....	166
12	Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	167
	12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	168
13	ANEXOS	170



LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 - Identificação – Relatório de Gestão Agregado.....	10
Quadro A.2.2.2 – Objetivo	39
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS.....	69
Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	93
Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas.....	97
Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	98
Quadro A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	99
Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	100
Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	101
Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	102
Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	102
Quadro A.4.4.2 – Resumo dos inst. celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	102
Quadro a.4.5.1 – desp. realizadas conta tipo “b” e por meio do cartão de crédito corporativo (série histórica)	103
Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	105
Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	106
Quadro A.4.6.2.2. - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida.....	108
Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	111
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	111
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da est. de cargos em comissão e fg da UJ.....	112
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12	112
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade.....	113
Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	113
Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	114
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	114
Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	114
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	115
Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	116
Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serv com locação de mão de obra	118
Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	120
Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários.....	120
Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	130
Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	135
Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ	138
Quadro A 6.3 – Dist. espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	140
Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	142
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	145
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	147
Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	151
Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	165



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 **CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO**



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.



1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Agregado

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação ou Supervisão: PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA - PR				Código SIORG: 26
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				Código SIORG: 14
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA CONSOLIDADORA E AGREGADORA				
Denominação completa: COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA				
Denominação abreviada: CEPLAC				
Código SIORG: 18	Código na LOA: 22101.20		Código SIAFI: 130010	
Natureza Jurídica: Administração Direta				
Principal Atividade: 84.11-6/00 – Administração Pública em Geral – Administração Pública, Pesquisa, Extensão Rural e Educação				Código CNAE: 72.10-0/74.90-1/85.42-2
Telefones/Fax de contato:	(61) 3966 3250	(61) 3966 3256/3287	(61) 3966 3282	
E-mail: diret@CEPLAC.gov.br				
Página na Internet: http://www.CEPLAC.gov.br				
Endereço Postal: Rua G – Setor Sudoeste – Campus do INMET / MAPA – CEP 70.680-900 - Cruzeiro – Brasília – DF.				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	Código SIAFI	CNPJ	Situação	Código SI-ORG
CEPLAC/DIRET	130.010	00396895/0088-86	Ativa	18
CEPLAC/FUNGECAU	137.003	00396895/0090-09	Ativa	18
CEPLAC/ENSINO/BA	130.008	00396895/0083-71	Ativa	88467
CEPLAC/BRAG/PA	130.031	00396895/0091-81	Ativa	72125
CEPLAC/ADM/BA	130.122	00396895/0082-90	Ativa	3754
CEPLAC/GERÊNCIA/ES	130.125	00396895/0078-04	Ativa	81293
CAPLAC/ADM/PA	130.126	00396895/0079-95	Ativa	3756
CEPLAC/GERENCIA/AM	130.127	00396895/0085-33	Ativa	81305
CEPLAC/ADM/RO	130.128	00396895/0089-67	Ativa	3755
CEPLAC/GERENCIA/MT	130.129	00396895/0086-14	Ativa	81305
CEPLAC/CENEX/BA	130.132	00396895/0081-00	Ativa	72194
CEPLAC/CEPEC/BA	130.133	00396895/0080-29	Ativa	72248
CEPLAC/ALTAMIRA/PA	130.134	00396895/0076-42	Ativa	81208
CEPLAC/SANTAREM/PA	130.135	00396895/0084-52	Ativa	81310
CEPLAC/SEREX/PA	130.136	00396895/0087-036	Ativa	81317
CEPLAC/ARIQUEMES/EMARC	137.043	00396895/0077-23	Ativa	81304



IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS AGREGADAS

Número de Ordem: 01

Denominação completa: FUNDO GERAL DO CACAU

Denominação abreviada: FUNGECAU / CEPLAC

Código SIORG: 18

Código na LOA: 22101.20

Código SIAFI: 137003

Situação: Ativa

Natureza Jurídica: Fundo

Principal Atividade: 84.11-6/00 – Administração Pública em Geral - Administração, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

Código CNAE:

72.10-0/74.90-1/85.42-2

Telefones/Fax de contato:

(061) 3966-3250

(061) 3966-3256/3287

(061) 3966-3282

E-mail: diret@ceplac.gov.br

Página na Internet: <http://www.ceplac.gov.br>

Endereço Postal: Rua G – Setor Sudoeste – Campus do INMET/MAPA – CEP 70.680-900 - Cruzeiro – Brasília/DF

Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas

Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas

A Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira – CEPLAC foi instituída pelo Decreto nº 40.987, de 20 de fevereiro de 1957, vinculada ao Ministério da Fazenda, com o objetivo específico de restabelecer o equilíbrio financeiro da lavoura.

È um Órgão específico e singular de pesquisa tecnológica em agricultura, assistência técnica e extensão rural vinculada à estrutura organizacional do MAPA, conforme Decreto nº 7.127, de 04/03/2010.

DECRETO Nº 40.987, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1957 - Institui o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira do País.

- A Instituição SEPLAN, inicialmente denominada “Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacaueira e posteriormente Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira”, foi criada em 25 de fevereiro de 1957 por meio do Decreto nº. 40.987, vinculada ao Ministério da Fazenda, com missão meramente bancária e finalidade de recompor a dívida dos cacauicultores do Sul da Bahia, para o que foi utilizado recurso financeiro do “Fundo dos Ágios”, gerenciado pela CEPLAC.
- Criação do fundo do cacau e o Decreto nº 539, de 23 de janeiro de 1962, ensejaram a ampliação dos processos que vinham sendo desenvolvidos e garantiram recursos suficientes para execução do modelo CEPLAC. Permaneceu até 1963 no estágio acima citado. A partir de 1964 o regime político foi alterado substancialmente e a CEPLAC assumiu novas características, ampliando seu campo de ação para as áreas técnica e científica.
- Em 1967, passou a subordinar-se ao Ministério da Agricultura, com base nos artigos 19, 20 e 21 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, tendo sua autonomia administrativa e financeira assegurada pelo Decreto nº 73.960, de 18 de abril de 1974.
- A partir do ano de 1989, quando foi editada a Resolução nº 1661 do Banco Central do Brasil, a CEPLAC deixou de arrecadar recurso financeiro para manutenção da sua estrutura, em função da extinção da cota das alíquotas do imposto de exportação incidente sobre os produtos de que trata o item I da Resolução nº 900, de 04.04.84.
- O regimento Institucional validado inicialmente com a Portaria nº 38, de 01/02/1999, o Regimento publicado no DOU de 05/02/1999 e posteriormente com o Decreto nº 5.351, de 21/01/2005, sendo que o Decreto foi publicado no DOU de 24/01/2005.
- Decreto Nº 7.127, de 04/03/2010 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dá outras providências.
- Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 – Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012 a 2015.
- Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012 – Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício financeiro 2012.
- Portaria nº 1.276 de 27 de dezembro de 2013 – Aprova o Regimento Interno da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.



Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI		Nome	
130.010		DIRET/CEPLAC	
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI		Nome	
13903		DIRET/CEPLAC	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
130.010	00001 13903	150	
137.003			
130.008			
130.122		150	181
130.132			
130.133			
130.031			
130.126		150	181
130.134			
130.135			
130.136		150	181
130.128			
137.043			
130.127		150	181
130.125		150	181
130.129		150	181

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

À COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA-CEPLAC, compete:

I - promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil, por meio de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia, formação e educação agropecuária, certificação e organização da produção;

II - planejar, apoiar e acompanhar ações de fortalecimento do setor produtivo considerando os arranjos locais, a ênfase em sistemas agroflorestais e a atração de investimentos;

III - promover e ampliar a competitividade e sustentabilidade dos segmentos do agronegócio, o aperfeiçoamento da lavoura cacaueira e desenvolvimento da produção de cacau no país;

IV - promover e melhorar as condições de vida das populações rurais e contribuir para uso racional dos recursos naturais nas regiões produtoras de cacau;

V - ampliar a renda agropecuária e gerar empregos nas regiões produtoras de cacau, por meio de desenvolvimento das atividades agrossilvipastoris, observando as relações de equilíbrio socioeconômico, a capacidade de uso intensivo de mão de obra e a sustentabilidade ambiental;

VI - administrar os recursos provenientes do Fundo Geral do Cacau - FUNGECAU;

VII - coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações pertinentes a sua área de competência;



VIII - propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas e específicas;

IX - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;

X - subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e

XI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado. Parágrafo único. Em face das disposições do inciso XI deste artigo, cabe à Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira implementar, em articulação com o competente órgão singular específico integrante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e consoante instrumentos técnicos ou normativos, ações de:

I - defesas sanitárias animal e vegetal;

II - classificação de produtos agropecuários;

III - fortalecimento do associativismo rural e cooperativismo;

IV - promoção de produtos destinados a novos mercados;

V - fomento de produtos agroenergéticos e da heveicultura;

VI - análise de risco climático para fins de zoneamento agropecuário;

VII - pesquisa agropecuária e inovação;

VIII - assistência técnica e extensão rural;

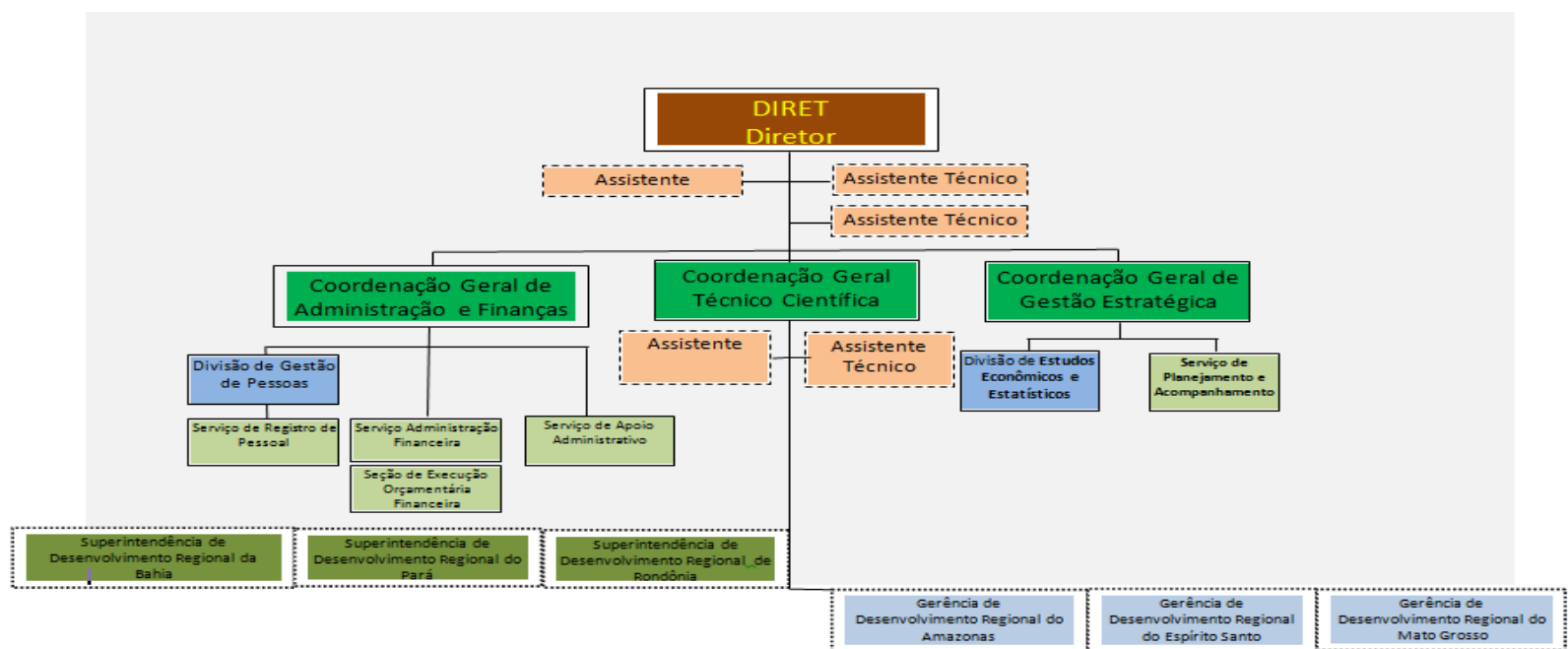
IX - política ambiental institucional;

X - implementar, monitorar e avaliar a Estratégia Institucional; e

XI - gestão e interfaces institucionais com órgãos federais e demais organismos nacionais e internacionais para a execução de programas e ações de cooperação técnica, científica e financeira em benefício das regiões produtoras de cacau.



1.3 Organograma Funcional





1.4 Macroprocessos finalístico

1. Incrementar a produção agropecuária com base na conservação produtiva;
2. Agregar valor à produção;
3. Ampliar a produção de agroenergéticos;
4. Fortalecer a agricultura familiar;
5. Promover a diversificação agropecuária regional;
6. Ser excelência em P&D;
7. Garantir Excelência em ATER e transferência de tecnologia;
8. Estimular o acesso ao crédito rural.

Todas as informações necessárias ao entendimento dos temas acima estão contidas no item 2 a seguir.

1.5 Macroprocessos de Apoio

1. Aprimorar os processos de gestão;
2. Implementar modelo institucional adequado;
3. Articular a execução de políticas públicas e parcerias complementares à ação da CEPLAC;
4. Aperfeiçoar a comunicação com o público externo;
5. Promover a readequação do quadro funcional;
6. Desenvolver e reter competências;
7. Garantir ambiente organizacional adequado;
8. Garantir recursos orçamentários para execução da estratégia;
9. Garantir sistemas de informação adequados à execução da estratégia.

Todas as informações necessárias ao entendimento dos temas acima estão contidas no item 2 a seguir.

1.6 Principais Parceiros

1. Agricultores;
2. Sociedade;
3. Organizações representativas;
4. Cooperativas;
5. Universidades;
6. Institutos Federais;
7. Bancos;
8. Órgãos públicos que atuam na área de ação;
9. Órgãos de controle;
10. Ministério da Agricultura.



1.7 Introdução

O presente instrumento relata as atividades executadas pela Ceplac, por meio das Unidades Descentralizadas, com sede em cinco Estados, onde atuam com ênfase na Pesquisa e Extensão Rural.

Enquadra-se no modelo de avaliação de entidades públicas e destaca o esforço empreendido no sentido de concretizar as metas sob sua responsabilidade, demandadas dos programas e ações de governabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Constitui-se meio de controle institucional e social, fornece informações de caráter econômico, financeiro, técnico e social referentes ao desenvolvimento das atividades agro econômicas nas áreas de atuação da Ceplac.

Descreve os atos e fatos institucionais com base no Anexo 1 da DN TCU nº 127/2013, que determina aos Órgãos da administração direta do Poder Executivo atender o que solicitam os itens descritos nos quadros ali identificados. Neste particular, coube à Ceplac responder o que solicitam os itens indicados no quadro abaixo, motivo porque os demais itens e quadros apresentados por meio da Portaria - TCU nº 175, de 9 de julho de 2013 não foram utilizados na elaboração do instrumento.

b) Órgãos da administração direta do Poder Executivo.2013	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	2.1	2.2	2.3	2.4
	3.1	3.2	3.4	3.5	3.6	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5
	4.6	5.1	5.2	6.1	6.2	7.1	8.1	8.2	8.3	9.1
	9.2	9.3	9.4	9.5	9.6	10.1	10.2	10.3	11.1	11.2
	12.1									

Na consecução das atividades de sua responsabilidade foram registradas diversas situações que inibiram ou prejudicaram os resultados alcançados, seja de ordem legal ou imprevisibilidade, com significativo impacto no produto esperado pela sociedade onde atua.

Principais entraves:

1. Inexistência de estrutura organizacional e remuneratória condizente com a complexidade da instituição, fato registrado e que se repete em versões anteriores de Relatórios de Gestão;
2. Recursos financeiros e orçamentários atrelados a decisões governamentais e liberações do MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (contingenciamento);
3. Abismo criado pelo continuado egresso de pessoas do quadro de servidores, sem nenhuma recomposição, notadamente de profissionais das áreas de pesquisa e extensão, na sua maioria mestres e doutores, que além de desfalcarem o contingente levam consigo o conhecimento acumulado, haja vista que não há pessoas e tempo suficiente para transferência do conhecimento acumulado e, em sua maioria, financiado pelo Estado.

No decorrer do exercício 2013 ocorreram afastamentos diversos, aposentadoria e/ou morte de servidores. Este fato deixou a Ceplac com um universo efetivo de 1929 servidores em



31/12/2013, com perda de 81 colaboradores em relação ao ano de 2012 e de 104 em relação ao ano de 2011, agravado pelo fato de que 625 destes servidores estão com idade superior a 60 anos e 1.069 recebem abono de permanência, aptos à aposentadoria. Considerando a possibilidade do uso do direito adquirido de aposentar-se, a instituição corre o risco de dispor de apenas 860 servidores para conduzir os projetos e ações constantes no Planejamento Estratégico em 2014, fato que a levará à falência por falta de pessoas.

4. Inexistência de ferramental de gestão adequada à sistemática de governança descentralizada adotada pela Ceplac, trás diversas dificuldades no que diz respeito à possibilidade de eliminar riscos e garantir conformidade com normas e instrumentos legais.

Sustentada pelo esforço empreendido por toda a equipe, a meta prevista para as atividades carro chefe institucional (pesquisa e difusão) foi atingida em 123% e 84,85%, respectivamente (Quadro 01).

Registre-se que o desempenho alcançado na área de extensão rural está intimamente ligado às intempestividade e limitações interpostas pelo aporte de recursos orçamentário-financeiros, instrumental de trabalho, quadro de pessoal, política creditícia pública, preço aviltado para produtos/matérias-primas e precária gestão do negócio agropecuário.

Para financiamento das ações institucionais foram previstos de R\$ 31.980.095,00 (trinta e um milhões, novecentos e oitenta e mil, noventa e cinco reais). Desses foram repassados R\$ 22 milhões (redução de 29% em relação ao ano de 2012), com o agravante de que só 10,5 milhões foram disponibilizados até novembro de 2013, conforme demonstrado no gráfico 01, anexo.

Dentro da estrutura de Unidades Gestoras vinculadas à UG 130.010 ainda está registrada a UG 130.008, porém sem nenhuma movimentação orçamentária e financeira. Esta unidade tratava de assuntos ligados às Escolas Médias – EMARCs, cujas atividades foram transferidas para gestão dos Institutos Federais de Ensino nos respectivos Estados.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013



2.1 Planejamento da unidade

a) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade:

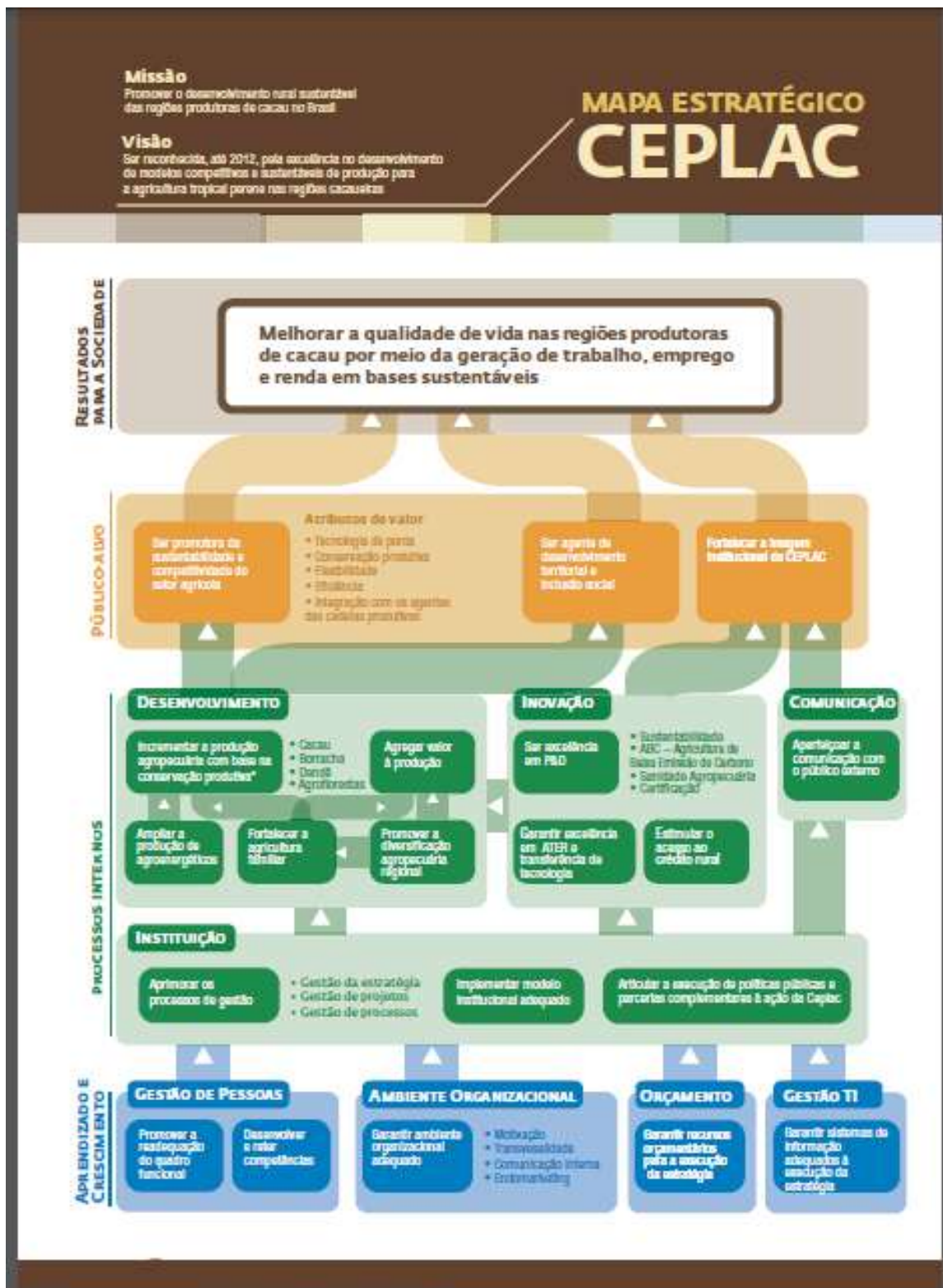
O Plano de Gestão Estratégica da CEPLAC, órgão singular específico, na ótica interna, se fez necessário devido à reestruturação do Ministério da Agricultura, após o Decreto 5.351 de 24/01/2005, que criou a Assessoria de Gestão Estratégica – AGE e consequente necessidade de adequação ao Plano Estratégico do MAPA, elaborado em 2006 e revisado em 2009. Mais recentemente, dado ao processo de reestruturação dos programas, objetivos, iniciativas, ações, etc., do Plano Plurianual – PPA coordenada pelo MPOG, em 2011.

Na ótica externa, tendo em vista a necessidade de adequação às novas demandas da sociedade regional, em conformidade com suas respectivas competências constitucional, legal ou normativa, prevista no Decreto Nº 40.987, de 20 de fevereiro de 1957, de criação da CEPLAC; Do Decreto-Lei Nº 200, de 25/02/1967, de vinculação da CEPLAC ao MAPA; Do Decreto Nº 86.179, de 06/07/1981, que institui o Fundo Geral do Cacau - FUNGECAU. E finalmente, da Portaria Nº 1.276, de 27/12/2013 do-Mapa, publicada na seção 1, pág. 69, que regulamenta o Regimento da CEPLAC.

O Plano tem uma interface direta com os programas temáticos e de gestão do Plano Plurianual – PPA 2012/2015, e está alinhado com as iniciativas e ações planejadas para atingir os objetivos estabelecidos para o exercício em análise. Portanto, para manter o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil, a CEPLAC com o apoio técnico da equipe da AGE/MAPA, contratou os serviços de uma empresa de consultoria externa, e adotou o método básico do Balanced Scorecard (BSC), modelo de planejamento desenvolvido pelos professores: Robert Kaplan e David Norton da Universidade de Harvard Business School, que inclui não só o planejamento da estratégia de uma organização, como também o acompanhamento da sua execução através de um quadro de indicadores de desempenho relacionados aos objetivos estratégicos.

O método “BSC” pode ser resumido na seguinte equação: **Resultado = Descrição da Estratégia + Mensuração da Estratégia + Gestão da Estratégia**. Assim os chamados “Resultados Estratégicos da CEPLAC - MAPA” foram concebidos visando facilitar a compreensão da estratégia pela Alta Liderança em determinado período. Sua lógica se dá a partir das contribuições previstas nos Painéis de Contribuição da Unidade – PDUs, de cada unidade descentralizada, ou seja, representa um fim ou meta a ser atingido e, para isso, conta com um conjunto de indicadores e projetos. Cujas execuções dos projetos geram produtos e serviços que contribuem para alcançar os resultados estratégicos e, conseqüentemente, os objetivos estratégicos a eles relacionados.

A elaboração e definição do Mapa Estratégico a seguir permitiu identificar e mapear os principais objetivos estratégicos da CEPLAC.





É importante ressaltar que a metodologia compreende conceitos fundamentais de transversalidade e relações de causa e efeito. Isso significa que os temas contemplados no Mapa Estratégico são os “pilares da estratégia” e permitem que as unidades descentralizadas, auxiliem a organização a estabelecer foco no alcance da “visão” e abrangem um conjunto de objetivos interligados. Adicionalmente, as relações de causa e efeito, representadas pelas setas no Mapa, definem a cadeia lógica pela qual a “visão” será alcançada e apresentam como a estratégia é um conceito integrado. Por essa razão, o alcance dos Objetivos Estratégicos não é responsabilidade de apenas uma unidade, mas sim do conjunto de todas as unidades, que contribuem para o alcance dos objetivos.

O planejamento para esse ciclo de gestão, além de traduzir a estratégia em objetivos mais claros, passíveis de comunicação, direcionam comportamentos, desempenhos e, promove o alinhamento entre os diversos planos. Esse esforço se alinha às orientações estratégicas do Governo Federal, definidas no Plano de Gestão do MAPA.

A expectativa é que esse instrumento sirva de ferramenta gerencial básica para assegurar eficiência, eficácia, economicidade e efetividade ao processo decisório. O que requer uma implantação dos instrumentos de gestão estratégica, assim como, para a área de acompanhamento tático e execução operacional, no prazo e desafios estabelecidos, em conformidade com o Mapa Estratégico. O qual identifica além de sua Missão e Visão, os objetivos na perspectiva dos resultados para a sociedade, para o público alvo, processos internos, Aprendizado e conhecimento.

Resumido, esse processo iniciou com a reestruturação do MAPA em 2005, do PPA em 2011 e, contratação da empresa de consultoria no quarto trimestre de 2011. Manteve-se em fase de elaboração em 2012, iniciou o processo de reestruturação programática das suas atividades e projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação de Tecnologia – PD&I e GESTÃO em 2013, visando o realinhamento ao Plano Estratégico da CEPLAC, do MAPA e ao novo ciclo do PPA. Com o horizonte de tempo previsto até o ano de 2022.

b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA:

A vinculação do plano da unidade no que tange aos objetivos estratégicos da **área FIM**, nas perspectivas: da **SOCIEDADE, do PÚBLICO ALVO**, e dos **PROCESSOS INTERNOS** pertinentes aos temas da área de **DESENVOLVIMENTO e INOVAÇÃO**, estão alinhados, diretamente, com suas respectivas **competências constitucionais, legais ou normativas** do órgão da área **FIM**. Tais objetivos representam o impacto efetivo e direto da execução das políticas públicas de responsabilidade da CEPLAC junto ao público alvo externo. Está respaldado no Decreto Nº 40.987, de 20 de fevereiro de 1957, de criação da CEPLAC; Do Decreto-Lei Nº 200, de 25/02/1967, de vinculação da CEPLAC ao MAPA; Do Decreto Nº 86.179, de 06/07/1981, que institui o Fundo Geral do Cacau - FUNGECAU. E finalmente, da Portaria Nº 1.276, de 27/12/2013 do Mapa, publicada na seção 1, pag. 69, que regulamenta o Regimento da CEPLAC.

Quanto à vinculação do plano aos objetivos estratégicos da **área MEIO**, nas perspectivas, dos **PROCESSOS INTERNOS**, no contexto nas áreas de **COMUNICAÇÃO** e da **INSTITUIÇÃO**. E ainda, na **PERSPECTIVA DO APRENDIZADO E CRESCIMENTO**, nos contextos na área de **GESTÃO DE PESSOAS, AMBIENTE ORGANIZACIONAL, ORÇAMENTO e GESTÃO DE TI**, estão alinhados, diretamente, com suas respectivas atribuições de **competências legais ou normativas** do órgão da área **MEIO** de Gestão do PPA. Esses objetivos representam o esforço na área de gestão, portanto têm uma relação direta com os meios através dos quais as políticas públicas serão realizadas. Dessa forma, esses objetivos estratégicos, têm uma relação direta com os assuntos de sua competência da área **MEIO**. E está também, respaldando-nos mesmos instrumentos legais mencionados anteriormente.



O Plano Estratégico da **CEPLAC** elaborado em 2012 e encontra-se em fase de implantação dos instrumentos de gestão estratégica, na seguinte estrutura:

1. MISSÃO: Promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil.

2. VISÃO DE FUTURO: Ser reconhecida, até 2022, pela excelência no desenvolvimento de modelos competitivos e sustentáveis de produção para agricultura tropical perene nas regiões cacaueiras.

Ao revisar sua missão e visão de futuro, foi adotado como premissa, em primeiro lugar, vincular-se as suas competências constitucional, legal ou normativa. Em segundo, alinhar-se ao novo ciclo da estrutura do Plano Plurianual - PPA 2012/2015 do Governo Federal. E em terceiro, alinhar-se ao Plano Estratégico do Mapa, em função da vinculação formal ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

3. MAPA ESTRATÉGICO: Sintetizado em 21 objetivos estratégicos distribuídos em 4 tipos de perspectivas, que propõem uma visão equilibrada entre a demanda do público externo junto à organização e os meios e as condições necessárias para atender as respectivas demandas.

3.1. Na PERSPECTIVA DA SOCIEDADE: Reúne os objetivos estratégicos relacionados ao que a CEPLAC/MAPA pretende atingir no horizonte das perspectivas dos resultados para a sociedade regional. 1 - Melhorar as condições de vida nas regiões produtoras de cacau por meio da geração de trabalho, emprego e renda em bases sustentáveis.

3.2. Na PERSPECTIVA DO PÚBLICO ALVO: Agrega um conjunto de objetivos estratégicos a serem atingidos pela instituição para ter o reconhecimento dos parceiros na esfera dos: três poderes, em nível federal, estadual e municipal; entidades nacionais e internacionais; e do agronegócio regional (“*stakeholders*” diretos e indiretos). Contemplando os seguintes objetivos: 2 - Ser promotora da sustentabilidade e competitividade do setor agrícola; 3 - Ser agente de desenvolvimento territorial e inclusão social e ainda, 4 - Fortalecer a imagem institucional da CEPLAC.

3.3. Na PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS: agrupa os objetivos estratégicos que terá que alcançar para atender a cada um dos atributos de valor retratados na perspectiva anterior. Foca os desafios relativos aos processos da organização em que terá de ter excelência para garantir a satisfação dos públicos de interesse e, conseqüentemente, que agrupa os que a instituição terá de alcançar seu reconhecimento. Esta perspectiva foi dividida em quatro temas:

Tema 3.3.1. No contexto na área de **DESENVOLVIMENTO** contemplou os objetivos: 5 - Ampliar a Produção Agropecuária com base na conservação produtiva; 6 - Agregar valor à produção; 7 - Ampliar a produção de agroenergético. 8 - Fortalecer a agricultura familiar; e 9 - Promover a diversificação agropecuária regional.

Tema 3.3.2. No contexto da área de **INOVAÇÃO** contemplou os objetivos: 10 - Ser excelência em PD&I; 11 - Garantir excelência em ATER e transferência de tecnologia; 12 - Estimular o acesso ao crédito rural;

Tema 3.3.3. No contexto da área de **COMUNICAÇÃO** contemplou os objetivos: 13 - Aperfeiçoar a comunicação com o público externo;

Tema 3.3.4. No contexto da **INSTITUIÇÃO** contemplou os objetivos: 14 - Aprimorar os processos de gestão; 15 - Implementar modelo institucional adequado; 16 - Articular a execução de políticas públicas e parcerias complementares a ação da CEPLAC,



3.4. Na PERSPECTIVA DE APRENDIZADO E CRESCIMENTO: congrega os objetivos estratégicos que focam o desenvolvimento das pessoas, a estruturação da instituição, assim como suas tecnologias que servem de base para execução dos processos organizacionais. Esta perspectiva foi dividida em quatro temas: Esses objetivos, não tem uma relação direta com sua competência legal e sim, com a área meio do processo de Gestão prevista no PPA e em função da vinculação formal ao Programa de Gestão do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Tema 3.4.1.No contexto na área de **GESTÃO DE PESSOAS** contemplou os objetivos:17 - Promover a readequação do quadro funcional; e Desenvolver e reter competências.

Tema 3.4.2.No contexto na área de **AMBIENTE ORGANIZACIONAL** contemplou o objetivo:18 - Garantir ambiente organizacional adequado: Motivação; Transversalidade; 19 - Comunicação Interna e Endomarketing.

Tema 3.4.3.No contexto na área de **ORÇAMENTO** contemplou o objetivo: **20** - Garantir recursos orçamentários para a execução da estratégia.

Tema 3.4.4. No contexto na área de **GESTÃO DE TI** contemplou o objetivo: 21 - Garantir sistemas de informação adequados à execução da estratégia.

4. Plano Diretor das Unidades - PDUs: Contêm as contribuições das unidades para o Plano Diretor Corporativo da CEPLAC, que são as estratégias das unidades para garantir seu bom desempenho e seu crescimento de modo alinhado com Planejamento Estratégico. Os PDUs precisam ser aperfeiçoados. Assim como, é necessário implantar um processo contínuo de gestão da estratégia, para que os dirigentes possam dar continuidade às ações que permitam o alcance de metas de médio e longo prazo. Conforme atribuídas pelo **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, GABINETE DO MINISTRO, PORTARIA Nº 1.276, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.**

c) Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos:

Os principais objetivos estratégicos da CEPLAC no exercício em análise são aqueles relacionados diretamente com as ações prioritárias estabelecidas no Plano de Ação Estratégico. Portanto, são principais objetivos estratégicos traçados, em conformidade com as **PERSPECTIVAS da: SOCIEDADE, PÚBLICO INTERESSADO, PROCESSOS INTERNOS, APRENDIZADO E CRESCIMENTO**, são:

- **Objetivos estratégicos**
- **Resultados para Sociedade**
- **Melhorar a qualidade de vida nas regiões produtoras de cacau por meio da geração de trabalho, emprego e renda em bases sustentáveis.**

Busca a elevação dos níveis de qualidade de vida das populações e em particular das famílias de produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau do Brasil, através de ações de fortalecimento da economia local. Como exemplo, dinamização das cadeias produtivas agrícolas regionais e articulação de políticas públicas de inclusão social e produtiva, em bases sustentáveis.

- **Público alvo**
- **Ser promotora da sustentabilidade e competitividade do setor agrícola.**

A competitividade e sustentabilidade do setor agrícola das regiões produtoras de cacau do Brasil estão associadas ao recorte regional de atuação da CEPLAC, onde se inserem os Biomas: Mata Atlântica e Floresta Amazônica, receptores dos agrossistemas cacau e cultivos integrados, bem como da



matriz tecnológica e da base de organização da produção. Integração com os agentes das cadeias produtivas, tecnologia de ponta e conservação produtiva são atributos essenciais.

- **Ser agente de desenvolvimento territorial e inclusão social.**

Articular a base de representação dos segmentos públicos e sociedade civil junto aos colegas de cada território e promover a organização da produção junto às famílias agricultoras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais assistidos. Os quais estão, localizados nos 22 territórios cacaueiros situados nos Biomas de Mata atlântica e Floresta Amazônica, tendo como eixo a integração de políticas públicas de inclusão social e produtiva, em bases sustentáveis.

- **Fortalecer a imagem institucional da CEPLAC**

Promover, tanto no ambiente interno como externo, o fortalecimento da imagem institucional do órgão destacando o nível de excelência, das ações e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. Realçar a imagem da CEPLAC junto à sociedade em geral, visando acima de tudo, divulgar seu papel, o conhecimento científico e, resultados alcançados no fortalecimento do agronegócio nas regiões produtoras de cacau do Brasil.

- ✓ Processos Internos
- ✓ Desenvolvimento
- ✓ Incrementar a produção agropecuária com base na conservação produtiva de
- ✓ Cacau;
- ✓ Borracha;
- ✓ Dendê e
- ✓ Agroflorestais.

Objetiva aumentar a renda média marginal das regiões produtoras de cacau do Brasil, por meio de aumento da produtividade, expansão da área produtiva, agregação de valor às matérias-primas, produtos e derivados e, promoção dos produtores aos demais elos da cadeia produtiva. A revitalização da cacauicultura no Brasil estará realçada em dois flancos definidos pelo Programa para o próximo ciclo do PPA: de um lado os esforços para recuperação do parque produtivo da Bahia e Espírito Santo, com potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa pela melhoria da produtividade e qualidade dos produtos. Por outro lado, os estados do Norte que tem registrado franca expansão de crescimento da área colhida e plantada, tem-se a expectativa de incremento da área em torno de 10 mil hectares/ano de cacaueiros implantados até o final do ciclo do próximo PPA. O cumprimento dessas metas propostas consolidará a posição do Brasil no rol dos países produtores, segundo a dinâmica do mercado internacional de cacau, com perspectiva de aumento de produtividade nacional para o patamar de 480 kg/ha/ano e superação das 380 mil toneladas/ano, ao final do ciclo do próximo PPA.

- **Agregar valor à produção**

A agregação de valor ao cacau continuará a ser prioridade através da difusão de tecnologia de processamento, com fomento a investimentos da iniciativa privada em fábricas de chocolate, bem como através de parcerias com os produtores rurais para garantir maior produtividade, produção e matéria-prima de qualidade. Consoante este esforço, a certificação orgânica e indicação de origem serão fomentadas, assim como a produção de cacau fino de qualidade Premium.

A tática para agregação de valor à cadeia do cacau se expressa na referência de tecnologia de produtos e de processos já desenvolvidas pela CEPLAC, bem como nos avanços na área de equipamentos, com vistas à replicagem de unidades com porte adequado para cooperativas de produtores rurais. Buscando gerar e oferecer novas perspectivas de saída da condição de exportador de amêndoa para produtor de chocolate. Em paralelo estão sendo desenvolvidos esforços para elevação dos níveis de qualidade



da produção, visando garantir e proporcionar novas formas de agregação de valor aos produtos e gerar novos nichos e oportunidades de negócio.

- **Promover a diversificação agropecuária regional**

Apoio às cadeias produtivas complementares: fruticultura, palmiteiros, apicultura, seringueira e pecuária. Objetiva integrar e promover novos arranjos produtivos, com foco nos níveis de eficiência produtiva, qualidade dos produtos e verticalização da produção.

- **Fortalecer a agricultura familiar**

Consiste na promoção e inclusão produtiva da agricultura familiar, e desenvolvimento territorial rural por meio da ampliação e qualificação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural junto às famílias agricultoras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais assistidos nos 22 territórios cacaueiros situados nos Biomas de Mata Atlântica e Floresta Amazônica. O atual contexto do campo brasileiro tem influenciado sobremaneira o crescimento das demandas de organização social e produtiva da agricultura familiar, considerando o assessoramento e assistência técnica na agropecuária, agroindústria e comercialização, bem como na ampliação do acesso aos programas e políticas públicas conquistadas por esse importante segmento.

- **Ampliar a produção de agroenergéticos**

Desenvolvimento de estudos e ações de melhorias e otimização do agronegócio dendê, voltados para consolidação da agricultura familiar e médias propriedades agrícolas, visando atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização de óleo, especialmente como matéria-prima para produção de biodiesel nas regiões cacaueiras do Brasil. Contribuirá com a expansão de cultivos agroenergéticos e de fontes renováveis para as regiões produtoras de cacau, assim como para a matriz energética do Brasil.

- ✓ Inovação
- ✓ Ser excelência em PD&I
- ✓ Sustentabilidade
- ✓ ABC – Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
- ✓ Sanidade agropecuária
- ✓ Certificação

A busca pela excelência em PD&I consiste no desafio de aumentar a eficiência técnica e produtiva nas regiões produtoras de cacau e tem como requisito na ação principal da CEPLAC, gerar e desenvolver tecnologias sustentáveis para o desenvolvimento agrossilvipastoril nas regiões produtoras de cacau do Brasil.

- **Garantir excelência em ATER e transferência de tecnologia**

A ação extensionista rural desenvolvida pela CEPLAC nos territórios rurais das regiões cacaueiras do Brasil tem revelado forte inserção junto às comunidades rurais, em especial nos segmentos antes identificados como de pequena produção e que atualmente compõe espectro mais amplo denominado agricultura familiar. Este esforço consiste em modalidade de exploração vegetal e/ou animal socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Conforme CAPORAL; RAMOS, 2010, este campo de conhecimento adota conceitos e princípios da agroecologia no manejo e desenho de agrossistemas sustentáveis. Além de orientação para os aspectos ecológicos, econômicos, agrônômicos, sociológicos e antropológicos, incorpora também as dimensões sociais, culturais, políticas e éticas. Os processos de difusão, transferência e adaptação de tecnologias agrícolas devem estar focados nos resultados e avaliados por meio da eficiência técnica e produtiva.



- **Estimular o acesso ao crédito rural**

Fortalecer o acesso ao crédito rural como instrumento de inclusão produtiva sustentável nos territórios rurais circunscritos às regiões produtoras de cacau, de forma articulada com outras políticas de inclusão social e delineadas para a superação da extrema pobreza ainda presente no campo. As políticas de crédito devem estar associadas à eficiência produtiva e resultados para os produtores, bem como à oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura nos territórios rurais, abordagem estratégica para o desenvolvimento rural sustentável e promoção de políticas públicas integradas nos níveis federativo, setorial e escalar.

- **Comunicação**
- **Aperfeiçoar a comunicação com o público externo**

O objetivo de desenvolver canais de comunicação com o público externo de interesse, nos dois sentidos, para fora e para dentro, visa captar as reais necessidades dos clientes, incrementar e divulgar os programas e ações executados pela CEPLAC.

- **Instituição**
- **Aprimorar os processos de gestão**
- **Gestão da estratégia**
- **Gestão de projetos**
- **Gestão de processos**

O aprimoramento dos processos de gestão e da governança corporativa não se concentra apenas em disciplinar as relações entre as diversas áreas de uma organização e o ambiente externo. A implementação das boas práticas de governança corporativa possibilita uma gestão mais profissionalizada e transparente, diminuindo a assimetria informacional, minorando problemas e procurando convergir os interesses de todas as áreas temáticas, buscando promover a eficiência de mecanismos e processos (boas práticas) para o rito da administração e criação de valor. O ajuste de processos organizacionais tem como foco os princípios de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade e buscam aperfeiçoar o fluxo de informação e enfrentamento de desafios dentro e fora do órgão, para facilitar a tomada de decisão, em apoio ao alcance da estratégia.

- **Implementar modelo institucional adequado**

O projeto prevê a reformulação da competência institucional, a adequação da estrutura organizacional e o resgate da autonomia compatível com suas atribuições e responsabilidades. Em termos programáticos, incorporam-se novas ações, imprescindíveis ao alcance pleno da nova missão institucional. No aspecto operacional, avança para valorizar as ações compartilhadas, através de parcerias com outros organismos governamentais e do terceiro setor, cujas competências sejam demandadas para a consecução dos objetivos estabelecidos. Propõe-se conferir à nova CEPLAC personalidade jurídica de autarquia, na forma de um instituto, com capacidade de autoadministração sob controle do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Tal personalidade faculta ainda a possibilidade de buscar-se a qualificação de Agência Executiva, o que certamente facilitaria sobremaneira a nova instituição adaptar-se às alterações de cenário, atendendo as demandas e expectativas de seus clientes e usuários, atuais e potenciais.



- **Articular a execução de políticas públicas e parcerias complementares à ação da CEPLAC.**

Otimizar as ações transversais de governos, no âmbito Federal, Estadual, Municipal e entidades afins, visa à indução, formulação e promoção de políticas públicas junto ao MAPA e outros Ministérios, voltadas a fortalecer, projetar e dar maior visibilidade às ações diretas da CEPLAC, bem como de entidades afins da iniciativa privada, que contemplem as especificidades do ambiente institucional e organizacional das regiões produtoras de cacau do Brasil.

- **Aprendizado e Crescimento**
- **Gestão de Pessoas**
- **Promover a readequação do quadro funcional**

O objetivo de renovação do quadro funcional nos diversos níveis de conhecimento técnico da CEPLAC é atualizar e renovar o quadro de pessoal, que está sem contratação desde 1988. Esse esforço visa em caráter de urgência e no curtíssimo e médio prazo, a realização de concurso público e promoção da integração dos novos servidores com os atuais e, conseqüentemente, preservar, assegurar e manter transferência de conhecimento acumulado há mais de meio século, sobre a economia do cacau do Brasil.

- **Desenvolver e reter competências**

O objetivo de desenvolver e manter as competências existentes no quadro de pessoal com programas de capacitação, transferência de conhecimentos, visa à integração dos servidores, compatível com a missão e visão de futuro da organização. Seguindo o exemplo do MAPA, desenvolver continuamente competências, de forma a adequá-las, quantitativa e qualitativamente, às necessidades da CEPLAC, bem como estimular a retenção dos quadros qualificados.

- **Ambiente Organizacional**
- **Garantir ambiente organizacional adequado**
- **Motivação; Transversalidade; Comunicação Interna e Endomarketing.**

Um ambiente organizacional adequado, além de requerer estrutura compatível com as mudanças e demandas inerentes ao aperfeiçoamento dos processos de gestão alinhados com a estratégia, requer no plano da administração de pessoas, atributos relativos à motivação, transversalidade e comunicação interna, além do desenvolvimento intenso no processo de endomarketing.

- **Orçamento**
- **Garantir recursos orçamentários para a execução da estratégia**

O objetivo de garantir recursos orçamentários visa manter e buscar novas formas de financiar a execução da estratégia, quer seja por meio de orçamento tradicional ou buscando meios alternativos, maximizando a captação através de outras fontes de recursos e parcerias interinstitucionais.

- **Gestão de TI**
- **Garantir sistemas de informação adequados à execução da estratégia.**

O objetivo de aperfeiçoar a gestão de informação visa incrementar o desenvolvimento de sistemas de TI, alinhados à gestão da estratégia e às necessidades dos processos críticos nos níveis estratégico, tático e operacional.



Iniciativas e/ou projetos contemplados no estratégico, a serem implementadas a médio e longos prazos, para assegurar a realização dos objetivos estratégicos:

As iniciativas e ou projetos estratégicos indicam, em linhas gerais, as ações a serem implementadas a longo e médio prazos para assegurar a realização dos objetivos estabelecidos no mapa estratégico e para preencher as lacunas existentes entre o desempenho atual da organização e a situação desejada. As iniciativas traçadas impactam, de forma diferenciada, os objetivos estratégicos da organização.

- Aumento da produção e produtividade da cacauicultura nacional em bases sustentáveis;
- Melhoria da qualidade e agregação de valor à produção de cacau;
- Valorização do cultivo do cacaueteiro em várzeas na Amazônia Brasileira;
- Aumento da produção e produtividade da dendeicultura em bases sustentáveis;
- Processamento local da produção e melhoria da qualidade do óleo de palma nas regiões produtoras na Bahia;
- Otimização de equipamentos para processamento da produção em pequena escala;
- Melhoria da infraestrutura botânica para produção de propágulos;
- Aumento da produção e produtividade da heveicultura em bases sustentáveis;
- Melhoria da qualidade e verticalização da produção de borracha natural;
- Incremento sustentável da produção de borracha natural em seringais nativos da Amazônia;
- Apoio às cadeias produtivas complementares (fruticultura; palmiteiros e apicultura);
- Aumento da eficiência técnica e produtiva nas regiões produtoras de cacau – PROPES-QUISA;
- Modernização da gestão da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC;
- Geração e transferência de tecnologias sustentáveis;
- Ampliação e modernização da infraestrutura física de apoio à geração e difusão de tecnologia;
- Controle e prevenção de pragas endêmicas e quarentenárias;
- Desenvolver potencialidades agroenergéticas das regiões produtoras de cacau;
- Inclusão produtiva da agricultura familiar e desenvolvimento territorial por meio de ATER;
- Desenvolver e adaptar tecnologias de processamento e equipamentos para pequenas plantas.
- Fortalecimento do associativismo e cooperativismo.
- Qualificação da mão-de-obra das cadeias produtivas regionais.
- Plano de reorientação institucional da CEPLAC.
- Plano de comunicação institucional.



- Plano de carreira.
- Estruturação do concurso público.
- Desenvolvimento de pessoas.
- Melhoria do clima organizacional.
- Captação de recursos externos.
- Modernização da tecnologia da informação da CEPLAC.

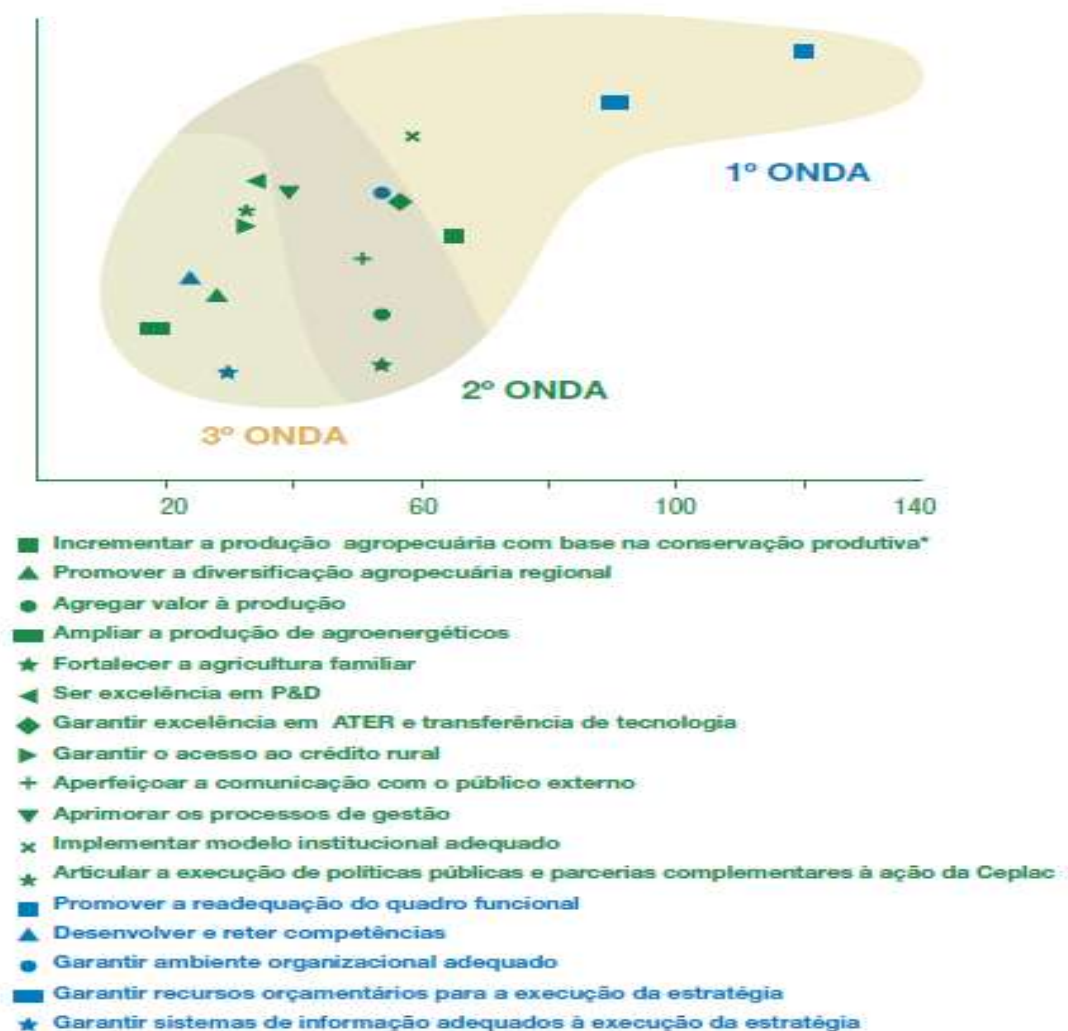
A elaboração e definição da matriz de impactos permitiu identificar o grau de impacto das iniciativas sobre os objetivos estratégicos da CEPLAC, relacionados acima.



A Matriz dos Objetivos estratégicos versus as Iniciativas estratégicas, foi construída a partir da análise de impacto das iniciativas sobre os objetivos acima. A priorização das iniciativas quanto à urgência e desafio foi obtida através de uma dinâmica envolvendo os servidores da CEPLAC em seminários e ou oficinas nas regionais, que gerou o início do desdobramento da estratégia.

Esta priorização requereu um exercício de pontuação dos objetivos estratégicos nos critérios de urgência e grau de desafio para o alcance dos mesmos. De acordo com a pontuação alcançada, deu-se origem a definição de ondas e ou etapas de implementação das iniciativas como segue abaixo.

ETAPAS OU ONDAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA:





Estratégias de atuação adotadas para alcançar os objetivos estratégicos

Como estratégias de atuação para aperfeiçoar o processo de gestão, identificaram-se os pontos fracos e fortes, as principais limitações internas e as ameaças externas, para alcançar os objetivos estratégicos. Estão sendo elaborados planos projetos e buscando melhorar seus processos internos para minimizar os impactos dos entraves identificados e alavancar os objetivos de curto, médio e longo prazo. Como estratégia, instituiu dois instrumentos de trabalho: o Planejamento Estratégico da CEPLAC – PEC – e os Planos Diretores das Unidades Descentralizadas – PDUs. Estes Planos foram elaborados baseando-se no Planejamento Estratégico da CEPLAC e foram construídos de forma participativa até o nível de iniciativas, mas precisam ser aperfeiçoados sempre que necessário para dar continuidade às ações que permitam o alcance de metas de médio e longo prazo. Além disso, requer a implantação, manutenção e atualização de um processo contínuo de gestão da estratégia.

Para equilibrar a relação entre o planejamento em abrangência nacional com as condições específicas de cada unidade descentralizada, buscou-se identificar, reconhecer e superar os desafios de cada unidade. Para isso, foi essencial analisar os objetivos, as estratégias e outros aspectos entre os membros, que permitiram estabelecer esta relação e, ao mesmo tempo, respeitar as intenções do grupo de profissionais de cada unidade e das tendências de seus respectivos mercados. Essas e outras condições foram preocupações sempre presentes nas práticas desenvolvidas pelo grupo de trabalho.

Neste contexto, foram utilizados cenários alternativos do ambiente de atuação das organizações públicas de PD&I voltada para o agronegócio para a elaboração do PEC e PDUs, considerando os cenários colocados pelas diversas áreas de pesquisa, como: agroenergia; aspectos e impactos ambientais; agroindústria (agregação de valor); defesa agropecuária; agroecologia; agricultura orgânica; agricultura familiar; biotecnologia; técnicas de monitoramento georeferenciadas; integração agrosilvopastoril; fruticultura; além de aspectos sociais.

A estratégia adotou uma sistemática que permitisse estabelecer uma visão de futuro a ser alcançado por toda a organização e, ao mesmo tempo, considerar as condições individuais e específicas das diversas unidades descentralizadas. Equilibrar essa relação, buscando reconhecer os desafios que cada unidade tem a superar, foi uma das preocupações, presente nas práticas desenvolvidas pelo grupo de trabalho.

Considerando essas premissas e a convergência entre os objetivos do projeto o Planejamento Estratégico da CEPLAC – PEC será o instrumento que determina e ou orientará o caminho a ser seguido pela CEPLAC no sentido de realizar os grandes objetivos planejados no curto, médio e longo prazo.

O PEC contemplou a Missão, Visão de Futuro, Mapa estratégico, Indicadores e suas metas e as Iniciativas estratégicas. Esse Modelo de Gestão e de Governança, quando totalmente implantado, será o instrumento que garantirá a execução e acompanhamento contínuo da estratégia, possibilitando fazer as correções de rumo necessárias em direção à Visão de Futuro da CEPLAC. Os Planos Diretores das Unidades – PDUs conterão sua contribuição para os objetivos corporativos da CEPLAC. Assim, assegura o alinhamento entre PEC e PDUs sem perder de vista às características próprias de cada instrumento e as realidades vivenciadas em cada Unidade Estadual foram pontos fundamentais ao projeto. Para isso, foi essencial estudar e estabelecer os objetivos, as estratégias ou outros pontos que permitiram estabelecer esta relação e, ao mesmo tempo, respeitar as intenções do grupo de profissionais de cada Unidade e Diretoria e as tendências de seus respectivos mercados.



Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados

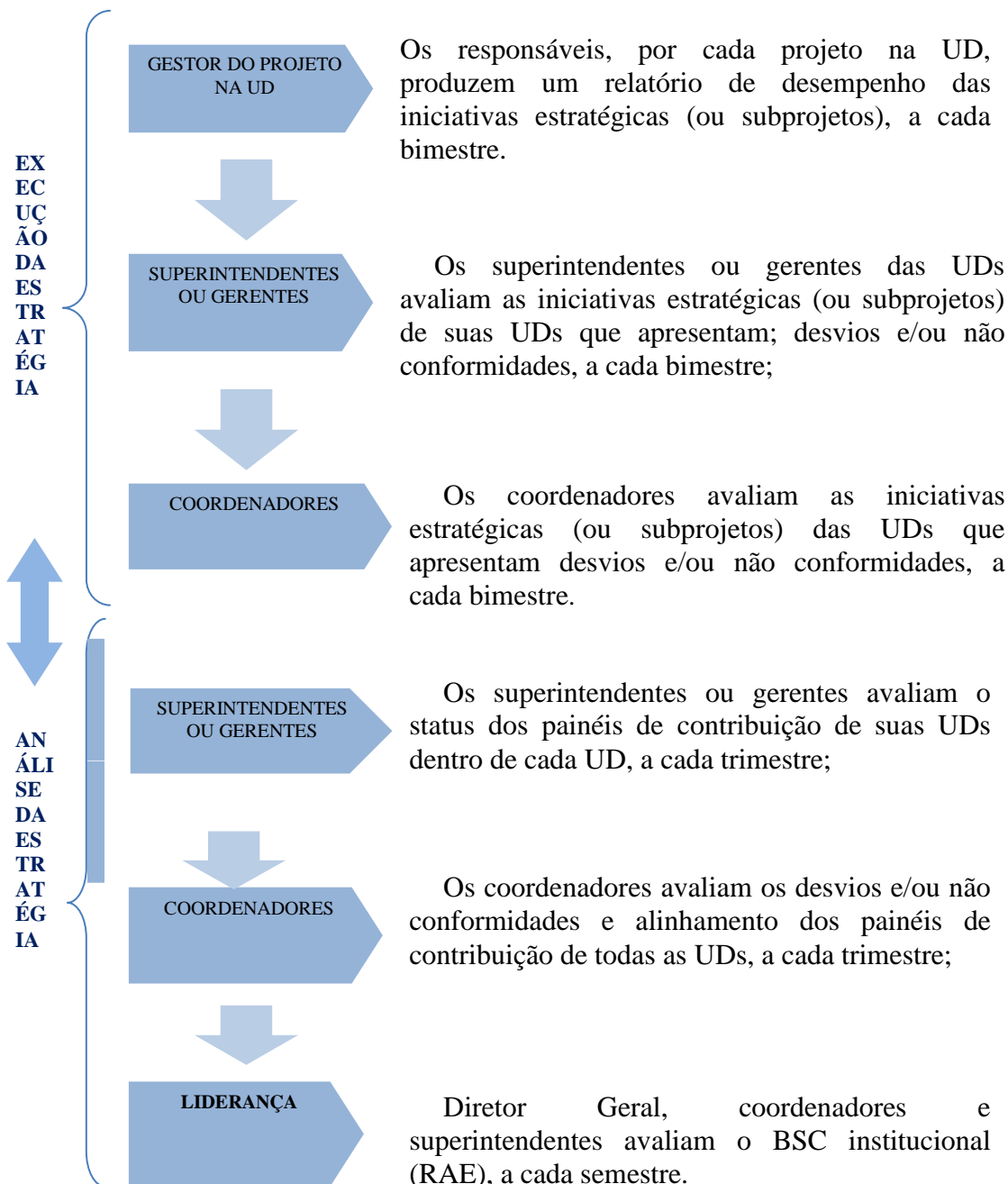
A estratégia de divulgação interna adotada pela CEPLAC é desenvolver esforços para divulgar os objetivos e resultados traçados. O propósito é desenvolver canais de comunicação com o público interno e externo de interesse nos dois sentidos, para fora e para dentro. Visa também, captar as reais necessidades dos clientes, incrementar e divulgar os objetivos dos programas e ações executados pela CEPLAC.

Para minimizar os entraves nesta área, o planejamento estratégico prevê no âmbito da Comunicação da Estratégia as seguintes ações e eventos:

- Elaboração de um Plano de Comunicação: Interno e Externo, que contemple:
- Seminário Interno: apresentação anual de todos os Painéis de Contribuição.
- Comitê Externo de Avaliação (Regional)
- Comitê Externo de Avaliação (Nacional) e quanto a:



GESTÃO DA ESTRATÉGIA:





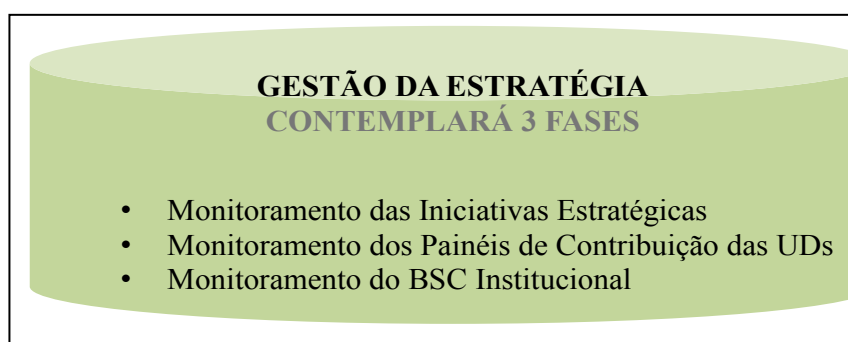
Outras estratégias consideradas relevantes pela unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos

A importância do modelo de gestão e da governança corporativa não se concentra apenas em disciplinar as relações entre as diversas áreas de uma organização ou com partes externas. A implementação das boas práticas de governança corporativa possibilita uma gestão mais profissionalizada e transparente, diminuindo a assimetria informacional, minorando problemas e procurando convergir os interesses de todas as partes relacionadas, buscando promover uma estrutura eficiente de mecanismos e processos (boas práticas) para a administração da instituição e maximizar a criação de valor na mesma.

O ambiente corporativo atual é complexo e proporcionam as mais variadas situações que requerem decisões mais assertivas. *Assim, a aplicação de diferentes recursos para gerenciar pode permitir uma visão ampliada para tratar temas conhecidos sob uma nova ótica. Assim os meios adequados devem ser utilizados para viabilizar atividades estratégicas a fim de promover as linhas de atuação e a imagem da CEPLAC como um todo nas iniciativas de caráter institucional, e então, gerando ações de visibilidade nacional e internacional, e integrando seus públicos de interesse (stakeholders).*

É importante ressaltar que a metodologia compreende conceitos fundamentais de transversalidade e relações de causa e efeito. Isso significa que os temas contemplados no Mapa Estratégico são os “pilares da estratégia” e permitem que as unidades descentralizadas, auxiliem a organização a estabelecer foco no alcance da “visão” e abrangem um conjunto de objetivos interligados. Adicionalmente, as relações de causa e efeito, representadas pelas setas no Mapa, definem a cadeia lógica pela qual a “visão” será alcançada e apresentam como a estratégia é um conceito integrado. Por essa razão, o alcance dos Objetivos Estratégicos não é responsabilidade de apenas uma unidade, mas sim todas as unidades, contribuem para o alcance dos objetivos.

Assim, o Modelo de Gestão da Estratégia a ser adotado pela CEPLAC contemplará 3 fases: Monitoramento das Iniciativas Estratégicas, Monitoramento dos painéis de contribuição das UD's e Monitoramento do BSC Institucional.



Riscos envolvidos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos, avaliação e tratamento no exercício de referência das contas:

Os riscos identificados no processo de revisão dos macroprocessos, como limitações, entres internos, que prejudicaram ou que continuam ameaçando o alcance dos objetivos estratégicos estão diretamente relacionados com o modelo de governança, hora adotado, ou a ser adotado no curto, médio e longo prazo. No âmbito de ameaças externas, tem haver com o nível de organização do público estratégico, isto é, dos *Stakeholder's*, representantes dos elos das cadeias produtivas, agrícolas, regionais, contempladas com os serviços de ATER E PD&I e ainda, do apoio e reconhecimento recebido dos representantes das sociedades regionais, das esferas públicas: municipal, estadual e principalmente da esfera federal.



A falta de priorização e medidas adequadas para implantar, executar, monitorar e avaliar as ações constantes na matriz de impacto das iniciativas sobre os objetivos estratégicos, levando em conta o grau de importância e relevância dos projetos, definidos e agrupados em três etapas ou três (3) ondas de implementação das iniciativas, em conformidade com o item b) subitem “**MATRIZ – OBJETIVOS X INICIATIVAS DA CEPLAC**”, poderá prejudicar ou retardar o alcance dos objetivos constantes no Mapa Estratégico, assim como os, **resultados estratégicos**, esperados, constantes nos quadros a seguir:

RISCOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO RESULTADO ESTRATÉGICO – CEPLAC. RE. 1	
PRODUÇÃO NACIONAL E PRODUTIVIDADE DO CACAU AUMENTADAS	
RISCOS - R1	AÇÕES MITIGANTES
Contingenciamento ou insuficiência de dotação orçamentária e financeira;	Articulação com as demais áreas de Governo, envolvidas com o tema;
Apoio insuficiente da alta administração do MAPA ao Plano de Gestão Estratégica da CEPLAC	Repactuação das dívidas dos produtores e abertura de novas linhas de crédito
	Execução periódica das RAEs

RISCOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO RESULTADO ESTRATÉGICO – CEPLAC. RE. 2	
PRODUÇÃO E NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE DO DENDÊ PARA FINS AGROENERGÉTICOS AUMENTADOS	
RISCOS – R2	AÇÕES MITIGANTES
Contingenciamento ou insuficiência de dotação orçamentária e financeira;	Articulação com as demais áreas de Governo, envolvidas com o tema;
Falta de apoio creditício para os produtores rurais com as características de: suficiência, oportunidade, adequação e facilidade de acesso.	Articulação institucional direta com os agentes creditícios ou via câmara setorial de oleaginosas.

RISCOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO RESULTADO ESTRATÉGICO – CEPLAC. RE. 3	
CONSERVAÇÃO PRODUTIVA NOS IMÓVEIS RURAIS NAS REGIÕES CACAUEIRAS IMPLEMENTADA	
RISCOS – R3	AÇÕES MITIGANTES
Contingenciamento ou insuficiência de dotação orçamentária e financeira;	Articulação com as demais áreas de Governo, envolvidas com o tema;
Quadro de pessoal insuficiente	Contratação de pessoal.
	Planejamento e definição de política pública creditícia apropriada

RISCOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO RESULTADO – CEPLAC. RE. 4	
PRODUÇÃO DE CACAU COM VALOR AGREGADO AUMENTADA	
RISCOS – R4	AÇÕES MITIGANTES
Ausência de linha de crédito especial; Insuficiência de dotação orçamentária e financeira da CEPLAC;	Articulação com as demais áreas de Governo, envolvidas com o tema;
Dificuldade de articulação com os demais membros parceiros do projeto	Implementação do programa de agregação de valores pela Câmara Setorial do Cacau Nacional
	Articulação com as Câmaras Setoriais do cacau Estaduais



RISCOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO RESULTADO	
SERVIÇOS DE ATER E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA AMPLIADOS E QUALIFICADOS	
RISCOS – R5	AÇÕES MITIGANTES
Contingenciamento e insuficiência: orçamentário / financeira	Articulação de políticas públicas transversais.
Quadro de pessoal insuficiente	Formalização de parcerias, proposição de emendas parlamentares e ampliação das receitas próprias.
	Contratação de pessoal.

Macroprocessos internos da unidade necessários ao desenvolvimento dos objetivos estratégicos:

A revisão dos macroprocessos internos da instituição iniciou em abril de 2011, em Ilhéus, onde se realizou uma oficina “Conferência de Busca do Futuro” com o objetivo de apresentar e discutir cenários e direcionadores estratégicos para o Planejamento Estratégico, assim como obter a Missão e Visão de Futuro da CEPLAC. Nesta conferência estavam presentes dirigentes da CEPLAC, seus assessores e colaboradores, representantes das Associações de Produtores, do Ministério da Agricultura e outros atores que impactam ou são impactados pela atuação da CEPLAC.

Primeiramente, foi realizada a construção da linha do tempo com os fatos positivos que marcaram a história da CEPLAC. Além disso, fez-se a apresentação de tendências externas e validação das que mais impactam a organização. Ademais, participantes puderam expor o que desejam para o futuro da CEPLAC. Finalmente, foram identificados e priorizados os principais direcionadores/alavancas para que o futuro desejado realmente aconteça.

Como principal oportunidade, foi colocada a agenda ambiental nacional junto ao crescimento do mercado interno e externo de chocolate. Além disso, a busca pela verticalização da produção, a elaboração de políticas públicas para agricultura familiar e a agregação de valor em novos nichos também foram colocadas como fatores positivos no cenário nacional. As principais ameaças levantadas foram à falta de política agrícola que contemple as especificidades da cacauicultura, representatividade política reduzida e o forte endividamento dos produtores.

Diversos pontos fortes foram identificados como competências internas da CEPLAC, dentre eles podemos mencionar o fato de que a CEPLAC atende a uma demanda legítima, possui visão desenvolvimentista, alta qualidade dos recursos humanos, forte capacidade de transferência de tecnologia e capacidade de inovar no estabelecimento de novas relações. Como ponto fraco foi identificado a sua indefinição institucional.

Os principais direcionadores estratégicos levantados foram: Incremento da produção dos cultivos por meio do aumento da produtividade; Dinamização dos arranjos produtivos visando à agregação de valor; Estímulo aos processos educativos de organização e gestão da produção; Ser agente de organização do produtor rural; Modernização dos processos, visando à oferta de produtos e serviços de qualidade ao público-alvo; Renovação do quadro de pessoal sem perda da qualidade técnica e aperfeiçoamento do processo de gestão estratégica da CEPLAC.

No contexto desses direcionadores foi considerado o fato de que o mundo vai demandar um acréscimo maior de cacau. Nas projeções realizadas, baseando-se na curva de consumo nos últimos 40 anos, foi verificado que dentro de cinco anos o mundo vai demandar um acréscimo de algo em torno de 650 mil toneladas de cacau. Isso sem considerar os efeitos de curto prazo dos últimos dez anos, em que houve um incremento maior de consumo de chocolate e de cacau no Brasil, como também em países co-



mo a China e a Rússia, e com a própria abertura do leste europeu. O Brasil hoje tem tecnologia para reagir e voltar a ser grande no mercado de cacau, se posicionando com destaque nesse novo cenário.

Nessa perspectiva mundial onde o Brasil se insere, a Prof.^a Tânia Bacelar diz que: o Brasil está diante de muitas janelas de oportunidades se considerados o ambiente mundial favorável aos países em desenvolvimento (BRIC), constituir-se em ator relevante no final da era do petróleo, ser fronteira de recursos para produção de novas formas de energia, para suprir parte da demanda mundial de alimentos e liderar novas formas de aproveitamento das reservas de biodiversidade, além de poder disputar novos segmentos produtivos baseados em conhecimento avançado. “Em 2022, o Brasil será um Estado ainda mais soberano e cada vez mais democrático; uma sociedade mais justa e progressista; um país em acelerado desenvolvimento sustentável”. Revista Brasil 2022, 2010, p. 57.

Estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, etc, e adequações necessárias ao atingimento dos objetivos estratégicos:

O objetivo contemplado no Mapa Estratégico referente à renovação do quadro funcional nos diversos níveis de conhecimento técnico da CEPLAC se justifica em função da necessidade urgente de atualizar e renovar o quadro de pessoal, que está sem contratação desde 1988. Esse esforço visa em caráter de urgência e no curtíssimo e médio prazo, a realização de concurso público e promoção da integração dos novos servidores com os atuais e, conseqüentemente, preservar, assegurar e manter transferência de conhecimento acumulado há mais de meio século, sobre a economia do cacau do Brasil. Vale lembrar que, qualquer retardamento deste processo, implicará em prejuízos para a economia das regiões produtoras de cacau do PAÍS.

O objetivo é desenvolver e manter as competências existentes no quadro de pessoal com programas de capacitação, transferência de conhecimentos, visa à integração dos servidores, compatível com a missão e visão de futuro da organização.

- Ambiente Organizacional
- Garantir ambiente organizacional adequado
 - Motivação
 - Transversalidade
 - Comunicação Interna
 - Endomarketing

Um ambiente organizacional adequado, além de requerer estrutura compatível com as mudanças e demandas inerentes ao aperfeiçoamento dos processos de gestão alinhados com a estratégia, requer no plano da administração de pessoas, atributos relativos à motivação, transversalidade e comunicação interna, além do desenvolvimento intenso no processo de endomarketing.



2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1 Programa Temático

Não houve ocorrência para registro.

2.2.1.1 Análise Situacional

Não houve ocorrência para registro.

2.2.2 Objetivo

a) **Relação dos objetivos do Plano Plurianual que estiveram em 2013 na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão, detalhando informações sobre:**

O programa ao qual o objetivo está vinculado e os correspondentes dados sobre programação e execução orçamentária e financeira.

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.					
Código	845	Órgão	22000			
Programa	Inovação para agropecuária			Código	2042	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2013	c) Realizada até 2013	d) % Realização (c/a)
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2013	c) Realizada até 2013	d) % Realização (c/a)
01	Incrementar a produção nacional de cacau de 234 mil para 334 mil toneladas nas regiões cacaueiras	Ton.	334	262.849	262.849	78,69
02	Incrementar a produtividade de cacau de 360Kg/ha para 480Kg/ha nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia	Kg / ha	480	382.50	382,50	79,68
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2013	c) Realizada até 2013	d) % Realização (c/a)
01	Região Centro - Oeste	ton.	805	582	582	72,29
	Região Nordeste	ton.	208.818	157.830	157.830	75,58
	Região Norte	ton.	116.242	99.701	99.701	85,77
	Região Sudeste	ton.	8.402	4.736	4.736	56,36
02	Floresta Amazônica	Kg/ha	480	766,68	766,68	159,72
	Mata Atlântica	Kg/ha	480	293,23	293,23	61,08



METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
Não há ocorrência para registro	

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacau-eiras dos biomas mata atlântica e Amazônia				
Código	0968	Órgão	22000	Código	2042
Programa	Inovação para agropecuária			Código	2042

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Ampliar de 5.300 para 7.000 o número de produtores associados em organizações nas regiões cacau-eiras	un	7.000	14.676	14.676	209,65
02	Ampliar de 53 mil para 70 mil o número de produtores atendidos por ATER nas regiões cacau-eiras	un	70 mil	50.912	50.912	72,73
03	Ampliar de 649,4 mil há para 696,4 mil há a área assistida de cacau, dendê, e seringueira	ha	696,4	684.310	684.310	98,26
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Região Centro - Oeste	un	138	442	442	320,29
	Região Nordeste	un	2.393	7502	7502	313,50
	Região Norte	un	4.279	6.518	6.518	152,33
	Região Sudeste	un	190	214	214	112,63
2	Região Centro - Oeste	un	1.373	1.570	1.570	114,35
	Região Nordeste	un	23.934	18.255	18.255	76,27
	Região Norte	un	42.791	29.766	29.766	69,57
	Região Sudeste	un	1.902	1.321	1.321	69,47
3	Região Centro - Oeste	ha	2.013	926	926	46
	Região Nordeste	ha	522.044	485.300	485.300	92,96
	Região Norte	ha	151.328	177.084	177.084	117,02
	Região Sudeste	ha	21.005	21.000	21.000	99,98

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
Não há ocorrência para registro	



Os resultados alcançados em cada objetivo, comparando-os com as metas estabelecidas no PPA, demonstrando ainda os índices dos indicadores de desempenho relacionados, os impactos na política pública, função ou área para a qual o objetivo contribui e a representatividade dos resultados frente às demandas internas e externas:

As iniciativas vinculadas ao objetivo de responsabilidade da unidade.

No processo de reestruturação do PPA, coube a unidade CEPLAC as Iniciativas: 03GK, 03GM vinculadas ao Objetivo 0845 do Programa 2042. A Iniciativa 044F vinculada ao Objetivo 0968, do Programa 2042. E a Iniciativa 002YO vinculada ao Objetivo 00750 do Programa 2014. Cujos detalhamentos encontram-se logo após a análise dos respectivos Programas, objetivos e metas.

Programa: 2042 - Inovações para a Agropecuária (1*)

Objetivo: 0845: Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão:22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Unidade Responsável: CEPLAC - MAPA

O Objetivo: 0845, contemplado no PPA e no Mapa Estratégico – ME/CEPLAC-MAPA - Consiste na execução de um conjunto de **134** projetos de PD&Inas Unidades da Federação, BA e ES, no Bioma Mata Atlântica. E nos Estados do AM, MT, PA e RO, no Bioma Floresta Amazônica, nas áreas de conhecimento: Melhoramento Genético 42; Biotecnologia 10; Fisiologia da Produção e Manejo 28; Fortalecimento Econômico e Social das Comunidades 09, Manejo, Conservação e Fertilidade do Solo 11, Tecnologia de Pós-Colheita, Engenharia Agrícola e Agroindústria 02, Manejo: Integrado de Pragas 5, De Pequenos Animais 3 e Manejo Integrado da VB 11. E de Recursos Ambientais 7, Sistema de produção de Leite 1, Avaliação e Manejo de Pastagens 5.

As tecnologias geradas têm elevado à produção e produtividade de cacau fertirrigado, para o patamar superior a 2.750 Kg/ha de produção, meta desse objetivo e principal demanda dos produtores regionais, têm contribuído para: a criar um novo ambiente de esperança para o agronegócio regional, com boas perspectivas de produção de excedentes exportáveis de forma competitiva, suprimento integral da demanda do maior parque moageiro nacional. Elevação da participação do Brasil no mercado mundial de cacau e ampliação da capacidade de geração e ingresso de divisas externas no País. Na área social, vem criando novos postos de trabalho, com mais qualidade de vida. Para alavancar esse objetivo encontra-se, em fase de revisão e reestruturação o **plano de metas**, físicas, financeiras e **cronogramas** de execução de 88 projetos voltados para elevar a resistência do cacaueiro a pragas e doenças e aumento de produtividade; Na cultura do dendê estão sendo executados 6, e seringueira 11 projetos; E os projetos restantes, nos cultivos de palmáceas: açaí; juçara e pupunha, assim como fruticultura: cajá, cupuaçu, goiaba, graviola, mamão; e também as culturas do café e mandioca, bem como de criações de bovinos e de pequenos animais.

A execução desse objetivo de **PD&I** integrado com o objetivo de ATER conjuntamente com os parceiros: Secretarias de Governos Estaduais e Municipais e outras entidades sem fins lucrativos: Universidades, Cooperativas, Associações de Produtores, Trabalhadores, Biofábrica, Consórcio, SEBRAE, EMBRAPA e outros parceiros, têm gerado reflexos positivos, com mais ênfase para a cadeia do cacau. Oportunizando um aumento real de 25,33%, vide IBGE, elevando a produção de 202.030 tonela-



das em 2008, para o patamar de 253.211 em 2012, refletindo um aumento de produtividade média nacional de cacau de 17,46%, aumentando de 315,01 Kg/ha para 370,01 em 2012. Se confirmado as estimativas do IBGE, deverá haver um aumento de produção de 19,82%, elevando de 218.487 toneladas em 2009, para 261.788 em 2013. Esse resultado deverá refletir um aumento de produtividade na ordem de 11,34%, elevando de 343,55 em 2009 Kg/ha para 382,50, em 2013. Estes resultados têm contribuído para manutenção do parque moageiro do cacau, retorno dos níveis médios de processamento nacional e contribuído com os níveis de redução da importação de matéria prima por parte das indústrias do setor de produção de chocolate. Este quadro, recolocar o país no novo cenário da economia mundial da cadeia produtiva do cacau.

Como **1º entrave da área fim**, mantêm-se, “os baixos níveis médios de produtividade e produção do cacau,” bem aquém dos níveis desejados, e como **2º entrave**, o “baixo nível de renda e o alto nível de endividamento dos produtores”. Aliado a essa situação, somou-se um conjunto de variáveis que contribuíram negativamente para o agravamento desses fatos, como: Incidência da praga “Vassoura de Bruxa”, há muitos anos já instalada no cultivo, sem gerar maiores prejuízos, no Bioma Floresta Amazônica. Posteriormente se instalou de forma bem agressiva no cultivo do Bioma Mata Atlântica, mais especificamente da Bahia e Espírito Santo; Incapacidade de contrair novos créditos a título de custeio operacional e investimento em tecnologia e infraestrutura das propriedades agrícolas no curto e médio prazo. Assim como, escassez e limitações de recursos financeiros para pagamento de despesas operacionais e aplicação de pacotes tecnológicos de manejos agrícolas recomendados pela CEPLAC, a saber: Práticas culturais de rotina e outras como: adensamento populacional, com o objetivo de elevar o número de plantas, aproximando-se de 1.000 árvores de cacau por hectare; substituição de parte dos cacauais com produtividade entre 250 a 420/Kg/ha por plantas clonais melhoradas, mais resistentes a pragas, doenças e mais produtivas; recuperar os cultivos cuja produtividade se encontra entre 420 a 750/Kg/ha; readequar e ou substituir o sombreamento tradicional, por plantas de maior valor econômico agregado; incorporar a utilização de insumos agrícolas: corretivos, defensivos e fertilizantes; adotar a substituição do sistema de cultivo em regime de monocultura extensiva por outro diversificado, como de sistemas SAFs, intensivo, com ou sem a fertirrigação, buscando incorporar maior índice de produtividade. Como fator crítico da **área meio**, há um reduzido número de produtores com condições técnica e visão estratégica em agregação de valor aos produtos e subprodutos da agricultura; E conhecedores e dispostos a exercerem boas práticas de compras de insumos e vendas da produção, em comum; E ainda, com perfil que exerça atividades solidárias, cooperativas e corporativas de médio e grande porte. No âmbito do papel do Estado, considera-se como fator limitante, a convivência com políticas públicas regionais inadequadas.

Como esforço para **mitigar** os efeitos negativos do **1º entrave** e gerar novas **perspectivas** para superar a maior e mais prolongada crise socioeconômica de todos os tempos das regiões produtoras de cacau, requereu por parte da CEPLAC dois Planos: **1º**, o novo Plano está aliando ao PPA e ao Planejamento Estratégico do MAPA. O mesmo contempla novos desafios na melhoria dos seus processos internos e de gestão e avança nos processos de estruturação e inovação, vislumbrando o alavancar as principais cadeias produtivas regionais, com ênfase na agregação de valor, desenvolvimento territorial rural e inclusão social e produtiva em bases sustentáveis. Portanto, tem trabalhado nos processos internos e externos, de forma a tornar mais efetivo o suporte técnico voltado para melhoria dos serviços de PD&I. No que tange a recomposição do quadro de recursos humanos e dos níveis de custeio e investimento dos projetos de PD&I da CEPLAC, hoje, em processo de análise no MAPA e no MP. Tem-se trabalhado com muita ênfase na proposição de propostas de adequação, calibração e compatibilidade das novas políticas agrícolas regionais. Levando em conta, a crise estrutural da lavoura do cacau da Bahia e Espírito Santo a quase três décadas e a necessidade de equalização da dívida dos produtores visando sanear a crise e proporcionar a retomada de novos investimentos para acelerar o crescimento da economia regional.



No que tange ao **2º entrave**, a CEPLAC tem trabalhado conjuntamente com os parceiros através das Câmaras Setoriais em nível dos Estados da Federação e da União para propor um novo Plano de Metas para as cadeias do cacau, dendê seringueira. Vislumbrando entre outras, recuperar parte do status do País, de segundo maior produtor de cacau mundial, ancorado no **PLANO: Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau** – voltado para alavancar as cadeias produtivas do cacau, dendê, seringueira e, outras culturas regionais, exploradas economicamente em dois blocos geográficos: O **1º**, abrange o Bioma da Mata Atlântica, nas Regiões do Sudeste, no Espírito Santo e no Nordeste, na Bahia, onde tem-se desenvolvidos esforços para recuperar o parque produtivo de cacau, com grande potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa pela elevação da produtividade e qualidade dos produtos. Segundo o IBGE, registra-se nestas mesmas regiões, uma produtividade média de 293,23 Kg/há em 2013 com expectativa de incremento acentuado até o final do ciclo do PPA 2020/2023. O **2º** abrange o Bioma Floresta Amazônica, região do Centro Oeste do País no Mato Grosso e da Região Norte nos Estados da Federação do Amazonas, Rondônia, com destaque para o Estado do Pará, onde se registra franca expansão da área plantada e produtividade média estadual de 766,68 kg/ha/ano, com expectativa de incremento acentuado na produção até o final do ciclo do PPA 2020/2023. O objetivo de PD&I, criou e definiu junto com a Gestão Estratégica do MAPA e da CEPLAC, dois bons resultados estratégicos: “elevar a produtividade” e o outro a “produção de cacau do País”, com a finalidade de recuperar parte do status do País, de segundo maior produtor de cacau mundial e melhorar as condições de vida dos produtores. Para isso estima-se inicialmente, a expansão de 236.000 hectares. Sendo 70.500 em Sistema Agroflorestal (SAF) tradicional, 20.000 em cultivo irrigado e 145.500 em Sistema Agroflorestal (SAF) intensivo (cacau com seringueira e cacau com essências florestais).

No contexto internacional, fortaleceu os laços de parcerias para executar o projeto ATP – SEPANG: seleção genômica aplicada, visando o melhoramento e tornar o cacauzeiro mais resistente a doenças e mais produtivo, aprovado pelas Fundações: CAPES do Brasil e AGROPOLIS da França através de colaboração científica entre a CEPLAC, UESC, UFLA

do Brasil, o CIRAD da França, e o IRAD de Camarões. No contexto nacional, celebrou parcerias, visando à execução do Projeto, “Rede de Cacau - RENORBIO – Vassoura de Bruxa”. Tendo como Concedente: FINEP/MCT; e Conveniente: FUNPAB e Executores: O MAPA/CEPLAC, as universidades, UNICAMP, UESC, USP/CENA e a EMBRAPA/CENARGEM. Tendo como Interveniente: O Estado da Bahia/SEAGRI. Além do Convênio para Cooperação Mútua para Operacionalização do Programa de capacitação científica e tecnológica para o desenvolvimento de estudos e projetos aplicados as regiões produtoras de cacau – Bolsistas; Tendo como Concedente: A CEPLAC/MAPA e Conveniente: FAPESPA e Interveniente: SEDECT/PARÁ.

Meta: Incrementar a produção nacional de cacau de **234** mil para **334** mil toneladas nas regiões cacauzeiras.

Regionalização da meta:

Em toneladas	META DE PRODUÇÃO NACIONAL DE CACAU - EM 2013 - PPA					
	Inicial	Final	Apurado	Apurado	Apurado	Apurado
	2011	2015	2012	2013	2014	2015
REGIÃO / U F						
Amazonas	3.000	5.500	4.606	4.606		
Pará	56.248	92.742	67.299	79.797		
Rondônia	17.000	18.000	16.314	13.957		
Total - Norte	76.248	116.242	88.219	98.360		
Bahia	149.303	208.818	159.432	158.109		
Total - Nordeste	149.303	208.818	159.432	158.109		



Em toneladas	META DE PRODUÇÃO NACIONAL DE CACAU - EM 2013 - PPA					
	Inicial	Final	Apurado	Apurado	Apurado	Apurado
	2011	2015	2012	2013	2014	2015
Mato Grosso	646	805	576	582		
Total Centro-Oeste	646	805	576	582		
Espírito Santo	7.513	8.402	4.879	4.737		
Minas Gerais			105	0		
Total – Sudeste	7.513	8.402	4.984	4.737		
Total - Geral - BRASIL	233.710	334.267	253.211	261.788		
Data de referência	2011	2011	31/12/2012	31/12/2013		

Análise Situacional da Meta:

Constata-se que, o esforço de execução da meta física - **Aumentar a produção de cacau do Brasil**, vinculada ao objetivo de **pesquisa** de N° 0845, contemplou o projeto da CEPLAC - R1.P2 - Expansão e modernização do cultivo de cacau, dendê e seringueira em áreas degradadas, nos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e mais especificamente no Estado do Pará, como forma de alavancar a produção e exportação dessas commodities agrícolas, oportunizou um aumento real de produção de 25,33%, elevando a produção nacional de 202.030 toneladas em 2008, para 253.211 em 2012. E como estimativa, segundo o IBGE, a produção de cacau deverá crescer de 218.487 toneladas em 2009, para o patamar de 261.788 em 2013, representando um crescimento de 19,82%.

Analisando a meta de produção de cacau na ótica do **Bioma** da Floresta Amazônica, representado pela Região Norte, nos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia e pela Região do Centro Este, no Estado do Mato Grosso. Registrou-se um aumento real de produção de 33,58%, elevando a produção de 66.473 toneladas em 2008, para 88.795 em 2012. Enquanto que, analisando a produção de cacau do **Bioma** da Mata Atlântica, representado pela Região do Nordeste no Estado da Bahia, e pela Região do Sudeste, no Estado do Espírito Santo, registrou um aumento real de produção de 21,29%, elevando a produção de 135.557 toneladas em 2008, para 164.416 em 2012. Se confirmado as previsões estimadas, segundo o IBGE, o **Bioma** da Floresta Amazônica deverá aumentar a produção de cacau de 72.870 toneladas em 2009, para o patamar de 98.942 em 2013, representando um crescimento de 35,78%. E o **Bioma** da Mata Atlântica deverá aumentar a produção de cacau de 145.617 toneladas em 2009, para o patamar de 162.846 em 2013, representando um crescimento de 11,83%.

Ressalta-se que, segundo estimativa do IBGE, o Norte do País, representado pelos Estados produtores do Amazonas, Pará e Rondônia, deverá crescer de 72.570 toneladas em 2009, para 98.360 em 2013, representando um crescimento de 35,54%. Enquanto que, para o mesmo período, a Região do Nordeste, representada pelo Estado produtor da Bahia, deverá crescer de 137.929 toneladas em 2009, para 158.109 em 2013, representando um crescimento de 14,63%. A Região do Sudeste, representada pelo Estado produtor do Espírito Santo, caso confirmado as previsões, deverá **decrecer** de 7.688 toneladas em 2009 para 4.737 em 2013, representando um **decréscimo** de (-) 38,38%. A Região do Centro Oeste, representada pelo Estado do Mato Grosso, deverá crescer de 300 toneladas em 2009 para 582 em 2013, representando um crescimento de 94,00%. Os índices acima se referem ao comparativo do (1º e 2º ano do ciclo do PPA-2008/2011 com o respectivo 1º e 2º ano do ciclo do PPA-2012/2015). Se mantido esses resultados, estima-se atingir a meta final do PPA em 2015 de 334.267 toneladas.

Analisando a meta física do PO, oriunda das unidades estaduais, programada para a Bahia, Pará e Rondônia, nas áreas de conhecimento: genética, biologia molecular, fitopatologia, fisiologia da



produção, solos, agroecologia, sistemas agroflorestais, biocontrole, socioeconômica e tecnologias de processamento. O esforço desenvolvido nestes projetos resultou na superação da meta física do produto do PO, PD&I, atingindo o patamar de **123** pesquisas desenvolvidas, representando um índice de 123,00%, de 100 pesquisas programadas, como meta inicial constante na LOA, no exercício em análise. Entre esses projetos, foram geradas centenas de tecnologias agrícolas e produzidos 10.568.456 propágulos entre sementes melhoradas de cacau e de essências florestais e outras, apesar da escassez de recursos em função do contingenciamento orçamentário e financeiro, condicionado a essa atividade.

Meta: Incrementar a produtividade de cacau de **360 Kg/ha** para **480 Kg/ha** das regiões caqueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia

Instituição Responsável pela Apuração: CEPLAC

Método de Apuração: Monitoramento pelos sistemas gerenciais da CEPLAC.

Regionalização da meta:

META DO OBJETIVO 0845 DO PROGRAMA Nº PROGRAMA Nº 2042 - PPA						
Unid. Medida Kg/ha	Índ. de Referência	Final	Apurado	Apurado	Apurado	Apurado
BIOMAS	2.011	2.015	2.012	2.013	2.014	2.015
Floresta Amazônica	360	480	683,01	766,68		
Mata Atlântica	360	480	396,60	293,23		
BRASIL	360	480	370,01	382,50		
* Resultado a ser alcançado ao final do PPA.						

Análise Situacional da Meta:

Constata-se que, o esforço de execução da meta física - **Elevar a produtividade média de cacau do Brasil**, vinculada ao objetivo de **pesquisa** de Nº 0845, através do projeto da CEPLAC – R1.P1 - Modernização e recuperação do parque produtivo de cacau, dendê e seringueira em áreas degradadas da Bahia e Espírito Santo, tendo como meta para o projeto de cacau, o incremento de produtividade do cultivo, como forma de alavancar a produção e exportação dessa commodity oportunizou um aumento real de produtividade segundo o IBGE de 17,46%, elevando a produtividade nacional de 315,01 Kg em 2008 para o patamar de 370,01 em 2012. E como estimativa, segundo a mesma fonte, a produtividade de cacau deverá crescer de 343,55 Kg em 2009 para o patamar de 382,50 Kg/ha em 2013, representando um crescimento de 11,34%.

Analisando a meta de produtividade de cacau na ótica do **Bioma** - Floresta Amazônica, representado pelas Regiões do País, o Norte, nos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia e o Centro-oeste, no Estado do Mato Grosso, registrou um aumento real de produtividade de 2,50%, elevando a produtividade de 666,38 Kg em 2008 para 683,01 Kg/há em 2012. E se confirmado as previsões estimadas, segundo o IBGE, deverá aumentar a produtividade de cacau de 721,04 Kg em 2009, para o patamar de 766,68 Kg/há em 2013, representando um crescimento de 6,33%. Enquanto que, a produtividade de cacau do **Bioma** - Mata Atlântica, representado pelas Regiões do País, o Nordeste no Estado da Bahia, e o Sudeste, no Estado do Espírito Santo, registrou um aumento real de produtividade de 18,50%, elevando a produtividade de 250,30 Kg em 2008 para 296,60 Kg/há em 2012. Se confirmado as previsões estimadas, segundo o IBGE, deverá aumentar a produtividade de cacau de 272,23 Kg em 2009 para o patamar de 293,23 Kg/há em 2013, representando um crescimento de 7,71%.

Analisando a meta de produtividade de cacau na ótica das **Regiões** do País, o Norte, representado pelos Estados produtores do Amazonas, Pará e Rondônia, deverá crescer de 668,49 Kg em 2008 para 683,16 Kg/há em 2012, representando um crescimento de 2,19%. Se confirmado as estimativas, se-



gundo o IBGE, deverá aumentar a produtividade de cacau de 723,84 Kg em 2009 para o patamar de 767,68 Kg/há em 2013, representando um crescimento de 6,06%. - O Centro Oeste, representado pelo Estado produtor do Mato Grosso, cresceu de 457,54 Kg em 2008 para 661,31 Kg/há em 2012, representando um crescimento de 44,53%. Se confirmado as estimativas, segundo o IBGE, deverá aumentar a produtividade de cacau de 372,21 Kg em 2009 para o patamar de 628,51 Kg/há em 2013, representando um crescimento de 68,86%. - O Nordeste, representado pelo Estado produtor da Bahia, deverá crescer de 251,72 Kg em 2008 para 299,64 Kg/há em 2012, representando um crescimento de 19,04%. Se confirmado as estimativas, segundo o IBGE, deverá aumentar a produtividade de cacau de 268,38 Kg em 2009 para o patamar de 296,50 Kg/há em 2013, representando um crescimento de 10,48%. O Sudeste, representado pelo Estado produtor do Espírito Santo, cresceu de 214,83 Kg em 2008 para 223,96 Kg/há em 2012, representando um crescimento de 4,25%. Se confirmado as estimativas, segundo o IBGE, deverá **diminuir** a produtividade de cacau de 366,50 Kg em 2009 para o patamar de 214,24 Kg/ha em 2013, representando um **decréscimo** de 41,54%, em função da incidência da “Vassoura de Bruxa”. Os índices acima se referem ao comparativo do (1º e 2º ano do ciclo do PPA-2008/2011 com o respectivo 1º e 2º ano do ciclo do PPA-2012/2015). Se mantido esses resultados, estima-se atingir a meta final do PPA em 2015 de 334.267 toneladas.

Obs. A meta Inicial e Final do PPA para os Biomas Floresta Amazônica e Mata Atlântica e para o Brasil, estão registradas equivocadamente no SIOP. Vale ressaltar que este índice foi criado em 2011, na reestruturação do PPA - 2012/2015 logo, a produtividade Inicial de referencia para Bioma “Floresta Amazônica” deveria ser: 672,37 Kg/ha, e para a “Mata Atlântica” de 296,12 Kg/ha e respectivamente para o Brasil de 365,22 Kg/ha em 2011. Assim como, a produtividade estimada e registrada para o Final em 2015, no Bioma “Floresta Amazônica”deverá ser de 763,31 Kg/ha, para a “Mata Atlântica” de 400,00 Kg/há, e para o Brasil 480,00.

Iniciativa de responsabilidade da unidade, vinculada ao Objetivo 0845, do Programa: 2042.

Iniciativa: 03GK - Desenvolvimento de processos de avaliação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais para as regiões cacaueiras.

Individualizada: Não

Análise Situacional:

Iniciativa: 03GK, no eixo do objetivo específico “**Incrementar a produção agropecuária regional com base na conservação produtiva**”, contemplado no Mapa e no Plano Estratégico da CEPLAC – PEC-2012/2022. A “crise e os seus efeitos apontam para novo paradigma de desenvolvimento do processo produtivo para a região cacaueira que, simultaneamente à revitalização da lavoura, possa oferecer alternativas ao agronegócio, tais como: implantação de sistemas agroflorestais, diversificação de cultivos, agro industrialização e exploração do potencial conservacionista da cacauicultura, sob o aspecto ecológico-ambiental.” Segundo estudo apresentado no XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. Segundo o endereço, <http://www.sober.org.br/palestra/9/636.pdf>. Nesse particular, a cacauicultura é essencialmente um sistema agroflorestal, independente de ser cultivado sob uma proteção de um sombreamento monoespecífico, com eritrina, ou multiespecífico (cabruca) com espécies arbóreas nativas. O projeto sobre Conservação Produtiva, desenvolvido pela CEPLAC em parcerias com outras instituições e órgãos, ganhou realce e destaque, após a proposta contemplada e apresentada na Conferência **Rio+20**, realizada no Rio de Janeiro, em 2012. E subsequentemente, por constituir-se, em matérias jornalísticas de circulação nacional e internacional, bem como da publicação do livro “Conservação Produtiva” – cacau por mais 250 anos, de autoria de téc-



nicos da CEPLAC. Assim como, esta conquistando reconhecido institucional das áreas de meio ambiente nos estados da Bahia e Espírito Santo.

O estudo em curso consiste na implantação do projeto piloto, denominado Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Barro Preto – “DRS”, no Município de Barro Preto, Bahia. O projeto contempla 12 propriedades cacaueiras que manejam as lavouras em Sistema Agroflorestal “Cabruca”. Um sistema de plantio de cacau sob a mata raleada tornou-se um dos mais notáveis modelos de intervenção antrópica com conservação ambiental e constitui-se em referência na conservação produtiva ou adequação ambiental dos imóveis rurais estabelecidos na região cacaueira da Bahia. O DRS foi elaborado a partir de diagnóstico feito pela equipe técnica da CEPLAC, que prevê a aplicação de tecnologias, através dos Centros de Pesquisas do Cacau - CEPEC e de Extensão Rural do Cacau – CEPEC, visando o desenvolvimento das cadeias produtivas do cacau, fruticultura, heveicultura, e apicultura, reflorestamento e agricultura familiar. O fundamento do programa baseia-se em experimento através de sistemas agroflorestais (SAFs) capazes de atenuar o acelerado processo de desmatamento no município.

O inventário proposto sobre a fauna e flora já se realizou o censo e o georreferenciamento de **2.651 espécies arbóreas** que servem de sombreamento para o cacau. Encontrando-se também, em andamento, o mapeamento de todas as áreas com mapeamento de acidentes geográficos e recursos hídricos disponíveis e em risco de degradação. E encontra-se em discussão o processo de normatização dessas medidas por parte do Governo do estado da Bahia. Tendo-se já consolidada e publicada a normatização do manejo do cacau nas áreas de cultivos no Espírito Santo, devendo-se replicar as experiências e metodologia do Projeto Barro Preto nas áreas de cacau situado em áreas de preservação permanentes - APP na Bacia do Rio Doce, naquele estado. Segundo nota Técnica da CEPLAC - “O espírito empreendedor dos cacaucultores locais, tornou uma cultura extrativista na região amazônica brasileira num negócio gerador de expressiva riqueza para o estado da Bahia”. Oportunizando empregos em massa, além da sua importância para o meio ambiente, ao conservar uma grande área no bioma Mata Atlântica, um dos mais ricos ativos ambientais do mundo, não somente pela sua expressividade, como também pela vasta biodiversidade. O sistema de produção de cacau cabruca (plantio de cacau sob a mata raleada), tornou-se um dos mais notáveis modelos de intervenção antrópica com conservação ambiental. Essa modalidade permitiu ainda a conservação das bacias hidrográficas que hoje conferem à região um rico manancial para o desenvolvimento sustentável.

Medidas Institucionais, Normativas e Outras:

Medida: Estudos para avaliação, conservação e uso sustentável dos recursos das regiões cacaueiras. As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0003 - "Coordenação e Gestão do Desenvolvimento das Regiões Cacaueiras", da Ação Orçamentária 20ZY - Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau.

Unidade Responsável: CEPLAC-MAPA

Análise Situacional da Medida Institucional, Normativa:

A cacaucultura baiana passa por um importante início de recuperação com a consolidação de Sistemas Agroflorestais, consorciados com bananeira, seringueiras, palmiteiros, fruteiras e outras culturas. O governo da Bahia e do Espírito Santo reconheceu o sistema e estão tomando as medidas para permitir o manejo de sombra do sistema tradicional cabruca – cultivo sob a mata raleada, dentro da concepção de “Conservação Produtiva”. O que significa oportunidade potencial de expansão da produção na ordem de 100 mil toneladas decorrente de manejo adequado e consequente melhoria dos níveis de produtividade, hoje muito baixos nesse sistema tradicional de cultivo. A regulamentação viabilizará além da melhoria dos níveis de produtividade e renda dos imóveis com a venda de bens e serviços de produtos florestais madeireiros, não madeireiros e, o enriquecimento da biodiversidade desse sistema agrossilvicultur



tural/cabruca com o repovoamento das espécies nativas e a preservação de espécies ameaçadas de extinção.

A parceria institucional pública e privada coordenada pela CEPLAC, mantém-se os estudos em caráter experimental sobre o uso sustentável dos recursos naturais onde está sendo avaliada a integração harmônica de fatores sociais, econômicos e ambientais na gestão dos agrossistemas regionais. Assenta-se em princípios éticos, culturais, conservacionistas e preconiza medidas de baixo custo e impacto ambiental - conforto ambiental (térmico, eólico, hídrico, e nutricional) ao homem, flora e fauna. A execução das diretrizes e metas estabelecidas para encadear o monitoramento e gestão dos recursos naturais conta com ajuizamento da Comissão Técnica de Garantia Ambiental – CTGA, instância já criada no âmbito da CEPLAC com reconhecimento pelo Instituto do Meio Ambiente da Bahia – INEMA. Representa instrumento de gestão e controle ambiental e orienta a regularização ambiental das propriedades rurais e manejo agroflorestal das lavouras e criações.

No inventário da fauna e flora proposto, já se realizou o censo e o georreferenciamento de **2.651 espécies arbóreas** que servem de sombreamento para o cacau. Encontrando-se também, em andamento, o mapeamento de todas as áreas com mapeamento de acidentes geográficos e recursos hídricos disponíveis e em risco de degradação. E encontra-se em discussão o processo de normatização dessas medidas por parte do Governo do estado da Bahia. Tendo-se já consolidada e publicada a normatização do manejo do cacau nas áreas de cultivos no Espírito Santo, devendo-se replicar as experiências e metodologia do Projeto Barro Preto nas áreas de cacau situado em áreas de preservação permanentes - APP na Bacia do Rio Doce, naquele estado.

Iniciativa de responsabilidade da unidade, vinculada ao Objetivo 0845, do Programa: 2042.

Iniciativa: 03GM – Geração, transferência e difusão de tecnologias sustentáveis, adequadas aos sistemas agrosilvopastoris das regiões cacaueira dos Biomas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica.

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa:

No contexto da **Iniciativa03GM**, ancorada na Ação de **Desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil**, vinculado ao objetivo específico de **pesquisa**, desenvolvido em colaboração técnica com organizações nacionais e internacionais, destaca-se:

No eixo, “**Incrementar** a produção agropecuária regional com base na conservação produtiva” do objetivo específico contemplado no Mapa Estratégico do Plano Estratégico da CEPLAC – ME/PEC-2012/2022. Observa-se que, os produtores de cacau, mais especificamente aqueles situados no Bioma - Mata Atlântica, vêm atravessando com novas e melhores perspectivas de negócio, a maior crise socioeconômica já instalada e sem precedentes na história da economia regional cacau. As limitações de recursos financeiros e a carência de pessoal da área de suporte técnico, por parte dos órgãos do poder público, no âmbito Federal, Estadual e Municipal, têm contribuído para o retardamento e prolongamento da crise. Vale lembrar que esse novo horizonte, esta respaldado em um ambiente, cuja visão técnica passou a considerar como base socioeconômica não mais a monocultura agrícola, que por si só, vai de encontro à sustentabilidade. Esse modelo resultou na queda drástica da produção e conseqüentemente a passagem do Brasil da condição de exportador para importador desta commodity. A mais grave conseqüência para a sociedade regional foi, porém o elevado índice de desemprego, gerado com o êxodo rural, que afetou todos os segmentos da cadeia produtiva do cacau, particularmente os trabalhadores rurais e os pequenos



produtores. Esses aspectos críticos têm exigindo dos diversos segmentos da sociedade ações integradas, inovadoras, emergenciais e estratégicas, para reverter o referido quadro. Dessa vez adotando novas práticas sustentáveis que tem como princípios, levar em conta as questões ambientais, ecológicas e socioeconômicas.

Para superar a crise e recuperar parte do mercado que o Brasil representou como o segundo maior produtor de cacau mundial, a CEPLAC sugere como medida de conservação produtiva, o sistema “Cacau-Cabruca” sistema ecológico de cultivo agroflorestal. Este sistema baseia-se na substituição de estratos florestais por uma cultura de interesse econômico, implantada no sub-bosque de forma descontínua e circundada por vegetação natural. “Bem como, não prejudicam as relações mesológicas com os sistemas remanescentes.” Essa forma de plantio tornou-se um modelo agrícola que o tempo mostrou ser altamente eficiente, pois, além de gerar recursos financeiros, conservou: fragmentos da floresta tropical primária, exemplares arbóreos de inestimável valor para o conhecimento agrônômico, florestal e ecológico, uma fauna diversificada e tecnicamente pouco conhecida, recursos hídricos regionais e fixou o homem no meio rural. A soma de todos esses valores compõe um ecossistema único, diferenciado e extremamente diversificado, conhecido como - *ecossistema cacaueiro*, sendo ele, sem sombra de dúvida, a maior riqueza que a Região Cacaueira da Bahia foi capaz de gerar para o mundo.

No eixo “**Agregar** valor aos produtos das cadeias regionais” do objetivo específico de PD&I, contemplado no ME/PEC-2012/2022 – Após o encerramento das atividades do sistema cooperativo de cacau, COOPERCACAU, os 70 mil produtores rurais de cacau do Brasil, passaram a comercializar suas respectivas produções, basicamente, na forma de amêndoas (seca) e individualmente. O nível tecnológico empregado na produção, beneficiamento e no aproveitamento dos subprodutos do cacau, deixam a desejar e são considerados, baixos. O aproveitamento dos subprodutos, como polpa, mel e casca de cacau e outras, apesar de existirem tecnologias disponíveis para esse fim nem sempre vem sendo viabilizadas devido à falta de perfil empreendedor por parte dos produtores e de suas entidades associativas e cooperativas. No âmbito Estatal, ressepte-se de políticas públicas no setor, voltadas para viabilizarem essas iniciativas empreendedoras, no que tange a capacitação dos produtores, quanto aos aspectos do processo: gestão dos custos de produção, receita e obtenção de crédito a título de custeio e investimento e ainda conhecimento das tecnologias disponíveis no mercado, voltadas para um modelo de comercialização de forma associativa e cooperativa. Enquanto que, os produtos derivados, ou melhor, as matérias primas para a indústria chocolateira como líquido, manteiga, pó e/ou torta de cacau, com maior valor agregado, utilizados para obtenção de chocolates e/ou produtos achocolatados, cosméticos, entre outras opções. Estes produtos são comercializados por apenas cinco empresas moageiras brasileiras de cacau, vinculadas à Associação das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC). Sendo que, a Cargill, figura como a maior processadora da América Latina, com 35% de participação relativa no Brasil, a Barry Callibaut e a ADM Joanes cada uma com 25%, a Delf Cacau com 9% e a Indeca com 6% de participação (Bahia, 2006).

Para mudar o sistema implantado ao longo de décadas e superar os entraves regionais, fez-se necessário instalar um Centro de desenvolvimento e capacitação tecnológico agroindustrial, para produção de derivados de amêndoa de cacau e chocolate, pronto para consumo. E também uma unidade de processamento de polpas e sucos de cacau e demais espécies de frutas relacionadas com a exploração do cacau na CEPLAC, de Ilhéus (BA). Neste sentido a CEPLAC juntamente com órgãos de ensino e pesquisa nas esferas dos governos Estadual e Federal e instituições não governamentais, como FAPESB, UESC, FINEP, IESB e Almirante Cacau, veem trabalhando intensamente em dois programas: (Plataforma Cacau e Bahia Inovação), com diversas ações de pesquisas na área de aproveitamentos integral do cacau e de outros frutos da Mata Atlântica que dão sombra ao cacaueiro. Entre eles o projeto de “Desenvolvimento de produtos não tradicionais derivados do cacau enriquecidos com frutas desidratadas e outros produtos agropecuários da região cacaueira” e o Projeto de “Desenvolvimento de equipamentos de pequeno porte



ou pequenas plantas, para a Indústria chocolateira”. Espera-se com estes projetos dentro de dois anos a região cacauera se torne um grande polo chocolateiro (Fazendas de chocolates), a exemplo do que ocorreu com polpa de frutas na região.

A inserção do Brasil no mercado de cacau fino começou a partir da tese de pós-doutorado do pesquisador da - CEPLAC. Após a conclusão desta tese, em 2007, a CEPLAC estimulou alguns produtores a conhecer o mercado europeu de cacau fino. Em 2009, o Ministério da Agricultura firmou o primeiro convênio com a APC para apoiar a ida de produtores nacionais ao Salão do Chocolate de Paris. Já em 2010, dez produtores da Bahia, Pará e Espírito Santo mostraram seus produtos no estande brasileiro. Sendo que, quatro deles receberam algum tipo de reconhecimento do International Cocoa Awards. Na oportunidade a CEPLAC participou da seleção das sete amostras de amêndoas incluídas na competição. Segundo a CEPLAC/MAPA, a premiação concedida aos produtores, é resultado da persistência de produtores brasileiros, investimento em tecnologia e apoio do governo na promoção do fruto nacional no exterior. Segundo a Associação dos Produtores de Cacau (APC), atualmente o mundo produz 150 mil toneladas por ano do produto e há demanda para 400 mil. Ele diz que, o consumo de chocolate fino cresce na China 24% ao ano e no Brasil, 12%. “Temos muito espaço para crescer e o preço é remunerador. Segundo o mesmo, o cacau fino vale o dobro e, em alguns casos, até o triplo do valor do convencional, cotado hoje a US\$ 2,7 mil, a tonelada.”

Referindo-se ao eixo “**execução** das políticas públicas e articulação e integração de parcerias” do objetivo específico de PD&I, contemplado no ME/PEC-2012/2022. - Em complemento à infraestrutura e conhecimento técnico acumulado a mais de meio século, tem-se estimulado o fortalecimento de parcerias e cooperações Internacionais, entre os países produtores de cacau através da COPAL. Esse ato visa ampliar o intercâmbio na prevenção e controle de doenças que afligem a lavoura cacauera, a exemplo da vassoura de bruxa e da ameaça que representa a monilíase do cacauero e ainda evitar o excesso de produção no mercado. Merece destaque também, os interesses das delegações internacionais sobre os trabalhos que a CEPLAC desenvolve no manejo Integrado da Vassoura-de-Bruca, o desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais e na atenção ao Agricultor Familiar, inclusive coma elaboração de projetos para serem financiados pelos bancos públicos e privados. E no âmbito nacional, na esfera Federal, mantém parcerias com o os ministérios MDA, MCT, MAPA/Embrapa, Conab, Inmet. Universidades Federais e Estaduais, e com outros órgãos dos Governos Estaduais e Municipais.

Portanto, para executar o objetivo, iniciativa e projetos de PD&I, utiliza-se a uma complexa infraestrutura. Vide nota de Rodapé Nº ¹.

Programa: 2042 - Inovações para a Agropecuária (*1)

Objetivo: 0968 - Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.

¹**Nota Nº 1.** Para desenvolver a **Iniciativa: 03GM** – Geração, transferência e difusão de tecnologias sustentáveis, adequadas aos sistemas agrossilvopastoris das regiões cacauera dos Biomas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica do Objetivo 0845: **0845** Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia. A CEPLAC utiliza-se de uma infraestrutura logística, composta de: 3 Centros de Pesquisas; Três dezenas de **laboratórios**; Duas dezenas de **estações experimentais**; Uma unidade de **introdução de plantas** em regime de quarentena. Esta estrutura é utilizada por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores e colaboradores voltados para desenvolvimento de pesquisas avançadas em genética, biologia molecular, fitopatologia, fisiologia da produção, solos, agroecologia, sistemas agroflorestais, biocontrole, socioeconômica e tecnologias de processamento, com 134 projetos em andamento nos diversos centros regionais. Estes projetos em curso contemplam as seguintes cadeias produtivas: Cacau (88), Seringueira (11), Dendê (6), Pupunha (4), Café (2), Fruticultura (2), Mandioca (1), Defesa Agropecuária (11), Bovinocultura (6) e Pequenos animais (3), articuladas nos estados do AM, BA, ES, MT, PA e RO. Em complementação e interação, conta ainda, com uma rede de intercâmbio nacional e internacional.



Órgão: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade Responsável: CEPLAC - MAPA

Análise Situacional do Objetivo:

Alinhado aos objetivos estratégicos de melhoria da qualidade de vida por meio da geração de emprego, trabalho e renda e, promoção da competitividade e sustentabilidade do setor agrícola nas regiões cacaueiras do Brasil, o objetivo em apreço se opera por meio das atividades de assistência técnica e extensão rural – ATER, desenvolvidas pela CEPLAC/MAPA nos territórios rurais, tendo como foco o desenvolvimento de agrossistemas sustentáveis e organização do setor agropecuário, com inserção junto às comunidades rurais em especial nos segmentos da agricultura familiar. O enfoque das ações está nas metodologias participativas com realce à transferência de conhecimentos tecnológicos e gerenciais e à organização socioprodutiva. Consoante aos desafios da política nacional de ATER o esforço do Objetivo está integrado à dinâmica do desenvolvimento territorial rural, incluindo produtiva e socialmente agricultores familiares, quilombolas, indígena e ribeirinhos em 17 territórios da cidadania, além de 5 territórios rurais de identidade, com cerca de 70 mil produtores rurais cadastrados num sistema próprio de gerenciamento da extensão, além de apoio técnico e associativo a 1.182 cooperativas e associações rurais, com repercussões em um universo de influência superior a 150 mil famílias que cultivam sistemas agroflorestais correlatos à cacaucultura,

A Lei nº 12.897/2013, que autoriza a instituição da Agencia Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER, sancionada pela Presidente da República em 18 de dezembro de 2013, representa grande avanço na gestão integrada e fomento ao sistema nacional de ATER, com consequente resgate do estado aos processos de desenvolvimento territorial rural sustentável no campo brasileiro. Nesse contexto o Objetivo ganha realce diante da referência da CEPLAC nas ações integradas de PD&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação) e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), dada sua expertise, há 56 anos, no recorte regional em que atua - regiões cacaueiras dos Biomas da Mata Atlântica e Amazônica, sendo atualmente a única instância do governo federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que opera diretamente serviços de ATER no Brasil.

A meta de ATER registra apuração acumulada no exercício de 50.912 produtores rurais assistidos nos estados de atuação, aferindo índice de 84,85% em relação ao programado na LOA 2013, 60 mil produtores - referência ao final do PPA. Não obstante adversidades na execução orçamentária registra-se incremento de novos 2.149 produtores inseridos no exercício.

A área física dos cultivos definidos como foco na estratégia institucional e meta do objetivo: cacau, seringueira e dendê, alcança assistência técnica em superfície de 684.310 hectares, acumulado no exercício, além do atendimento a outros cultivos complementares e criações no espectro de atuação.

A meta que realça o esforço na organização socioprodutiva registra atendimento a 1.182 organizações cadastradas no ciclo analisado, envolvendo 14.676 agricultores associados assistidos de forma coletiva.

Constatarem-se, ainda, contingente de 36,2 mil famílias beneficiadas diretamente e capacitação técnica de 23,5 mil trabalhadores e agricultores em cultivos, criações e processos diversos de aproveitamentos de produtos e gestão da propriedade rural. Promoveu-se, com esses métodos, o acesso dos Agricultores Familiares ao crédito qualificado do PRONAF, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do Governo Federal. Na Amazônia compartilham-se iniciativas e metas de ATER dentro do eixo de fomento à produção sustentável, no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAM, coordenado pela secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.



A regionalização das ações se opera em três Superintendências (Bahia, Pará e Rondônia) e três Gerências (Espírito Santo, Mato Grosso e Amazonas). Circunscrita ao recorte regional das regiões produtoras de cacau do Brasil as iniciativas e ações contemplam dois relevantes Biomas para a humanidade, a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica, envolvendo população superior a seis milhões de habitantes, distribuída em 223 municípios e 22 territórios rurais nos seis estados produtores de cacau. A apuração tem base no esforço regionalizado de atendimento aos produtores rurais e associações rurais, conforme posição descrita a seguir: Amazonas – 4.075; Bahia – 18.255; Espírito Santo – 1.321; Mato Grosso – 1.570; Pará – 14.134 e Rondônia – 11.557, com o seguinte resultado consumado por região: 1.570 no Centro Oeste; 29.766 no Norte; 18.255 no Nordeste e 1.321 no Sudeste.

Diante da redução nos limites de orçamento liberados, buscou-se mitigar impactos na realização das metas físicas por meio da recomposição dos recursos no final do exercício e na adoção de medidas de contenção e otimização dos custos, além das parcerias com os governos dos estados e municípios no compartilhamento de ações.

Alinhado aos esforços de ATER e crédito rural, encontra-se em curso a produção e distribuição anual de 24 milhões de propágulos de espécies diversas com destaque para 20 milhões de sementes de cacau e essências florestais distribuídas por ano, de forma dirigida aos sistemas agro sustentáveis, em consonância com o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC.

Em sintonia com as demandas territoriais o Centro de Extensão na Bahia dedica especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório dos jovens para os centros urbanos, a partir de ações que venham favorecer suas permanências na propriedade rural com trabalho, renda e cidadania. Para tanto, tem se estimulado a constituição de empreendimentos produtivos por jovens rurais. Uma das ações é a formação de jovens em organização social e produtiva, tendo já formados no exercício anterior, 480 jovens rurais em 10 turmas de 124 horas de conteúdo e, novas turmas já estão selecionadas para este ano, num esforço de cooperação técnica já assinado entre CEPLAC, MDA e Governo do Estado da Bahia. Objetivando ainda qualificar as metodologias de extensão rural foram implantadas 35 unidades demonstrativas ou unidades de referência tecnológica (URT), em parceria com os produtores rurais por meio da Federação da Agricultura do Estado da Bahia - FAEB, em sistemas de produção e manejo integrado de pragas.

Iniciativas do setor e de esforços articulados dentro do Objetivo junto a segmentos do governo possibilitaram a inserção do cacau na política de garantia de preços mínimos - PGPM, decisão presidencial instituída pelo Ministério da Agricultura através da portaria nº 700 de 14.08.2013 alcançando a cadeia produtiva do cacau num momento de franca recuperação no Brasil. Recentes projeções baseadas na curva de consumo de cacau e derivados dos últimos 40 anos sinalizam demanda mundial crescente para o próximo quinquênio da ordem de um milhão de toneladas de cacau ano, com incremento no consumo de chocolate e de cacau no Brasil e nos demais países dos BRICS. Vale ressaltar que, a partir de 2003, o país saiu de um consumo de 0,800 Kg de chocolate, para o patamar de 2,2 Kg per capita, em 2012. Vale registrar também que, coincidência ou não, os preços internos do cacau saíram do patamar de R\$ 60,00 para R\$ 100,00 por arroba, entre julho a dezembro de 2013, após adoção do preço mínimo.

Evidenciam-se em todos os estados de atuação uma maior participação associativa e melhora de qualidade na gestão do sistema associativo e/ou cooperativista rural, com saldos positivos na elevação da competitividade e oferta de produtos e serviços qualificados por iniciativas de certificação de produtos e processos a exemplo de orgânicos e indicação geográfica.

Quanto à agregação de valor, destacam-se o desenvolvimento de tecnologia de processamento de chocolate fino e de equipamentos para pequenas plantas industriais, representando um novo salto tecnológico na agroindústria regional e na capacitação de produtores e mão-de-obra na verticaliza-



ção da produção. Com este estímulo ao processamento do cacau, registrou-se no exercício volume de 285 toneladas de cacau já processadas em pequenas agroindústrias regionais, com seis instaladas na Bahia, duas no Pará e uma no Espírito Santo. Nessa dinâmica já se realizou em 2013 a quinta edição do Festival do Chocolate, na Bahia e, a primeira no Pará, com a participação de produtores instituições brasileira, já na terceira edição do Salão Internacional do Chocolate, em Paris, França, bem como na organização da primeira edição do Salão do Chocolate realizado no Brasil, em Salvador, Bahia em 2012.

Num cenário prospectivo para o ciclo do PPA em curso, o desafio da cacauicultura no Brasil, setor mais destacado do Objetivo, estará realçado em dois flancos definidos pelo Plano de Gestão Estratégica da CEPLAC: de um lado os esforços para recuperação do parque produtivo da Bahia e Espírito Santo, com potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa pela elevação da produtividade e qualidade dos produtos, de outro os estados do Norte registrando franca expansão das áreas plantadas e colhidas, com expectativa de incremento em até 10 mil hectares/ano até o final da década em curso.

Em harmonia com as Câmaras Setoriais do Cacau, Borracha e Agroenergia, bem como de iniciativas de governos estaduais, encontra-se em curso plano de desenvolvimento com metas delineadas de expansão, recuperação e modernização de cultivos, com destaque para as seguintes cadeias em 2014: a) Cacau, 23 mil hectares de implantação e 38 mil de renovação; b) Dendê, 3 mil hectares de implantação e 1,5 mil de renovação; c) Seringueira, com 5 mil hectares de substituição do sombreamento e 6 mil de plantio em SAFs e d) Fruticultura, 200 hectares de implantação, além de apoio às demais cadeias produtivas complementares.

Meta: Ampliar de **5.300** para **7.000** o número de produtores associados em organizações nas regiões cacaueiras

Instituição Responsável pela Apuração: CEPLAC/MAPA

Método de Apuração: Monitoramento por meio do sistema gerencial interno.

Regionalização da meta:

Em nº de Produtores REGIÃO / U F	PRODUTORES ASSOCIADOS EM 2013 - PPA					
	Inicial 2011	Final 2015	Apurado			
			2012	2013	2014	2015
Amazonas				1.898		
Pará				520		
Rondônia				4.100		
Total – Norte	3.239	4.279	1.250	6.518		
Bahia				7.502		
Total – Nordeste	1.813	2.393	7.317	7.502		
Mato Grosso				442		
Total Centro-Oeste	104	138	110	442		
Espírito Santo				214		
Total – Sudeste	144	190	90	214		
Total - Geral - BRASIL	5.300	7.000	8.767	14.676		
Data de referência	2011	2011	31/12/2012	31/12/2013		



Análise Situacional da Meta:

Do contingente de organizações e produtores associados atendidos diretamente nos imóveis rurais e comunidades, apurou-se no exercício em apreço a inclusão de novas 233 associações, que somadas as 949 existentes em 2012, consoma de forma acumulada até dezembro de 2013, 1.182 organizações associativas acompanhadas dentro do ciclo do PPA, com 14.676 agricultores associados, destes, 5.909 inclusos neste exercício. Promoveu-se o acesso dos Agricultores Familiares ao crédito qualificado do PRONAF, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do Governo Federal.

O alcance do resultado com superação ao índice estabelecido para esta meta no PPA é decorrência do esforço de priorização das metodologias coletivas e atendimento preferencial às organizações associativas do campo, em particular junto ao público da agricultura familiar, assim como do atendimento focado nas parcerias institucionais por meio de cooperações técnicas junto às prefeituras e estados de atuação.

A meta está descentralizada por Bioma por meio do esforço regionalizado de fortalecimento da organização socioprodutiva nos territórios e estados de atuação, conforme posição descrita a seguir: Amazonas – 1.898; Bahia – 7.502; Espírito Santo – 214; Mato Grosso – 442; Pará – 520 e Rondônia – 4.100, com o seguinte resultado consumado por região: 442 no Centro Oeste; 6.518 no Norte; 7.502 no Nordeste e 214 no Sudeste.

A qualificação das metodologias participativas de ATER na abordagem junto às comunidades rurais tem estimulado a organização e eficácia na gestão do sistema associativo e/ou cooperativista rural, com saldos positivos na elevação da competitividade e oferta de produtos e serviços, por meio de esforço solidário na verticalização e integração das cadeias produtivas regionais. Constata-se certo dinamismo em esforços solidários na verticalização e integração das cadeias produtivas regionais, favorecido pelo atual contexto do campo brasileiro que tem influenciado sobremaneira o crescimento das demandas de organização social e produtiva, bem como na ampliação do acesso aos programas e políticas públicas transversais.

Meta: Ampliar de **53** mil para **70** mil, o número de produtores atendidos por ATER nas regiões cacaueiras.

Instituição Responsável pela Apuração: CEPLAC/MAPA

Método de Apuração: Monitoramento por meio do sistema gerencial interno.

Regionalização da meta:

Em nº de Produtores	PRODUTORES ATENDIDOS EM 2013 – PPA					
	REGIÃO / U F	Inicial	Final	Apurado		
	2011	2015	2012	2013	2014	2015
Amazonas				4.075		
Pará				14.134		
Rondônia				11.557		
Total – Norte	32.415	42.791	29.037	29.766		
Bahia				18.255		
Total – Nordeste	18.131	23.934	16.873	18.255		
Mato Grosso				1.570		
Total Centro-Oeste	1.040	1.373	1.570	1.570		



Em nº de Produtores	PRODUTORES ATENDIDOS EM 2013 – PPA					
REGIÃO / U F	Inicial	Final	Apurado			
	2011	2015	2012	2013	2014	2015
Espírito Santo				1.321		
Total – Sudeste	1.441	1.902	1.283	1.321		
Total - Geral – BRASIL	53.027	70.000	48.763	50.912		
Data de referência	2011	2011	31/12/2012	31/12/2013		

Análise Situacional da Meta:

Análise consolidada de apuração da meta a partir do esforço das unidades regionais descentralizadas constata incremento de novos 1.465 produtores atendidos no primeiro semestre e mais 684 no segundo semestre, que somados aos 48.763 de 2012, consoma atendimento direto pelos serviços de ATER ao público de 50.912 produtores rurais, cumulativo até 31 de dezembro de 2013, destes, portanto, 2.149 inclusos no exercício em apreço. Diante de descompassos constatados no calendário de liberação dos limites orçamentários a consecução dessas metas contou em parte com atividades desenvolvidas em parcerias institucionais junto aos governos estaduais e municípios, por meio de cooperações técnicas.

A apuração da meta tem como base o esforço regionalizado de atendimento aos produtores rurais nos territórios e estados de atuação, conforme posição descrita a seguir: Amazonas – 4.075; Bahia – 18.255; Espírito Santo – 1.321; Mato Grosso – 1.570; Pará – 14.134 e Rondônia – 11.557, com o seguinte resultado consumado por região: 1.570 no Centro Oeste; 29.766 no Norte; 18.255 no Nordeste e 1.321 no Sudeste.

A realização desta meta física com desempenho aquém do programado no PPA está associada às limitações de recursos orçamentários e financeiros liberados neste exercício, bem como prejuízos nas atividades de extensão rural decorrente de suspensão das indenizações de campo - valor parcial de diária que cobria despesas com alimentação em razão de deslocamento para atividades de campo superior a seis horas. A execução orçamentária sofreu no exercício de redução drástica de limites, registrando até o primeiro semestre em apenas 31% dos recursos empenhados, situação que veio a normalizar no limiar dos prazos para realização de empenhos, contribuindo para níveis insatisfatórios de realização desta meta física em apreço.

Consoante às demandas territoriais o Centro de Extensão da Ceplac na Bahia tem atuado na perspectiva do fortalecimento da agricultura familiar, com especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório para os centros urbanos, a partir de ações que venham favorecer a permanência do jovem na propriedade, com trabalho, renda e cidadania. Para tanto, tem estimulado a constituição de empreendimentos produtivos por jovens rurais. Num esforço de qualificação dirigida já foram capacitados 480 jovens rurais em 10 turmas de 124 horas de conteúdo. Objetivando ainda aperfeiçoar as metodologias de extensão rural foram implantadas 35 unidades demonstrativas ou unidades de referência tecnológica (URT), em parceria com os produtores rurais, em sistemas de produção e manejo integrado de pragas.

Considerando-se o conjunto de métodos e técnicas de atendimento e qualificação tecnológica na assistência ao público alvo registram-se 23,5 mil trabalhadores e agricultores capacitados e um contingente de 36.172 famílias rurais beneficiadas pelas iniciativas e ações de ATER desenvolvidas.

Articulações do setor produtivo com governo e agentes financeiros têm superado gargalos do desenvolvimento rural nas regiões cacaueiras, especialmente sobre a repactuação de dívidas dos produtores rurais e disponibilização de novas linhas de crédito. A qualificação de metodologias de transfe-



rência e difusão de tecnologias através das unidades demonstrativas e instalação de sistemas agroflorestais implantados de forma participativa com os agricultores têm se constituído em alternativas, diante de dificuldades financeiras e de pessoal, hoje vigente.

Estas iniciativas oportunizaram a retomada da produção e produtividade dos imóveis rurais, com reflexos na dinamização das cadeias produtivas regionais, manutenção do parque moageiro do cacau e níveis de processamento, com redução consequente da importação de matéria prima para as indústrias processadoras de chocolate.

Meta: Ampliar de **649,4** mil ha para **696,4** mil ha a área assistida de cacau, dendê e seringueira.

Instituição Responsável pela Apuração: CEPLAC/MAPA

Método de Apuração: Monitoramento por meio do sistema gerencial interno.

Regionalização da meta:

Em hectares	ÁREA ASSISTIDA DE CACAU, DENDÊ E SERINGUEIRA					
REGIÃO / U F	Inicial	Final	Apurado			
	2011	2015	2012	2013	2014	2015
Amazonas				13.000		
Pará				126.800		
Rondônia				37.284		
Total – Norte	105.260	151.328	180.232	177.084		
Bahia				485.300		
Total – Nordeste	522.044	522.044	481.581	485.300		
Mato Grosso				926		
Total Centro-Oeste	1.067	2.013	1.170	926		
Espírito Santo				21.000		
Total – Sudeste	21.005	21.005	21.000	21.000		
Total - Geral - BRASIL	649.376	696.390	683.983	684.310		
Data de referência	2011	2011	31/12/2012	31/12/2013		

Análise Situacional da Meta:

Consiste no registro consolidado de atendimento direto às unidades produtivas pelos serviços de assistência técnica e extensão rural, considerando-se a superfície em hectares dos cultivos definidos na estratégia institucional como cultivos foco das ações e do objetivo: cacau, seringueira e dendê. A meta apurada de atendimento direto às unidades produtivas contemplou cobertura de assistência técnica a uma superfície de 684.310 hectares, somando-se as áreas dos 3 cultivos priorizados tanto em cultivo único como em sistemas agroflorestais - SAFs.

O esforço de ampliação quantitativa e qualitativa de cobertura pelos serviços de ATER e difusão das tecnologias validadas nessa área e nos arranjos produtivos focados permitirá ao Brasil voltar a ser grande no mercado de cacau possibilitando atingir as metas estratégicas estabelecidas pelo setor de elevação da produtividade média nacional para o patamar de 480 kg/ha/ano e de alcance das 380 mil toneladas/ano com os cultivos já instalados e em expansão, até o final de 2015.



A distribuição da área assistida atende a seguinte regionalização: Centro Oeste - 926 hectares de cacau no Mato Grosso; Nordeste: Cacau - 453.459ha; Dendê - 17.341ha e Seringueira - 14.500ha, de cultivos instalados no estado da Bahia; Norte: AM - 13.000ha de cacau; PA - 126.800ha de cacau e RO - 37.284ha de cacau e, Sudeste - 21.000 hectares de cacau no Espírito Santo.

Ressalta-se no exercício em curso a realização de ajustes das áreas assistidas em cada estado em razão de atualização da base de dados do IBGE conciliados com o diagnóstico do sistema de gerenciamento da extensão rural da CEPLAC.

Iniciativa de responsabilidade da unidade, vinculada ao Objetivo 0968, do Programa: 2042.

Iniciativa: 044F - Difusão de tecnologias agrícolas e planos de negócios sustentáveis para as regiões cacaueiras.

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa:

O esforço primordial da Iniciativa Difusão de Tecnologias reside na busca do desenvolvimento sustentável das comunidades rurais através do fortalecimento das atividades produtivas, elevando o padrão de qualidade de vida e estimulando a geração de emprego, renda e inclusão social, por meio da transferência de conhecimentos tecnológicos e gerenciais, organização socioprodutiva e uso sustentável dos recursos naturais.

Com a qualificação dos serviços de ATER tem-se avançado na superação de gargalos intrínsecos ao desenvolvimento rural nas regiões, especialmente sobre a repactuação de dívidas dos produtores rurais, bem como no aperfeiçoamento das metodologias de transferência e difusão de tecnologias por meio das unidades demonstrativas e instalação de sistemas agroflorestais implantados de forma participativa com os agricultores.

O Projeto de inserção de jovens com formação para a sucessão rural profissionalizada, desenvolvido e executado em parceria com o SENAR/BA, demonstram resultados integrados a outras políticas públicas para jovens de 16 a 29 anos representa estudo de caso que deve servir orientar um novo modelo de qualificação de ATER para ambientes assemelhados.

Constatou-se nesse processo o desenvolvimento de competências locais visando agregar maior valor aos produtos agrícolas, por meio da verticalização, do licenciamento socioambiental e de conceitos voltados às demandas do mercado. Ampliou-se a competitividade das cadeias produtivas do cacau, borracha, dendê e outros produtos nas regiões produtoras de cacau do Brasil, evidenciando um novo diferencial de qualidade no aspecto da conservação produtiva, bem como na ênfase aos processos de inclusão sócioprodutiva e promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

Além dos 50.912 produtores atendidos diretamente nos imóveis rurais, registra-se a existência de 1.182 organizações associativas acompanhadas no exercício, com 14.676 agricultores associados. Garantiu-se o acesso dos Agricultores Familiares ao crédito qualificado do PRONAF, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do Governo Federal.

Quanto à execução orçamentária, a limitação de recursos no exercício gerou prejuízos para as atividades de extensão rural e transferência de tecnologias. Registra-se que do valor consignado na LOA, R\$ 5.904.885,00, para o PO difusão tecnológica, apenas R\$ 4.698.200,75 (79,56%) foram libera-



dos, tendo destes, R\$ 4.692.393,31 empenhados, 99,88% do liberado. Em relação à LOA o desempenho foi de 79,47%, aquém dos níveis historicamente realizados.

Medida Institucional, Normativa e Outras:

Medida: Difusão e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e de Sistemas Agroflorestais nas Regiões Cacaueiras. As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0002 - "Coordenação e Gestão do Desenvolvimento das Regiões Cacaueiras", da Ação Orçamentária 20ZY - Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau.

Unidade Responsável: CEPLAC – MAPA

Análise Situacional da Medida Institucional, Normativa:

A estratégia de implantação do MINO Difusão e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e de Sistemas Agroflorestais nas Regiões Cacaueiras está centrado nas atividades de assistência técnica e extensão rural tendo como referência e abordagem o desenvolvimento territorial rural nas regiões cacaueiras do Brasil, revelando-se forte inserção junto às comunidades rurais em especial nos segmentos da agricultura familiar.

A abordagem e forma de execução, além do enfoque nas metodologias participativas, priorizaram a transferência de conhecimentos tecnológicos e gerenciais, a organização sócio produtiva e o uso sustentável dos recursos naturais, tendo como eixos a conservação produtiva, verticalização da produção e construção de redes de comercialização.

Alinhado aos esforços de inovação e difusão tecnológica, assistência técnica e crédito rural, encontra-se em curso a produção e distribuição anual de 24 milhões de propágulos de espécies diversas com destaque para 20 milhões de sementes de cacau distribuídas por ano nos estados do Norte, contribuindo assim para a recuperação e expansão de sistemas agro sustentáveis, em consonância com o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC.

Decorre desse esforço a oportunidade de retomada da produção e produtividade dos imóveis rurais, com reflexos na dinamização das cadeias produtivas regionais, manutenção do parque moageiro do cacau e níveis de processamento, com redução consequente da importação de matéria prima para as indústrias processadoras de chocolate.

Portanto, para executar o objetivo, iniciativa e projetos de PD&I, utiliza-se a uma complexa infraestrutura. Vide nota de Rodapé Nº 2.

Programa: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização. (1*)

Objetivo: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.

²**Nota Nº 2.** Para desenvolver a Iniciativa 044F: Difusão de tecnologias agrícolas e planos de negócios sustentáveis para as regiões cacaueiras do Objetivo 0968: Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia, do Programa: 2042 - Inovações para a Agropecuária. Os Centros Extensão Rural da CEPLAC, instalados nos Estados nas Superintendências da Bahia, Pará e Rondônia e nas Gerências do Amazonas, Espírito Santo e Mato Grosso, utilizam-se de uma infraestrutura logística, composta de oito (08) Postos Avançados, noventa e cinco (95) Escritórios Locais, treze (13) Regionais e seis (06) Centros de Extensão Rural – CENEX/CEPLAC. Esta estrutura é utilizada por uma equipe multidisciplinar de técnicos extensionistas e colaboradores voltados para desenvolvimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – Os projetos em curso contemplam as seguintes cadeias produtivas: Cacau (88), Seringueira (11), Dendê (6), Pupunha (4), Café (2), Fruticultura (2), Mandioca (1), Defesa Agropecuária (11), Bovinocultura (6) e Pequenos animais (3), articuladas nos estados do AM, BA, ES, MT, PA e RO. Em complementação e interação, conta ainda, com uma rede de intercâmbio nacional e internacional.



Órgão: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

Programa: 2042 - Inovações para a Agropecuária (*1)

Objetivo: 0968 - Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvo-pastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Unidade Responsável: MAPA-SDA

Análise Situacional do Objetivo:

Unidade Responsável: MAPA-SDA

Meta: Modernizar duas unidades artesanais de extração de óleo de dendê

Instituição Responsável pela Apuração: CEPLAC - MAPA

Método de Apuração: Monitoramento sistemático por meio dos sistemas gerenciais internos.

Regionalização da meta:

Em unidade	UNIDADES ARTESANAIS DE EXTRAÇÃO DE ÓLEO DE DENDÊ					
	Inicial	Final	Apurado			
REGIÃO / U F	2011	2015	2012	2013	2014	2015
Amazonas	-	-	-	-		
Pará	-	-	-	-		
Rondônia	-	-	-	-		
Total – Norte	-	-	-	-		
Bahia	-	2	2	2		
Total – Nordeste	-	2	2	2		
Mato Grosso	-	-	-	-		
Total Centro-Oeste	-	-	-	-		
Espírito Santo	-	-	-	-		
Total – Sudeste	-	-	-	-		
Total - Geral - BRASIL	-	2	2	2		
Data de referência	2011	2011	31/12/2012	31/12/2013		

Análise Situacional da Meta:

A meta de implantação de duas mini usinas para funcionamento como unidades pilotos de processamento de dendê foi realizada mediante parceria entre CEPLAC e Petrobrás, tendo seu início com a aquisição dos equipamentos em 2012 e processos de instalação nesse ano e seguinte. Estas unidades de processamento têm como objetivo a capacitação de agricultores familiares dos territórios da cidadania do Baixo Sul e Litoral Sul da Bahia, com vistas ao beneficiamento adequado dos subprodutos do dendê, além de se constituírem em unidades demonstrativas e modelos de plantas para processamento em pequena escala pelos segmentos da agricultura familiar. De posse dos equipamentos executou-se nesse o ano a instalação da primeira mine usinas localizada na Estação Experimental Lemos Maia, área da CEPLAC, no município de Una, Bahia, cumprindo sua função de treinamento de produtores e base de ensaio experimental sobre beneficiamento, no centro de produção de dendê do Território da Cidadania do Litoral Sul da Bahia. Com a modernização desses processos busca-se além da produtividade e competitividade do setor, melhorar a qualidade do óleo e superar obstáculos para a utilização do óleo de palma como matéria-



prima na produção de biodiesel, consolidando assim sua comercialização para a Unidade de Biodiesel de Candeias, na Bahia, diante de vantagens comparativas, dada a sua localização próxima ao parque produtivo no Recôncavo Baiano, onde será instalada a segunda mine usina, no município de Valença, Ba. A apuração quantitativa e qualitativa da meta está regionalizada para o parque produtivo de dendê localizado nos Territórios da Cidadania do Baixo Sul e Litoral Sul, no Estado da Bahia, Região Nordeste e esta registrada de modo cumulativo dentro do ciclo do PPA.

Meta: Promover a implantação de 10.000 ha de dendezaís:

Em hectares	IMPLANTAÇÃO DE DENDEZAIS					
	Inicial	Final	Apurado			
REGIÃO / U F	2011	2015	2012	2013	2014	2015
Amazonas	-	-	-	-	-	-
Pará	4.000	4.000	-	-	-	-
Rondônia	-	-	-	-	-	-
Total – Norte	4.000	4.000	-	-	-	-
Bahia	6.000	6.000	450	512	-	-
Total – Nordeste	6.000	6.000	450	512	-	-
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-
Total Centro-Oeste	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-
Total – Sudeste	-	-	-	-	-	-
Total - Geral - BRASIL	6.000	6.000	450	512	-	-
Data de referência	2011	2011	31/12/2012	31/12/2013	-	-

Análise Situacional da Meta:

Na proposta de revisão do PPA agora em 2013 sugeriu-se alteração nos quantitativos dessa meta de implantação de dendezaís, de 10 mil para 6 mil hectares, restringindo-se sua regionalização ao Nordeste, excluindo-se portanto a meta equivocadamente indicada para a Região Norte. O esforço da iniciativa no estado do Pará consiste apenas na implantação, pela CEPLAC, de um campo de produção de sementes melhoradas de dendê, não se constituindo meta do PPA.

A partir de parcerias com o MDA consolidada em 2012 viabilizou-se a produção e distribuição de sementes e mudas selecionadas do cultivar Tenera, permitindo ainda neste ano a expansão de mais 50 hectares de novos cultivos no primeiro semestre e mais 12 hectares no segundo semestre, somados aos 450 hectares já implantados no exercício de 2012. A apuração quantitativa da meta está expressa de modo cumulativo, representando até o fechamento do primeiro semestre de 2013 uma expansão acumulada de apenas 512 hectares de novos cultivos, índice inferior a 10%, diante de entraves associados principalmente à regularização dos trâmites para produção de mudas e limitações de crédito para investimento na atividade.

Informações da área técnica do Centro de Pesquisas da CEPLAC, na Bahia, dão conta de que a atividade produção de sementes selecionadas para distribuição aos agricultores familiares encontra-se paralisada em razão de restrições contidas na MP nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, em conformidade com o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal do Brasil e atendendo aos pressupostos contidos nos arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (Versão em português) da Organização das Nações Unidas – ONU, todas as



atividades inerentes a acesso ao Patrimônio Genético/Conhecimento Tradicional Associado e Repartição de Benefícios estão sujeitas ao regramento decorrente da referida Medida Provisória e tem como órgão executor/regulador o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN. De acordo com as informações dos Técnicos do CGEN as atividades de recursos genéticos da Ceplac estão enquadradas na Deliberação nº 209 e na Orientação Técnica nº 7 do CGEN; e que a utilização das variedades obtidas e distribuídas aos agricultores pela Ceplac se caracterizam como assistência técnica que ainda carece de regulamentação pelo CGEN – regularização em andamento.

Diante das dificuldades apontadas, assim como na operacionalização de crédito, especialmente aos agricultores familiares e no volume de produção de semente, verificou-se entrave no ritmo de expansão de novas áreas, cabendo atenção à proposta de revisão da meta em apreço, salvo definição de nova estratégia governamental para o setor.

Meta: Promover a renovação de **6.000** ha de dendezais.

Instituição Responsável pela Apuração: CEPLAC - MAPA

Método de Apuração: Monitoramento sistemático por meio dos sistemas gerenciais internos.

Regionalização da meta:

Em hectares	IMPLANTAÇÃO DE DENDEZAIS.					
	Inicial	Final	Apurado			
REGIÃO / U F	2011	2015	2012	2013	2014	2015
Amazonas	-	-	-	-		
Pará	-	-	-	-		
Rondônia	-	-	-	-		
Total – Norte	-	-	-	-		
Bahia	6.000	6.000	960	960		
Total – Nordeste	6.000	6.000	960	960		
Mato Grosso	-	-	-	-		
Total Centro-Oeste	-	-	-	-		
Espírito Santo	-	-	-	-		
Total – Sudeste	-	-	-	-		
Total - Geral - BRASIL	6.000	6.000	960	960		
Data de referência	2011	2011	31/12/2012	31/12/2013		

Análise Situacional da Meta:

No exercício de 2013 esta meta sofreu as mesmas limitações quanto à disponibilidade de mudas melhoradas tendo em conta restrições, já enunciadas na meta de expansão, relativo às proibições decorrente da falta de regulamentação da produção e distribuição de sementes e mudas de dendê.

A partir de parcerias com o MDA consolidada em 2012 viabilizou-se a produção e distribuição desementes e 70 mil mudas selecionadas do cultivar Tenera, permitindo além da expansão de novos cultivos a renovação de 960 hectares de cultivos tradicionais – subespontâneos, encontrando-se ora em manutenção, pois consiste na substituição progressiva dos plantios decadentes com baixos níveis de produção e produtividade, por cultivar mais produtivos e precoces.



Outras dificuldades ainda presentes se situam na operacionalização das linhas de crédito, especialmente aos agricultores familiares, como entrave para a renovação de dendezaís.

As dificuldades na consecução dessa meta trás consequências para o setor que ora padece de falta de competitividade diante dos níveis de produtividade inferior a 5 toneladas de cachos por hectares, quando poderia alcançar as 10 toneladas/ha/ano com novos materiais genéticos e manejo adequado.

Iniciativa de responsabilidade da unidade, vinculada ao Objetivo 0750, do Programa: 2014.

Iniciativa: 02Y0 - Desenvolvimento da potencialidade agroenergética das regiões produtoras de cacau

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa:

Os esforços da iniciativa em apreço contemplam desafios do Objetivo 0750 e está focado na dinamização dos cultivos da oleaginosa dendê como agroenergia, além da superação de obstáculos para a utilização do óleo de dendê como matéria-prima na produção de biodiesel e da viabilidade de sua comercialização pelas organizações cooperativas dos agricultores. Consiste no desenvolvimento e difusão de tecnologias e implementação de ações para melhoria e otimização do agronegócio do dendê, tanto na consolidação da agricultura familiar quanto nas pequenas e médias propriedades agrícolas situadas nos Territórios rurais do Baixo Sul e Litoral Sul da Bahia. Visa atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica da produção e utilização do óleo de dendê como matéria-prima para a produção de biodiesel.

Na proposta de revisão do PPA agora em 2013 sugeriu-se alteração nos quantitativos dessa meta de implantação de dendezaís, de 10 mil para 6 mil hectares, restringindo-se sua regionalização ao Nordeste, excluindo-se portanto a meta equivocadamente indicada para a Região Norte. O esforço da iniciativa no estado do Pará consiste apenas na implantação, pela CEPLAC, de um campo de produção de sementes melhoradas de dendê, não se constituindo meta do PPA.

A meta de implantação de duas mini usinas para funcionamento como unidades pilotos de processamento de dendê foi realizada mediante aquisição dos equipamentos numa parceria entre CEPLAC e Petrobrás e têm como objetivo a capacitação de agricultores familiares dos territórios da cidadania do Baixo Sul e Litoral Sul da Bahia, com vistas ao beneficiamento adequado dos subprodutos do dendê, além de se constituírem em unidades demonstrativas e modelos de plantas para processamento em pequena escala. Uma das unidades já se encontra instalada na Estação Experimental Lemos Maia, área da CEPLAC, no município de Una, Bahia, cumprindo sua função de treinamento de produtores e base de ensaio experimental sobre beneficiamento de dendê. Com a modernização desses processos busca-se além da produtividade e competitividade do setor, melhorar a qualidade do óleo e superar obstáculos para a utilização do óleo de palma como matéria-prima na produção de biodiesel, consolidando assim sua comercialização para a Unidade de Biodiesel de Candeias, na Bahia, diante de vantagens comparativas, dada a sua localização próxima ao parque produtivo no Recôncavo Baiano. A apuração quantitativa da meta esta expressa de modo cumulativo dentro do ciclo do PPA.

Análise de execução do PO - 005 - Desenvolvimento das Potencialidades Agroenergéticas das Regiões Produtoras de Cacau, na LOA 2013, constatação baixa execução orçamentária até o 3º trimestre do exercício decorrente da redução dos limites disponibilizados, situação revertida somente no limiar dos prazos para empenho e liquidação de despesas. Observa-se que, de R\$ 1.271.666,00 aprovados na LOA foram disponibilizados até jul/13 apenas R\$ 370.856,24, representando 29,16%. Com as liberações finais consumiu-se o valor de R\$ 1.220.382,42 destes R\$ 1.220.006,87 empenhados e liquidados,



representando 99,97% sob o liberado. Em decorrência de descompasso na liberação dos recursos o desempenho da meta física do PO foi prejudicado com alcance de atendimento a apenas 6.672 hectares dos 13 mil programados, atingindo índice de 51,3% da meta da LOA.

Medida Institucional, Normativa e Outras:

Medida: Difusão de tecnologias e implementação de ações para melhoria e otimização do agronegócio do dendê, tanto na consolidação da agricultura familiar quanto nas pequenas e médias propriedades agrícolas, para atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização do óleo de dendê como matéria-prima para a produção de biodiesel. Implementação de um programa sustentável de produção de biocombustível nas regiões produtoras de cacau. As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pela Ação 20ZS - Desenvolvimento da Agroenergia.

Unidade Responsável: Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia. Leia-se:

Análise Situacional da Medida Institucional, Normativa:

O desafio de implementação de um programa sustentável de produção de biocombustível nas regiões produtoras de cacau, nasce da oportunidade de potencialização de parque produtivo da palmeira dendê já instalado nos Territórios rurais do Baixo Sul e Litoral Sul da Bahia, hoje detentor de cerca de 30 mil hectares em produção.

Alinhado ao Plano Nacional de Agroenergia o esforço, desde o ciclo do PPA 2008-2011, visa conferir sustentabilidade, competitividade e maior equidade entre os agentes dessa cadeia de agroenergia, em conformidade com os anseios da sociedade e as políticas públicas das áreas energética, social, ambiental, agropecuária e de abastecimento. Dentro do Programa Nacional de Produção e Uso do Biocombustível – PNPB destacam-se os vínculos com a medida institucional em apreço, consideradas as principais diretrizes do programa, tais como: 1) implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social; 2) garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; 3) produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas fortalecendo as potencialidades regionais para a produção de matéria prima.

Dentro do objetivo focado em agroenergia já foram superados obstáculos para a utilização do óleo de dendê como matéria-prima na produção de biodiesel e comercialização para a Unidade de Biodiesel de Candeias, Bahia, ora viabilizada pela cooperativa dos agricultores, diante das vantagens comparativas em face de sua localização próxima ao Recôncavo Baiano.

Além de ampliação do banco de germoplasma de dendê no Sul da Bahia e outro banco em estágio de implantação no Pará, consolidou-se o georeferenciamento de 1.609 propriedades rurais produtoras de dendê e 234 unidades artesanais de extração de óleo, o que permitirá difundir as boas práticas de manejo da lavoura e de processamento do dendê.

As atividades de pesquisa e desenvolvimento no MINO e Iniciativa de Agroenergia – PO 005 pela CEPLAC, que consistem na geração e difusão de tecnologias de produção, processamento e gestão confirmam desempenho de excelência para alguns híbridos interespecíficos (CJ-2337 e CJ2567), com produção média de 7,9 e 9,2 cachos por planta peso médio de 6,79kg e 7,04kg respectivamente, aos 3,5 anos após o plantio no campo, representa produtividade de 7,67 t/ha e 9,26 t/ha respectivamente.

Dificuldades na consecução das metas de modernização dos cultivos acarretam consequências para o setor que ora padece de falta de competitividade diante dos níveis de produtividade inferior a 5 toneladas de cachos por hectares, quando poderia alcançar as 10 toneladas/ha/ano com novos materiais genéticos e manejo adequado.



Outro aspecto conjuntural a ser analisado é o risco de competição de preços, diante da demanda sazonal do óleo de dendê como base de alimentação da região, intensificada pelo aumento incremental do fluxo turístico na alta estação, reduzindo sua oferta para a unidade de biocombustível.

Programa: 2028 - Defesa Agropecuária (1*)

Meta: Ampliar de 470mi1 para 600 mil hectares a área controlada de Vassoura de Bruxa nos cacauais

Instituição Responsável pela Apuração: CEPLAC/MAPA

Método de Apuração: Valor absoluto das áreas controladas anualmente.

Regionalização da meta:

Em hectares	ÁREA CONTROLADA DE VASSOURA DE BRUXA – PPA / 2012/2015					
	Inicial		Final		Apurado	
REGIÃO / U F	2011	2015	2012	2013	2014	2015
Amazonas		2.280		2.000		
Pará		57.420		80.000		
Rondônia		35.760		38.500		
Total – Norte		95.460	120.500	120.500		
Bahia		481.300		406.100		
Total – Nordeste		481.300	406.100	406.100		
Mato Grosso		240		1.300		
Total Centro-Oeste		240	1.300	1.300		
Espírito Santo		23.000		22.100		
Total – Sudeste		23.000	22.100	22.100		
Total - Geral - BRASIL	470.000	600.000	550.000	550.000		
Data de referência	2011	2011	31/12/2012	31/12/2013		

Análise Situacional da Meta:

CONTROLE DA DOENÇA VASSOURA DE BRUXA. As atividades de controle da doença vassoura de bruxa nos cacauais brasileiros constituem esforços da Iniciativa 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais. A meta é apurada de forma regionalizada e toma como referência o esforço institucional de controle integrado da enfermidade diretamente nas propriedades rurais por meio dos processos de inovação e difusão tecnológica, bem como nas campanhas educativas e/ou difusão dos conhecimentos tecnológicos e gerenciais por meio de eventos diversos focados no público alvo, assim como na sociedade dentro do recorte regional das regiões produtoras de cacau. Da superfície de área em hectares programados registram-se cobertura de monitoramento e controle integrado da doença em 550 mil hectares assistidos, com alcance de 100,0% da meta definida no PO para o exercício em apreço na LOA, representando 91,67% da meta final do Objetivo no PPA. Para o desempenho da meta reúnem-se os esforços de controle integrado da doença, envolvendo processos de pesquisas laboratoriais e de campo, assistência técnicas nos imóveis rurais, além de campanhas e demais medidas de monitoramento, com cobertura de alcance em toda área de cacauais assistidos nos estados de atuação, conforme apuração regionalizada por estado: AM – 2.000ha, BA – 406.100ha, ES – 22.100ha, MT – 1.300ha, PA – 80.000ha e RO – 38.500ha.

Alguns resultados relevantes são registrados a partir do exercício de 2012, tais como: 1) criação e registro tanto para a agricultura convencional como para sistemas orgânicos, do Biofungicida



Tricovab, com alto potencial de controle ao fungo da vassoura de bruxa, sem resíduos químicos – em fase de desenvolvimento para produção em escala comercial; 2) continuação do seqüenciamento do genoma do patógeno *Moniliophthora perniciosa* e do hospedeiro *Theobroma cacao*, permitindo com isso uma nova estratégia de controle de pragas; 3. Esforços conjuntos da CEPLAC, MAPA e Secretarias de Defesa, nos estados da Bahia e Região Norte, para dinamização do plano de contingenciamento da Monilíase do cacauero, visando proteger a cacauicultura nacional dos danos econômicos, sociais e ambientais associados ao risco de entrada, dispersão e estabelecimento dessa grave doença do cacauero, ainda não ocorrente em território brasileiro porém já instaladas em países limítrofes na América do Sul, no Norte brasileiro.

No contexto da pesquisa e inovações destaca-se o Projeto RENOBURXA – Rede de Cacau do Renorbio – Vassoura-de-Bruxa - Projeto financiado pelo Fundo nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, por intermédio da CEPLAC, com o objetivo de revitalizar a cacauicultura baiana e dinamizar a cacauicultura nacional, através do controle da doença vassoura de bruxa do cacauero (*Moniliophthoraperniciosa*), com ênfase na genética e biologia molecular.

Dentre os resultados obtidos no projeto destacam-se a identificação de diversas novas fontes de resistência; identificação de mais de uma dezena de diferentes genes ou fatores de resistência à incidência natural da doença em campo; seleção de 400 clones com associação de genes de resistência, além de outros genes de interesse, para avaliação regional e 96 progenitores para constituição de novo ciclo de melhoramento genético; estabelecimento de 5 ensaios regionais de variedades contemplando 367 clones e mais de 100 fazendas (200 novos clones estão sendo instalados); indicação de 14 variedades de cacau para cultivo comercial; identificação de marcadores moleculares para resistência; decifração de 8 genomas de cacau – genoma funcional de resistência; compreensão da evolução do patógeno; identificação dos múltiplos modos de penetração do patógeno – fungo da vassoura de bruxa.

Medida Institucional, Normativa e Outras:

Medida: As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas na Ação Orçamentária 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária pelos POs 0003 - Controle da Doença Vassoura de Bruxa, 0005 - Erradicação da Mosca da Carambola, 0006 - Prevenção, Controle e Erradicação de Praga dos Vegetais e na Ação Orçamentária 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuária, PO 000J - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos.

Iniciativa de responsabilidade da unidade, vinculada ao Objetivo 0364, do Programa: 2028.

Iniciativa: 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais.

Individualizada: Não

Unidade Responsável:

Análise Situacional da Iniciativa: Esta iniciativa é de responsabilidade da SDA/MAPA.

INDICADORES DE DESEMPENHO:

Os indicadores de desempenho definidos no Planejamento Estratégico da CEPLAC foram definidos visando utilizá-los para monitorar e avaliar a efetividade dos principais processos e os resultados alcançados pela gestão no exercício em análise e atender os requerimentos do PPA.



As principais informações sobre os indicadores, a exemplo dos respectivos nomes, os índices de referência, as metas previstas e alcançadas, estão detalhadas nos quadros abaixo e foram obtidas através de suas fórmulas específicas de cálculos, que traduz os graus de utilidade e mensurabilidade, os quais estão classificados em: A = Alta, M = Média, e B = Baixa. Os resultados destes indicadores serão utilizados para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos, etc. Conforme comentários a seguir.

Os resultados estratégicos são derivados do alinhamento do PPA 2012-2015 e do Plano Estratégico em curso e explicitam as entregas priorizadas pela estratégia organizacional. Em decorrência do método utilizado pelo Ministério do Planejamento, os programas temáticos do PPA repercutiram nos objetivos estratégicos, sobretudo na perspectiva de processos internos do Plano Estratégico da CEPLAC-MAPA, com impactos nas perspectivas da sociedade. Este alinhamento tem facilitado à gestão da estratégia do órgão, uma vez que, os executivos e ou dirigentes, ao monitorar a execução do PPA, simultaneamente, estão monitorando execução da estratégia.

Indicadores estratégicos apurados – Programa 2042 – inovações para a agropecuária. (1*)

Indicador: 641 - Indicador de desenvolvimento científico, tecnológico e de transferência de tecnologia nas regiões cacaueiras (número de projetos de PD&I, e tecnologias disponibilizadas).

Data de referência: 31/12/2010 Unidade de Medida: unidade Índice: 292

Indicador em apuração: Sim

Fonte: CEPLAC - MAPA

Periodicidade: Indisponível Base Geográfica: A Definir

Fórmula: $I = (a + b + c)$ a) Número de projetos de PD&I implantados e em execução; b) Número de projetos de TT implantados e em execução; c) Número de Tecnologias disponibilizadas.

a) Data: Dezembro 2010. Valor: 132 projetos de PD&I implantados e em execução. b) Data: Dezembro 2010. Valor: 112 projetos de TT implantados e em execução. c) Data: Dezembro 2010

INDICADOR 641 - PROGRAMA 2042 - PPA						
	Índ. de Referência	Final	Apurado			
	2.011	2.015	2.012	2.013	2.014	2.015
	292		296	297		
Data de apuração	31/12/2010		31/12/2012	19.12.2013		

* Resultado a ser alcançado ao final do PPA.

Comentários do Ano 2013

A metodologia de apuração do indicador foi mantida para o exercício em apreço utilizando-se a mesma fórmula de cálculo definida no início do PPA: $I = \sum(a + b + c)$ onde (I) representa o índice de desenvolvimento tecnológico, (a) número de projetos de PD&I implantados e em execução, (b) número de projetos de TT implantados e em execução e (c) número de tecnologias disponibilizadas.

Dados consolidados até novembro de 2013 pelos três Centros de Pesquisas (BA, PA, RO) e Gerências (AM, ES, MT) confirmam 134 projetos de pesquisas em áreas temáticas diversas, 123 pesquisas validadas e consumadas como projetos de transferência de tecnologias em execução e 40 tecnologias disponibilizadas no ano. Quando aplicada à Fórmula de cálculo, equação a seguir $I = (134+123+40)$ te-



mos como resultado 297 processos tecnológicos diversos apurados, mantendo o patamar de 1,7% sobre a meta inicial. Este resultado reflete o esforço articulado das áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovações com a assistência técnica e extensão rural nos territórios rurais de atuação do órgão no Programa 2042.

Os Objetivos integrados de PD&I e ATER estão focados em cultivos tropicais perenes nos Biomas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica, com realce entre outras características na sua atuação em territórios interiorizados do país, o que possibilita interação sistêmica com o cidadão do campo e suas unidades produtivas. Essa peculiaridade faz com que as soluções tecnológicas, gerenciais e de organização socioprodutiva desenvolvidas sejam mais efetivas, alcançando de forma qualificada um maior número de beneficiários. Dentre o público alvo destacam-se os agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, pequenos produtores e agricultores tradicionais, com atendimento anual a 70 mil produtores, envolvendo aproximadamente 1.182 cooperativas e associações rurais, com repercussões em um universo de influência superior a 150 mil famílias que cultivam sistemas agroflorestais correlatos à cacaucultura, dentro da dinâmica do desenvolvimento territorial.

O resultado do indicador reflete a estratégia atual do governo na promoção da integração do sistema de pesquisa agropecuária e do sistema de assistência técnica e extensão rural, fomentando o aperfeiçoamento e a geração de novas tecnologias e a sua adoção pelos produtores, conforme disposto no inciso II, parágrafo segundo da Lei Nº 12.897 de 18 de dezembro de 2013, que cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Indicador: 980 - Índice de Conservação Ambiental - ICA das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras.

Data de referência: 31/10/2010 Unidade de Medida: % Índice: 56

Indicador em apuração: Sim

Fonte: CEPLAC - MAPA

Periodicidade: Anual Base Geográfica: Nacional

Fórmula: $I\text{I}a\text{a}C = I\text{A}a\text{C} / (I\text{A}a\text{C} + I\text{A}a\text{n}C)$ onde a) $I\text{A}a\text{C}$ = Imóveis agrícolas, com área conservada, assistidos com ATER e PD&I / CEPLAC; b) $I\text{A}a\text{n}C$ - Imóveis agrícolas com área não conservada, assistidos com ATER e PD&I / CEPLAC; c) $I\text{I}a\text{a}C$ = Índice dos imóveis agrícolas, com área conservada, dividido pela área dos imóveis agrícolas total, assistidos com ATER e PD&I / CEPLAC, em %. Obs. A estimativa da CEPLAC para este Indicador é atingir 60% dos imóveis agrícolas com área conservada.

INDICADOR – PROGRAMA 2042 DO PPA						
	Índ. de Referência	Final	Apurado			
	2.011	2.015	2.012	2.013	2.014	2.015
	56		61	62		
Data de apuração	31/12/2010		31/12/2012	19.12.2013		
* Resultado a ser alcançado ao final do PPA.						

Comentários do Ano 2013:

A apuração do Índice de Conservação Ambiental – ICA dos imóveis rurais assistidos nas regiões cacaueiras continua sendo gerado pelo Sistema de Gerenciamento das Ações de Extensão Rural da CE-



PLAC - SisCENEX. Afere através de dados relativos o coeficiente de cobertura vegetal conservacionista instalada nas propriedades assistidas expressado na seguinte fórmula de cálculo: $ICA (\%) = (\sum Cult.Perm.*100) + (\sum Cult.Temp.*10) + (\sum Pastagens*20) + (\sum Outros *100) : (\sum \text{da área total dos imóveis assistidos})$.

O resultado do ICA apurado no sistema para o exercício de 2013 registra índice de **62,47%**, representando evolução de 10,71% em relação à meta inicial de 56%.

A base metodológica de concepção e apuração desse Indicador está referenciada no projeto de Conservação Produtiva, desenvolvido pela CEPLAC e entidades parceiras já consolidado com realce institucional e reconhecimento das áreas de meio ambiente nos estados da Bahia e Espírito Santo. A iniciativa consiste na execução de experiência piloto denominado “Barro Preto”, no município de Barro Preto, Bahia e contempla 12 propriedades cacaueiras que manejam as lavouras em Sistema Agroflorestal “Cabrúca” - cultivo sob mata nativa raleada. Constitui-se em base científica de agrossistemas manejados sob a ótica da conservação produtiva e no esforço de adequação ambiental dos imóveis rurais estabelecidos nas regiões cacaueiras no País.

Indicador: 981 - Volume de produção de cacau processada por organizações de produtores nas regiões cacaueiras

Data de referência: 31/12/2010

Unidade de Medida: % Índice:0,1

Indicador em apuração: Sim

Fonte: CEPLAC - MAPA

Periodicidade: Anual Base Geográfica: Nacional

Formula: $ICPpP = VCPpP / (VCPpP + VCPgP)$ onde a) VCPpP = Volume de cacau processado em pequenas plantas em Kg; b) VCPgP = Volume de cacau processado em grandes plantas em Kg; c) ICPpP = Índice do volume de cacau processado em pequenas plantas, dividido pelo volume total de cacau processado. (Em %). Obs. A estimativa da CEPLAC para este Indicador é atingir 1% do volume de total de cacau, processado em pequenas plantas.

INDICADOR – PROGRAMA 2042 DO PPA						
	Índ. de Referência	Final	Apurado			
	2.011	2.015	2.012	2.013	2.014	2.015
ÍNDICE	0,1000		0,5420	0,1180		
Data de apuração	31/12/2010		31/12/2012	20.12.13		
* Resultado a ser alcançado ao final do PPA.						

Comentários do Ano 2013:

Para o exercício em apreço consolidou-se a apuração do processamento nacional de cacau até o mês de outubro/2013 e estimaram-se os meses de novembro e dezembro, tendo-se como referência o processamento verificado no ano de 2012 para o mesmo período. O volume nacional total de cacau processado consumado em 2013, com esse exercício é de 242.407 toneladas no ano. O volume de cacau processado em pequenas plantas industriais foi de 285 toneladas, com apuração até 15.12.2013. Aplicada a Fórmula de cálculo para o Indicador: $ICPpP = (285t : 242.407t) \times 100$, temos como resultado apurado o índice de **0,118%**.

O desenvolvimento de tecnologia de processamento de chocolate fino e de equipamentos para pequenas plantas industriais tem contribuído significativamente para um novo salto tecnológico na agroindústria regional e na capacitação de produtores e mão-de-obra na verticalização da produção – vo-



lume superior a 300 toneladas de cacau processadas em pequenas agroindústrias regionais até o encerramento do exercício.

Obs.: Antes do registro de 2013 ressalta-se a necessidade de correção do índice apurado desse indicador no ano de 2012 tendo em vista o registro equivocado do resultado da fórmula de **0,542%**, quando deveria se registrar **0,0542%**.

2.2.2.1 Análise Situacional

As análises situacionais estão contidas nas descrições dos resultados alcançados, acima.

2.2.3 Ações

2.2.3.1 Ações – OFSS

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20ZY	Tipo: ATIVIDADE				
Título	DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU					
Iniciativa	Geração, transferência e difusão de tecnologias sustentáveis, adequadas aos sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos Biomas da Mata Atlântica e Amazônia.					
Objetivo	Código: 845 – Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas mata atlantica e amazonia					
Programa	Código: 2042 – Inovação para Agropecuária				Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	22101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.060.434,00	15.060.434,00	15.041.036,00	13.603.144,00	13.290.669,00	277.567,53	2.276.791,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Produtor beneficiado		unidade	60.000	0	50.912	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.530.944,07	2.799.618,64	189.518,08	Produtor beneficiado	unidade	48847	
Fonte: SIAFI GERENCIAL (CGAF/DIRET)						

PO 001 – Reforma e adaptação dos Centros de Pesquisas em Cacaucultura e Sistemas Agroflorestais

PI – RACPEC13

Código do Programa 2042

Objetivo - 0846

Análise Crítica:

SUEBA/CEPLAC



A meta física estabelecida para a unidade quanto à reforma, adequação dos laboratórios e estrutura física do Centro de Pesquisa e das Estações Experimentais, não foi especificada no planejamento orçamentário para o exercício 2013. Contudo, toda dotação disponibilizada foi efetivamente utilizada, causando um impacto muito incipiente no objetivo da unidade que era em médio prazo recuperar a infraestrutura física com gasto na ordem de R\$ 5.000.000,00.

De acordo com as diretrizes do planejamento estratégico da Ceplac, no projeto de melhoria e ampliação da infraestrutura (bases físicas e laboratórios) do CEPEC e das Estações Experimentais, está previsto um gasto da ordem de aproximadamente 9.038.737,00 até o ano de 2015. Tal proposta projeto propunha propõe a execução de atividades a partir de 2012, o que ainda não foi efetivado. Entretanto, os recursos disponibilizados (de quanto) e as ações desenvolvidas neste ano foram pouco significativas para o início de um plano de recuperação, o que se torna agravante, porque o patrimônio físico da Ceplac foi edificado em sua maioria há mais de quarenta anos, havendo necessidade de manutenção.

Além da dotação insuficiente em 2013, houve inicialmente um contingenciamento dos recursos, com o Programa Esplanada Sustentável e posteriormente corte mais incisivos dos recursos orçamentários e financeiros, e com paralização em quase 100% das atividades de manutenção, o que causou prejuízo na execução do programa de recuperação da infraestrutura.

Desta forma, verifica-se que não houve como executar a superação de forma significativa das metas estabelecidas porque os recursos foram retardados, além de não chegarem a tempo para a execução de atividades prioritárias, como a reforma do sistema de eletrificação, impermeabilização, recuperação de casas de vegetação do Cepec, por exemplo. Esses recursos foram contingenciados e desta forma, não foi possível iniciar os objetivos estabelecidos.

PO 002 – Desenvolvimento da Potencialidade Agroenergética das Regiões Produtoras de Cacau

PI – DIFUTEC

Código do Programa 2042

Objetivo - 968

Análise Crítica

SUEBA/CEPLAC

Produto da lei – Produtor atendido

Realização das metas físicas pertinentes a produtor atendido, envolve conjunto das atividades agropastoris (exceto dendê), atinge 18.255 proprietários rurais, significa 54,05% do quantitativo originalmente programado (28.500 produtores) e 76,06% do previsto corrigido (24.000 produtores). Revela desempenho sofrível considerando as limitações interpostas pelo aporte de recursos orçamentário-financeiros, instrumental de trabalho, quadro de pessoal, política creditícia pública, preço aviltado para produtos/matérias-primas e precária gestão do negócio agropecuário.

Propriedade assistida

Unidades produtivas envolvidas pelo serviço de assistência técnica/extensão rural alcançam 18.456 imóveis. Constitui espaço físico onde se exploram as lavouras e criações, *lôcus* para aplicação do aparato tecnológico e gerencial emanado do ensino-aprendizagem ministrado pelos extensionistas do Centro de Extensão, prospecta elevação da produção/productividade ou retorno ao capital investido, reverte-se na geração de renda e emprego ou ocupação – segurança alimentar/nutricional da população.



Área assistida

Averigua-se que área assistida contemplada com os serviços de ATER situa-se em 475.035 hectares. Fatores de ordem econômica, política e institucional acarretam diminuição processual da superfície e propriedades visitadas e/ou orientadas com relação à transferências de conhecimentos e qualificação do contingente vinculado à gestão, administração e execução das atividades agropastoris, busca elevação da produtividade social do trabalho e eficiência dos fatores de produção – terra, trabalho e capital.

Qualificação da mão de obra

Capacitação dos recursos humanos atrelados à gestão e/ou execução das tecnologias prescritas para desenvolvimento das explorações agropecuárias atrai adesão de 9.462 cidadãos, voltam-se para adequada condução das tarefas (cultivos e criações), administração, intercâmbio, mercado, organização sócio-produtiva, preservação dos recursos naturais e segurança alimentar/nutricional e interação social – transmite saberes e aprimora habilidades, persegue elevação da lucratividade e valorização do trabalho humano.

Família beneficiada

Família beneficiada integra-se pelo conjunto de agricultores familiares, pequenos produtores, assentados, pescadores artesanais, indígenas e quilombolas. Atingimento situa-se em 14.218 famílias, inserção conecta-se à dinâmica das políticas públicas ou inserção sócio-produtiva, rompe com histórica exclusão destes segmentos pelos poderes públicos, alijados do acesso às restritivas políticas públicas, delineadas para os agricultores tradicionais, exercem forte influência sobre poderes constituídos – esfera federal, estadual e municipal.

Execução orçamentário-financeira

Para execução dos serviços de assistência técnica/extensão rural despende-se quantia de R\$1.205.937,47 – representa 67,20% (R\$1.794.639,16) do montante correspondente ao gasto com manutenção ou custeio do Centro de Extensão – CENEX. Deste valor 71,17% (R\$858.285,66) encontra-se liquidada e 28,80% (R\$347.651,81) constituem os restos a pagar não processados. Despesa paga atinge R\$834.761,41 – expressa 97,26% da liquidada. Nestas duas últimas décadas ocorre redução sistemática dos repasses para executar com qualidade e eficiência os requerimentos emanados dos produtores.

GERES/CEPLAC

Apesar da limitação orçamentária imposta pela PORTARIA SOF Nº 268 DE 30/07/2013(DOU DE 31/07/2013), a Ação ultrapassou os 100% de sua meta no que tange ao numero de produtores e propriedades assistidas, com 89,09 % de realização do programado para área assistida. As atividades da ação inclui também a capacitação de agricultores e de trabalhadores rurais, que obteve a realização de 419% do programado para número de eventos, com 234% de realização para o número de participantes.

O cumprimento desta Ação é apoiado, significativamente, pelos técnicos da PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES, Agentes Financeiros, Órgãos do Governo Estadual, como Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Pesca. Essa parceria é estabelecida por meio de Acordos de Cooperação Técnica e alcança 19 municípios no Estado do Espírito Santo, com aproximadamente 23.000ha com cacauero. Também, para a execução das atividades há uma marcante participação da equipe da Estação Experimental “Filogônio Peixoto”, onde foi realizada a maioria dos Eventos e com maior número de participantes. Destacando-se também a participação da Unidade nos dois mais importantes eventos do setor no Estado, quais são a GranExpoES, em Vitória (Centro Carapina de Eventos) e a GranExpo Norte em Linhares(Parque de Exposições do Sindicato Rural de Linhares).



SUERO/CEPLAC

Observando os princípios de ATER-Assistência Técnica e Extensão Rural, através desta Ação DIFUTE, vem-se estimulando e promovendo a melhoria da qualidade de vida do homem do campo, principalmente o agricultor familiar, com assistência técnica na propriedade, quer seja para o plantio de Sistemas Agroflorestais com Cacau ou na diversificação da produção (agroindústria do cacau, piscicultura, apicultura, pecuária), na elaboração e acompanhamento de projetos agrícolas para fins de financiamento, mercado de cacau, na capacitação e treinamento, na formação de grupos e apoio a comercialização solidária do cacau.

O CENEX-RO direcionou suas atividades no sentido de implementar ações para o desenvolvimento de projetos estratégicos sob sua responsabilidade, para atender os seguintes Objetivos Estratégicos: Incrementar a produção agropecuária com base na conservação na conservação produtiva; agregar valor a produção; promover a diversificação agropecuária regional; garantir excelência em ATER e transferência de tecnologia; estimular o acesso ao crédito rural. Sendo que o esforço maior do CENEX-RO foi para fortalecer a agricultura familiar em bases agroecológicas e sustentáveis, dando ênfase na utilização de sistemas agroflorestais com cacauzeiros, com um atendimento ao produtor através de metodologias de extensão rural como: visita, reunião, demonstração grupal, excursão e Dia de Campo. Para atingir esses objetivos estratégicos, foram adotadas as seguintes estratégias para incrementar a produção agropecuária, agregar valor a produção e fortalecer a agricultura familiar:

- redirecionamento da assistência técnica, disponibilizada aos agricultores, voltada na utilização de métodos grupais, principalmente Demonstração Grupal, Excursões e Treinamento de Mão de Obra, dando ênfase no aumento da produtividade e melhoria da qualidade do cacau;
- articulação interinstitucional com o objetivo de estabelecer parcerias para ampliar e melhorar os serviços de ATER.

Como resultados alcançados, destacamos o atendimento de 11.577 produtores correspondendo a 96% da meta programada, sendo que 98% são produtores familiares, correspondendo a 10.195 famílias beneficiadas com políticas públicas, discutidas em reuniões com a participação efetiva de técnicos das Unidades Regionais e Locais nos Conselhos e Comissões Agricultura Orgânica, Agrotóxicos, Defesa Vegetal, Câmaras Técnicas Café e Leite (*Territórios da Cidadania Estadual/Municipais, Desenvolvimento Rural Sustentável, do Meio Ambiente e outros*); emissão de DAP (Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar); elaboração de projetos de crédito rural; treinamentos com vistas à melhoria da produção de Sistemas agroflorestais com cacauzeiros. Deve-se destacar que grande parte das demandas de campo não diz respeito à expansão da cacauicultura.

Destarte, apesar desses resultados alcançados, fruto de parcerias interinstitucionais, se faz necessária a ampliação do quadro de pessoal, tanto na área finalística como na área administrativa, pois essas parcerias são vulneráveis a conveniências política e administrativa das instituições parceiras. Como também se faz necessária à disponibilização de recursos orçamentários e financeiros suficientes e oportunos para fortalecimento dos trabalhos de assistência técnica, visando a expansão da cacauicultura na região.

SUEPA/CEPLAC

O atendimento a aproximadamente 17.000 famílias de produtores rurais, com área plantada na ordem de 140.000 ha, quando analisado pelo percentual de atendimento (83%), embora expressivamente relevante, merece abordagem mais detalhada para melhor entendimento da já presente elevada possibilidade de perda de eficiência na implementação das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Conforme parcialmente abordado acima, a relação de 01 Técnico para 500 famílias de produtores obriga o uso de metodologias de difusão de baixa eficácia, embora de elevada abrangência.



Obviamente, em condições ambientes com baixo grau de dificuldade de comunicação (acesso a equipamentos de mídia como telefone, internet, televisão) e bom grau de escolaridade do produtor, os métodos massais (com uso de mídia) podem até mesmo substituir os métodos de atendimento tradicional. Como na região amazônica, as condições ambientais são elevado grau de dificuldade com quase inexistência de canais de comunicação e baixo nível de escolaridade, não é possível substituição por métodos tecnologicamente mais modernos.

Neste diapasão, por insuficiência de recursos de pessoal ou financeiro, o atendimento registrado na evolução da meta AGRICULTOR ASSISTIDO (Nº de produtores que participaram em pelo menos 01 evento promovido pela CEPLAC) o atendimento, embora abrangente, carece de elemento que confeririam maior qualidade ao processo.

A título de exemplo, mais de 50% dos produtores tiveram atendimento feito nos escritórios locais, sem a possibilidade de verificação em campo da real condição técnicas de condução das lavouras.

Por outro lado, mesmo com oferta abundante e em condições de juros interessante, particularmente para a agricultura familiar o processo de concessão de crédito torna-se irrisório diante da demanda, visto da obrigatoriedade, imposta pelos agentes financeiros, de 04 visitas anuais para supervisão da aplicação do financiamento. Condição proibitiva para atual estrutura do órgão.

Mesmo com os obstáculos acima o sistema Assistência Técnica coordenou a distribuição de 13 milhões de sementes híbridadas de elevado valor genético, para aproximadamente 3 mil produtores. O que representa a implantação de 10 mil ha de lavouras cacaueiras em sistemas agroflorestais. Cujo acompanham eficiente impõe a necessidade urgente de contratação de pessoal.

PO 003 – Coordenação e Gestão do Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau

PI - COORCACAU13

Código do Programa 2042

Objetivo -

Análise Crítica:

SUEBA/CEPLAC

As metas previstas para o exercício de 2013 foram cumpridas, principalmente quanto às “Despesas de Contratos”. Entretanto, ao longo do período em análise, muitos problemas surgiram quanto à efetivação de pagamento de contratos, inicialmente pelo estabelecimento do Programa Esplanada Sustentável e, posteriormente, pelo atraso nos pagamentos, apesar de caracterizados como prioritários pelo Ministério da Agricultura, por serem passíveis de multa, motivo porque são acompanhados diuturnamente pela unidade responsável.

As “Despesas de Contratos” (água e esgoto, telefone fixo, energia elétrica) foram honradas ao longo do exercício. As “Outras Despesas” de extrema importância para o cumprimento das metas estabelecidas, não foram efetivadas a contento, em função de dificuldade impostas para a gestão dos recursos.

O contingenciamento e, posteriormente, a paralisação da liberação de recursos, se apresentaram como principais problemas identificados no estabelecimento e execução dessa ação.

GERAM/CEPLAC

Em que pese o esforço da equipe da Unidade, associado às parcerias com as Prefeituras municipais de dezesseis municípios, além da Cooperação Técnica com a JICA, a carência de estrutura de recursos humanos, de logística e orçamentária, foram limitantes para um melhor desenvolvimento do potencial produtivo de cacau silvestre e orgânico no Estado do Amazonas.



GERES/CEPLAC

A Unidade é composta por um Escritório de Extensão e uma Estação de Pesquisa. Teve a Gestão prejudicada, significativamente, com a limitação orçamentária imposta pela PORTARIA SOF Nº 268 DE 30/07/2013 (DOU DE 31/07/2013). A Ação tem como Indicador principal **unidade administrativa mantida**, cuja realização sofreu com a limitação aqui mencionada, no que tange aos compromissos pactuados através dos contratos, que foram reduzidos em até 25% e até mesmo interrompidos por um mês.

SUERO/CEPLAC

A CEPLAC/SUERO tem como meta até 2015 a expansão de 12.000 ha de área produtiva, aumento da produção e produtividade, melhoria da qualidade do cacau, ampliação dos serviços de assistência técnica bem como o aumento do número de famílias beneficiadas;

Com o quadro de pessoal deficitário, tanto para atividades técnicas como administrativas nas áreas de pesquisa, assistência técnica e de gestão, a Superintendência envidou esforços no sentido de articular com o Governo do Estado, Prefeituras e outras Instituições – como, por exemplo o INCRA, a Agência Estadual de Defesa Agrosilvipastoril de Rondônia - IDARON, Instituto de Educação – IFRO e Universidades, na busca de firmar Acordos de Cooperação Técnica que visem, entre outras ações, a disponibilização de técnicos, com o objetivo de aumentar a capacidade técnica operacional.

Com a escassez de mão de obra, em torno de 58% dos recursos foi aplicado para “locação de mão de obra” uma vez que um dos insumos mais importantes para atender o Programa de Expansão de áreas de cacau no Estado é a produção de sementes híbridas de cacau, no entanto o campo de produção de sementes desta CEPLAC/SUERO, ao longo dos últimos, anos encontra-se com baixa produção e produtividade devido a alguns fatores, principalmente, a limitação de mão de obra na ESTEX-OP para a execução das praticas de manejo do campo.

Por outro lado, a CEPLAC/SUERO reduziu, nos últimos 3 anos, em média, 12% das despesas com: telecomunicação, comunicação (correios), manutenção de veículos, passagens, combustível.

Com o drástico contingenciamento do orçamento/2013, a gestão da superintendência priorizou a manutenção contratos de serviços, viagens essenciais e aquisição de equipamentos, para reposição.

SUEPA/CEPLAC

O comprometimento de aproximadamente 55 % do orçamento total com contratação de mão-de-obra terceirizada (vigilância ostensiva, operário rural entre outras), por si demonstra o elevado grau de imobilismo da SUEPA para implementar maior dinâmica nas ações institucionais.

Dentre as mais prejudicadas por falta de recursos, a conservação do patrimonial, principalmente imobiliário, carece de urgente solução sobre pena de prejuízos irreversíveis e de grande monta para o erário público.

A indisponibilidade de recursos para deslocamento impede o acompanhamento mais eficiente de unidades localizadas no interior do Estado, nas quais em boa parte sequer dispõem de servidores da CEPLAC em seu quadro administrativo e em alguns casos sem servidor de qualquer categoria, sendo utilizados apenas servidores cedidos por prefeituras. O fato é grave, e compromete todo processo de gestão, principalmente patrimonial.

Os setores e Núcleos de TI, Treinamento e Comunicação não dispõem de rubricas próprias para execução de suas ações.

A impossibilidade de renovação da frota eleva consideravelmente o custo de manutenção de veículos, essenciais para as atividades de extensão rural, comprometendo utilização de recursos para outras áreas importantes.



PO 004 – Geração e adequação de tecnologias para o desenvolvimento sustentável da agricultura cacaueiras e sistemas agroflorestais

PI – GERACACAU13

Código do Programa 2042

Objetivo - 0845

SUEBA/CEPLAC

Esta ação tem como objetivo gerar tecnologias buscando inovações tecnológicas para o aperfeiçoamento dos processos das cadeias produtivas dos produtos trabalhados pela Ceplac, visando aumentar a sua produtividade em bases sustentáveis, gerar emprego e renda, atender a demanda interna e produzir excedentes exportáveis.

A ação é composta de projetos de pesquisa que contemplam as diferentes demandas do processo produtivo de cacau e de outros sistemas agroflorestais, envolvendo seringueira, dendezeiro, palmiteiros, fruteiras e pastagens. Essas pesquisas se concentram em áreas de melhoramento genético e biotecnologia, desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, controle integrado de pastagens, manejo e exploração dos cultivos, melhoria da qualidade dos produtos e expansão da agroindústria, além de estudos econômicos de mercado e de custos de produção, buscando a sua eficácia.

Apesar de um aporte de recursos inferior ao previsto orçamentariamente, o Centro de Pesquisas do Cacau pode desenvolver ações relevantes para o desenvolvimento científico e tecnológico da região cacaueira. O número de pesquisas desenvolvidas é o padrão de medida utilizado na aferição das metas alcançadas. No exercício de 2013 foram desenvolvidas 69 pesquisas correspondendo a um índice de execução de 138%, considerando-se a meta programada de 50 pesquisas desenvolvidas.

A meta física foi, portanto, superada em 38% em relação ao programado e os impactos na consecução dos objetivos foram também relevantes.

Verificaram-se avanços no desenvolvimento de novas variedades de cacau, mais produtivas e resistentes às pragas e doenças, assim como nas técnicas de manejo da cultura, com ênfase no controle integrado de pragas, adubação e nutrição mineral do cacaueiro, além de avanços na melhoria da qualidade do produto e no estímulo ao crescimento da agroindústria. É oportuno destacar a ênfase dada aos novos projetos de pesquisas visando ao melhoramento genético preventivo, particularmente relacionado à doença monilíase do cacaueiro, causada pelo fungo *Moniliophthora roreri*, uma ameaça eminente às plantações de cacau do Brasil, que vem causando sérios estragos nos países onde é constatada essa doença. Neste exercício foram aprovados projetos de pesquisa nesse sentido envolvendo, inclusive, a cooperação com outros países.

Os reflexos da geração, difusão e adoção dessas tecnologias são observados no gradual aumento da produção de cacau do sul da Bahia e do Brasil. Quanto aos sistemas agroflorestais (SAFs) envolvendo cacau, seringueira e outros cultivos, as tecnologias disponibilizadas possibilitaram o aperfeiçoamento de modelos sustentáveis de produção que têm uma boa receptividade pelos produtores da agricultura familiar, além dos médios e grandes produtores, os quais identificam nos SAFs uma alternativa mais competitiva que os modelos convencionais de produção, tanto pelas interações biológicas dos sistemas, como pelos resultados mais expressivos sob o aspecto econômico. Modelos exitosos alcançados com centenas de famílias levaram a Ceplac a propor um programa de desenvolvimento ao Governo do Estado da Bahia visando o fomento de 100.000 hectares de SAF com seringueira, cacau e outros cultivos, que já foi oficializado como programa de governo voltado ao desenvolvimento rural sustentável. Do mesmo modo, a parceria da Ceplac com o SENAR, Sindicatos Rurais e a Embrapa vem viabilizando iniciativas setoriais objetivando o aumento da produtividade na pecuária de corte e de leite, sendo este trabalho fundamentado



na geração e difusão de tecnologia. Na diversificação agrícola da região registraram-se pesquisas desenvolvidas para indicação de novas variedades de seringueira para cultivo em sistemas agroflorestais, indicação de novo cultivar de gramínea forrageira e novas técnicas de manejo sustentável de pastagens.

Um ponto relevante das atividades desenvolvidas pelo Centro de Pesquisas do Cacau é a realização de seminários técnicos mensais, que integram a pesquisa, extensão rural e os produtores nas discussões relativas aos principais temas de interesse do agronegócio regional. Também merece destaque a realização de um seminário sobre a Mecanização da Cacaicultura, com a participação da indústria, o que possibilitou a exposição de temas relevantes no manejo do cacau, apresentados por especialistas, oportunizou ampla exposição das tecnologias de outros cultivos e debate sobre a criação de um projeto relativo à mecanização da cacaicultura. Outras iniciativas importantes foram a Reunião de Avaliação da Pesquisa que integrou nacionalmente as unidades da Ceplac, visando intercambiar resultados e qualificar os trabalhos de pesquisa; Seminário Regional de Sistemas Agroflorestais que contou com a participação de 1.230 produtores no município de Valença-BA; o lançamento, no Dia Internacional do Cacau, do fungicida microbiano Tricovab, à base de *Trichoderma stromaticum*, após registro em definitivo e distribuição para os produtores da Bahia e Espírito Santo; o diagnóstico e divulgação do Alerta Sanitário sobre a introdução da cochonilha rosada, praga quarentenária que vem causando danos em plantações de cacau da Bahia e Espírito Santo; o apoio à agroindústria regional na classificação de cacau, realização de análises físico-químicas e produção de chocolate visando a conquista de mercados, além da orientação dos produtores, preparação e análise de amostras para participação nos concursos dos Festivais de Chocolate de Ilhéus, Pará e São Paulo; coordenação da integração interinstitucional objetivando o início do programa de desenvolvimento do Agropólo do Médio Rio de Contas – BA, que envolve 18 municípios, tendo como objetivo o fomento da fruticultura, por meio de treinamentos e assessoramento técnico; assessoramento à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab para a implantação da Política de Garantia de Preço Mínimo do Cacau; assessoramento ao Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/MAPA no diagnóstico sobre a ocorrência de pragas em amêndoas de cacau importadas da África e Ásia, incluindo a adoção de medidas de proteção fitossanitária; realização do 2º Seminário Brasileiro de Própolis e Pólen, 5º Congresso Brasileiro de Apicultura e Melipolinicultura e 2ª Feira da Cadeia Produtiva da Apicultura e Melipolinicultura que contou com a presença de 1136 participantes, 50 associações e representantes de todos os estados do Nordeste, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, além de 15 cursos de capacitação de apicultores e melipolinicultores; Oficina sobre Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica na Agricultura Brasileira: Registro de Cultivares e Recursos Genéticos; Seminário de Iniciação Científica com a apresentação de 26 trabalhos científicos financiados pela Fapesb. As pesquisas desenvolvidas também foram utilizadas para a elaboração de dissertações e teses sobre temas de interesse da cacaicultura e da diversificação agroeconômica, contribuindo na formação de novos profissionais da pesquisa, através da orientação, coordenação e apoio à realização de 12 dissertações de Mestrado, 11 teses de Doutorado, 23 monografias de conclusão de curso e orientação de 35 estudantes de Iniciação Científica.

O Cepec também se destacou na prestação de serviços aos produtores realizando análise de 7.009 amostras de solo, 157 análises de insumos, 418 análises de matais pesados e 59 análises de água.

O contingenciamento de recursos, amparado pelo Programa Esplanada Sustentável e cortes quase na totalidade, comprometeram severamente a execução dos cronogramas dos projetos de pesquisa. Como consequência, observou-se atraso na obtenção de resultados experimentais, retardando a sua difusão. A dotação orçamentária insuficiente e os entraves burocráticos na licitação e operacionalização na compra de materiais, principalmente equipamentos e reagentes de uso laboratorial, comprometeram a normalidade na execução dos trabalhos.

O longo período entre a solicitação para abertura do processo de venda por leilão dos produtos oriundos das Estações Experimentais do Cepec e a efetiva comercialização tem prejudicado o ingresso de



recursos financeiros via fonte 150, assim como a não realização do repasse desses recursos para as áreas produtivas se constitui num fator limitante para a gestão da pesquisa.

Outro entrave verificado nesse exercício foi a insuficiência de pessoal técnico, administrativo e operacional, cujo contingente está aquém das necessidades operacionais do Cepec, com uma tendência a piorar nos anos subsequentes, face ao afastamento dos servidores, proveniente principalmente de aposentadoria.

Relação das tecnologias trabalhadas

- ✓ Por apresentarem boa produtividade e resistência à vassoura de bruxa, foram indicadas oficialmente para plantio 13 variedades clonais de cacau: FA 13, Vencedora 20, SJ 02, Cepec 2002, CCN 51, PH 09, PS 1319, BJ 11, PH 15, LP 06, CCN 10, Salobrinho 3 e PH 16. Destas, as variedades, Salobrinho 3, FA 13, Vencedora 20, BJ 11, PH 15 e LP 06, são novas indicações, ou seja são materiais disponibilizados para propagação e distribuição aos produtores, que ainda não estavam oficializadas para utilização nas plantações.
- ✓ Dentre 266 clones de cacauzeiro, desenvolvidos no programa de melhoramento, testados em ensaios de pequena escala (um local), 11 deles (CP-42, 46, 55, 37, 56, 45, 36, 43, 47, 38, 58) apresentaram alta produtividade (1.672 a 3.436 kg/ha), sendo selecionados para avaliação em ensaios de larga escala (testes em fazendas de produtores).
- ✓ Identificadas 18 novas fontes de resistência à vassoura de bruxa em cacauzeiros, ampliando a base genética do programa de melhoramento do cacauzeiro com vistas a resistência a vassoura de bruxa.
- ✓ Os clones de cacauzeiros, CAB 5003-23, CCN 34, CEPEC 38, ICS 95 e IMC 76 possuem diferentes fatores de resistência dos descendentes de Scavina TSA 641 e TSH 516, que são diferentes entre si.
- ✓ Duzentos clones de cacauzeiros foram selecionados nas populações do primeiro ciclo e indicados para serem testados em ensaios de avaliação de clones em larga escala.
- ✓ Foram diferenciados 12 genes ou grupos de genes relacionados com a resistência a vassoura de bruxa. Essa diferenciação permitirá o melhor direcionamento dos processos de piramidação de genes para ampliação do nível e da durabilidade da resistência do cacauzeiro à doença vassoura de bruxa.
- ✓ Foram selecionados 448 clones de cacauzeiros com associação de genes de resistência e genes de interesse para avaliação regional e 97 progenitores para a formação de novas populações de seleção recorrente.
- ✓ Em ensaios de análise sensorial, utilizando 23 variedades clonais, foram constatadas amplas distinções entre os chocolates contendo cacau das diversas variedades, identificáveis mesmo por painel de consumidores normais. Com a participação de importantes empresas da área de chocolate gourmet no projeto de pesquisa, foi compreendido pelo mercado a ampla diversidade que só o Brasil, pelo seu cultivo de variedades clonais, pode oferecer. O país passou nos últimos anos a ser reconhecido como produtor de amêndoa de cacau fino.
- ✓ Em ensaio em fazenda de produtor (Fazenda Batalha, Porto Seguro, BA), os clones PH-16, CEPEC-2005, PS-13-19, BN-34, SJ-02, CP-53, HW-25 e CCN-51 foram os mais produtivos aos quatro anos de idade.
- ✓ Cultivados em blocos monoclonais os clones CCN-51, OS-13.19, SJ-02 e Ipiranga-1, apresentaram relação positiva entre o crescimento do tronco e produção em número de frutos.



- ✓ Quatro genótipos de cacauzeiros, entre os 170 avaliados, foram mais resistentes a vassoura de bruxa que o genitor padrão resistente (SCA 6) e outros quatro não diferiram dele. Estes oito genótipos da progênie SCA 6 x ICS 1 foram considerados resistentes.
- ✓ Plantas obtidas de polinização aberta do clone CAB 214 e dos cruzamentos entre CEPEC 86 x SCA 6 e CSUL 3 x SCA 6 foram selecionadas como progenitores com excelente capacidade combinatória e alta resistência à *Moniliophthora perniciosa*.
- ✓ Dentre 14 progênies resultantes de um segundo ciclo de seleção recorrente (plantas F1 de um cruzamento entre clones selecionados para resistência a vassoura de bruxa e produção e clones de elite) testadas quanto à resistência à vassoura de bruxa através de inoculação artificial, cinco não apresentaram plantas com sintomas da doença vassoura de bruxa.
- ✓ Dentre 23 progênies de cruzamentos dialelos do segundo ciclo de seleção recorrente testadas para resistência à vassoura de bruxa, 12 delas demonstraram alta resistência com acúmulo de genes de diferentes origens genéticas.
- ✓ Plantas oriundas de sementes de polinização aberta do clone CAB 208 e do cruzamento entre NA 33 e CSUL 7 demonstraram alta habilidade combinatória, transmitindo resistência aos seus descendentes.
- ✓ Avaliada a resistência a *Phytophthora citrophthora*, a mais virulenta das espécies que causam podridão parda do cacauzeiro na Bahia, em 170 plantas de uma população F2 do cruzamento SCA 6 x ICS 1.
- ✓ Quarenta e um genótipos da população F2 de SCA 6 x ICS 1 foram mais suscetíveis a *Phytophthora citrophthora* que o clone SIC 23, usado como padrão de suscetibilidade.
- ✓ Desenvolvido um método precoce de avaliação de resistência de genótipos de cacauzeiro à murcha de *Ceratocystis*, através de inoculação em disco de folhas.
- ✓ Desenvolvida a versão beta de um software gerenciador de bases de dados oriundos de programas de melhoramento, o AgroGen.
- ✓ Dentro da proposta de controle da vassoura de bruxa pelo estabelecimento de mecanismos para a desativação de genes vitais ao desenvolvimento do fungo por RNA interferente - RNAi, foi feita a identificação e planejados os primers para o silenciamento de 11 genes. Alcançou-se o 'silenciamento' de sete deles.
- ✓ Diversas moléculas de basidiósporos e da parede celular do fungo cujos genes seriam alvos para o silenciamento por RNAi foram identificadas, com destaque para nove proteínas ligadas à membrana envolvidas na ligação a íons ou com atividade de hidrolase e as proteínas de esporos.
- ✓ Quinze genes selecionados por estarem potencialmente relacionados com a resistência da planta ao patógeno causador da vassoura de bruxa, ou por serem importantes para o desenvolvimento do ciclo de vida do fungo (alvos para RNAi) foram isolados e clonados em vetores específicos e vários destes genes foram transferidos para vetores de expressão em plantas e utilizados para a transformação de plantas modelo microtom e cacau.
- ✓ Constatada eficiência na indução de resistência pela inoculação de sementes com sacarose, solução de extrato de Scavina (clone resistente à vassoura de bruxa), extrato do próprio fungo, quitosana, ácido salicílico, ácido salicílico mais glicose e glicose mais peróxido de hidrogênio.
- ✓ Foram estruturados seis genomas funcionais e destes, selecionados 105 marcadores que estão sendo avaliados em ensaios de co-segregação marca fenótipo, fase final de comprovação da associação do marcador com o caráter.



- ✓ A evolução da patogenicidade de *M. pernicioso* foi confirmada tanto pela inoculação artificial em casa de vegetação como por infecção natural em campo, com a comparação de dados de 1997 a 2011.
- ✓ Onze peptídeos, de onze proteínas diferentes, foram selecionados em genoma do cacau pelo seu potencial antimicrobiano, e mostraram ampla efetividade em teste para *Candida albicans* ATCC 90028, *Cryptococcus neoformans* ATCC 28957, *Aspergillus flavus*, *Fusarium solani* f. sp. *phaseoli*, *Trichoderma asperellum*, *Rhizoctonia solani*, *Sclerotinia sclerotiorum*, *Streptomyces* sp. ATCC, *Escherichia coli* ATCC, *Staphylococcus aureus* ATCC, *Pseudomonas aeruginosa* ATCC.
- ✓ Proteômica dos extratos cuticular e epicuticular dos diferentes genótipos de cacau - a extração de proteínas foi realizada através do método fenol/SDS (Meyer et al., 1988), digeridas seguindo o protocolo do Laboratório de Espectrometria de Massas LNBio. Não foram encontradas proteínas relevantes na cera cuticular dos diferentes genótipos de cacau.
- ✓ Foram selecionados 4.000 mil ESTs, possivelmente genes, obtidos a partir dos genótipos R8, GU171, R13OC67, R16RosaMaria, R20Sca6, R21Catongo, R15TSH1188, para serem utilizados para a seleção de genes candidatos para identificação de SNPs.
- ✓ Extração de DNA: (i) dos genitores das populações de diferentes origens e níveis de resistência: R1 (Peru), R7 (Equador), R8 (Guiana Francesa), R11 (Equador), R12 (Brasil), R13 (Venezuela), R16 (nd), R19 (Brasil), R20 (Peru), S21 (Brasil); (ii) Catongo (genótipo suscetível) e nos genitores Sca6 e ICS1; (iii) do SIC-23 que compõe os cruzamentos com os genitores resistentes: Cruzamento R1 x SIC-23.
- ✓ Mapeamento *in silico* no genoma do cacau, recentemente decodificado (<http://cocoagendb.cirad.fr/> Argout et al., 2011) de 1915 EST oriundos de genótipos com diferentes níveis de resistência a vassoura de bruxa, posicionados nos 10 grupos de ligação, a partir do mapeamento *in silico* no Genome Browser (<http://cocoagendb.cirad.fr/>).
- ✓ Otimização da temperatura de 22 primers (genes/ESTs selecionados) para identificação de SNPs para posterior uso em seqüenciamento de produto de PCR.
- ✓ Seleção de 21 ESTs/genes ligados à resistência, segundo critérios pré-estabelecidos para seqüenciamento dos parentais das populações e identificação de SNPs.
- ✓ Otimização do protocolo de seqüenciamento de produto de PCR para identificação de SNPs.
- ✓ O caráter anão do clone Eucalipto não influencia nas trocas gasosas, produção de carboidratos e status nutricional. Estas variáveis são estatisticamente iguais a clones de porte alto e recomendados pela Ceplac.
- ✓ A análise de preços de cacau nos mercados interno e externo no período de 1975 a 2012 mostrou um comportamento bastante similar entre eles, apesar de identificar dois períodos distintos, de 1975 a 1998, e de 1999 a 2012. O resultado do coeficiente de variação (CV) para relação entre preços de cacau nos mercados interno e externo mostrou que o segundo período foi mais homogêneo que o primeiro, com coeficiente de variação de 13,36% e 5,83%, respectivamente.
- ✓ A análise das duas séries de preços no período de 1975 a 2012 demonstrou que elas possuem equilíbrio de longo prazo.
- ✓ Estudos econômicos mostraram que a média das margens de comercialização do produtor foi de 90,8% e ao exportador de 9,2%.
- ✓ Comprovada a existência de ágio no preço de cacau em amêndoas no ano de 2009, ofertado pelas indústrias aos produtores de cacau no mercado interno, que variou entre US\$ 5,94/t a US\$ 314,53/t.



- ✓ A análise do benefício/custo da produção de cacau no sul da Bahia, mostrou a viabilidade econômica dos plantios com densidade acima de 700 plantas no mês de junho e de 500 plantas por hectare, no mês subsequente.
- ✓ Analisando o fator técnico-econômico pode-se dizer que a alta participação entre 40,80% e 77,50% de contratos em aberto, mantidos pelos especuladores do mercado de cacau, levou a uma relação bem próxima aos preços futuros da commodity no mercado da NYBOT e contribuiu nas distorções dos preços internacionais da commodity ao criar uma demanda fictícia no mercado internacional, alterando a estrutura do mercado com relação aos tradicionais fundamentos de oferta e demanda.
- ✓ A cacaucultura brasileira ganha em competitividade em relação a outros países produtores de cacau no que se refere aos custos de comercialização, quando tem baixa incidência de carga de impostos e taxas, repassando aos produtores um percentual de preços recebidos pelos produtores em relação ao preço FOB, acima de todos os outros países produtores. Porém, quando se refere aos custos de produção, o Brasil perde em competitividade para outros países produtores, só ganhando para a Nigéria.
- ✓ A aplicação de doses crescentes de silício numa plantação de clones de cacauzeiros não provocou incrementos significativos ($p > 0,05$) na produção de amêndoas de cacau no período de novembro de 2011 a novembro de 2013.
- ✓ Os dados de produção de biomassa e crescimento do clone de cacau TSH-1188, reproduzidas via seminal, não apresentaram efeitos significativos entre as doses de silício avaliadas para as variáveis: peso seco de folhas (P.S.FOL), peso seco do caule (P.S.CAUL), peso seco da parte aérea (P.S. PAER), peso seco total (P.S. TOTAL), diâmetro, altura, e número de lançamentos.
- ✓ A análise de regressão dos dados de produção de cacau expressos em quilogramas de amêndoas secas de cacau no período de 2011 a 2013, proveniente de um sistema SAF com clone de cacau PS-1319 e clone de seringueira FDR5788 na fazenda Porto Seguro, município de Uruçuca, BA, não apresentaram efeitos significativos ($p > 0,05$) entre as doses de Zn, B e Mn estudadas.
- ✓ Por meio de método participativo, agricultores (quarenta) identificaram e interpretaram atributos de qualidade dos solos em campo quando comparados aos dados de laboratório.
- ✓ A avaliação de cinzas celulósicas como corretivo da acidez do solo em comparação com os corretivos tradicionais, calcários dolomítico e calcítico, mostraram que esse produto teve o mesmo efeito no que se refere à alteração da soma de bases e redução da concentração de alumínio.
- ✓ Dentre os 16 isolados de *Phytophthora capsici* obtidos de Solanáceas inoculados em frutos de berinjela e pimentão, sem fermento, oito (43, 320, 424, 427, 433, 438, 439 e 578) lesionaram acima de 70% da área dos frutos, cinco dias após a inoculação, sendo considerados altamente virulentos.
- ✓ Desenvolvido um método rápido e prático de teste para comprovação da patogenicidade de *Ceratocystis* spp., utilizando inoculações em folhas jovens e sadias destacadas de isolados dos hospedeiros cacauzeiro, jambeiro, abacateiro, jurubeba, cajueiro, mangueira, gravioleira, seringueira, noz-moscada, cafeeiro, fruta-do-conde, laranja, cajazeira, craveiro, mangustão, e eucalipto.
- ✓ Confirmada a patogenicidade de isolados de *Ceratocystis* spp. obtidos de caules e folhas de diversos hospedeiros através de um teste no campo com inoculação em ramos de plantas adultas dos hospedeiros: jambeiro, abacateiro, jurubeba, cajueiro, mangueira, cacauzeiro, gravioleira, seringueira, noz-moscada, cafeeiro, fruta-do-conde, laranja, cajazeira, craveiro, mangustão, e eucalipto.
- ✓ Identificadas, no Bioma de Mata Atlântica sul baiana, *Lembosia* sp. e *Lemboisiellina* sp. em Iguazu gigante (Fabaceae - *Tachigali multijuba* Benth.).



- ✓ Identificadas *Stomiopostis* sp. e *Asterina* sp. em Ingá (Fabaceae, *Inga capitata* Desv.), coletadas na RPPN Reserva Capitão, Itacaré, BA.
- ✓ Identificados 20 fungos, todos coletados na Reserva Ecológica de Una, BA, sendo oito em *Myrcia splendens* e dois em *Inga thibaudiana*.
- ✓ O cacauzeiro plantado em sistema agroflorestal (SAF) zonal com a seringueira, utilizando ainda a bananeira como cobertura morta e a glirícidia como adubação verde, em seis de anos de avaliação, produziu 33@ no primeiro ano, 56@ no segundo, 65@ no terceiro ano e 70@ no quarto ano, considerando 1.000 plantas/ha, substituindo com vantagens a monocultura do cacau e pode ser incorporada aos sistemas de produção dessas duas importantes culturas permanentes do sul da Bahia.
- ✓ O estudo permitiu verificar que o sistema agroflorestal cacau x seringueira (SAF) é superior às monoculturas nos aspectos técnico e financeiro. A preço de setembro de 2013, um hectare de SAF apresentou uma receita líquida de R\$ 5.087,96, enquanto em dois hectares das monoculturas obteve-se uma receita líquida de apenas R\$ 3.830,32. São necessários 1,4 ha das monoculturas para igualar a produção de 1 ha de SAF.
- ✓ No screening de *primers* para genotipagem da população de *Phytophthora capsici* do polo heveícola da Bahia, foram testados 31 *primeres*, destes, 12 amplificaram e oito foram polimórficos.
- ✓ Dentre uma população constituída por 375 isolados de *Phytophthora capsici* obtidos de diversos clones de seringueira, e em plantas localizadas em diversas fazendas de seis municípios do polo heveícola da Bahia, 28 clones apresentaram reações semelhantes quanto à sensibilidade em diferentes concentrações, aos fungicidas Mefenoxam, Oxicloreto de Cobre e Óxido Cuproso.
- ✓ Copas mais alta do consorte seringueira x cacauzeiro, com o mínimo de 6 metros de altura, além de melhorar a qualidade do sombreamento no interior do SAF, contribuem com o desenvolvimento dos consortes, minimizam os problemas fitossanitários e, ainda, permitem que os agricultores cultivem as entrelinhas por muito mais tempo, não apenas até que as copas das árvores se toquem ou se fechem, mas durante o desenvolvimento inicial das plantas, início de produção e por todo o período de exploração econômica das culturas permanentes.
- ✓ O genótipo AVROS 1126 x Fx 25 apresentou um bom comportamento tanto em relação ao vigor e resistência às principais doenças foliares (campo) quanto à capacidade produtiva, merecendo destaque entre os demais, com média de produção superior a 4 kg de borracha seca/planta/ano, devendo ser avaliado em parcela de promoção em diferentes condições ambientais de cultivo.
- ✓ Dos dezoito clones orientais das séries RRIM, AVROS, GT, Tjir e BD, mantidos na coleção de germoplasma da Estação Experimental Djalma Bahia, Una, BA, o BD 5 pelo seu vigor, deve ser estudado nas campanhas de polinização controlada, com o fim específico de transmitir essa característica para as progênes resultantes, principalmente nos cruzamentos envolvendo o clone comercial Fx 3864, que, apesar de produtivo tem baixo vigor do tronco.
- ✓ Foi verificado que não existe sazonalidade significativa dos preços da borracha natural pagos ao produtor.
- ✓ A análise da sensibilidade *in vitro* dos 375 isolados de *P. capsici* de seringueira utilizados no presente estudo para diferentes concentrações dos fungicidas cúpricos, mostrou que 13,3% e 54,3% dos isolados foram insensíveis ao oxicloreto de cobre e óxido cuproso, respectivamente, quando cultivados em cenoura-ágar complementado com 50 µg. mL⁻¹ dos fungicidas.
- ✓ Após três anos de estudos no manejo de pastagem concluiu-se que a consorciação de *Brachiaria brizantha* cv Marandu (braquiarião) com a leguminosa *A. pintoí* cv. Belmonte se mostrou superior à pas-



tagem da gramínea em monocultivo, adubada com 120 kg/ha de nitrogênio, sendo essa prática recomendada para difusão e incorporação aos sistemas de produção pecuários do sul da Bahia.

GERAM/CEPLAC

Os projetos e ações de pesquisas encontram-se nas seguintes situações:

- 1- Combinação de espécies perenes multifuncionais fruteiras e florestais – NORMAL
- 2- Levantamento climático dos polos cacaueiros da Amazônia – ANORMAL
- 3- Germoplasma de essências e fruteiras tropicais - NORMAL
- 4- Campo de produção de sementes híbridas de cacau – NORMAL
- 5- Introdução e manutenção de genótipo de cacau - NORMAL
- 6- Sistemas Agroflorestais como alternativa de exploração agro-econômica (sem fogo) - NORMAL.
- 7- Abertura de duas áreas com 2 há cada para implantação de: Sistemas Agroflorestais como alternativa de exploração agro-econômica (com fogo).

Apesar dos experimentos estarem em andamento NORMAL, muitas são as atividades que se encontram prejudicadas por falta de mão de obra no campo. O déficit é de pelo menos 10 homens/dia para manter todas as atividades atualizadas. Temos necessidades de ampliar nossas áreas para implantar experimentos, mas diante deste impasse torna-se inviável.

O Projeto Levantamento climático dos pólos cacaueiros da Amazônia está em situação anormal por ter um termômetro de solo e um relógio do pluviógrafo danificados Abrigo meteorológico danificado. Os dados noturnos não estão sendo tomados por falta de servidor nesse turno. A falta de contratação de pessoal para o quadro da instituição, uma vez que a média de idade dos servidores da unidade está muito avançada, o que compromete a força de trabalho.

A falta de pessoal causada pela contínua perda por aposentadoria e morte dos servidores da Instituição, e da liberação do financeiro estão prejudicando o andamento das atividades de pesquisa da Estação Experimental Rio Negro, AM (ERNEG) e esses fatores têm contribuído para limitar a implantação de novos projetos de pesquisa e para o aumento dos custos financeiros para a realização das atividades previstas para a ação. Portanto, para evitar solução de continuidade nas tomadas de dados se faz necessário reverter o atual quadro.

GERES/CEPLAC

A limitação imposta pela PORTARIA SOF Nº 268 DE 30/07/2013(DOU DE 31/07/2013) afetou significativamente a condução das áreas experimentais e a manutenção de equipamentos utilizados para realização das atividades de pesquisa. Atingiu-se apenas 90% do Indicador que é pesquisa desenvolvida.

SUERO/CEPLAC

O CEPEC-RO direcionou suas atividades para atender prioritariamente ações relativas aos projetos estratégicos sob sua responsabilidade, tais como: manejo agrônomico e coleta de dados experimentais na ESTEX-OP, coleta de dados experimentais em áreas de produtores rurais e monitoramento de Unidades de Observações de Variedades Clonais de Cacau em áreas de produtores rurais. Em complementação às ações de difusão de tecnologias seus técnicos participaram em eventos ministrando palestras sobre SAF's com Cacau e outros temas, além de oficinas de capacitação de mão de obra.

SUEPA/CEPLAC

Além do indicador de acompanhamento de desempenho do Serviço de Pesquisa da CEPLAC/SUEPA (PESQUISA DESENVOLVIDA – 17 programados e 17 de realizados - 100%) não refletir com suficiente clareza e detalhamento as ações de geração de tecnologia para o desenvolvimento da cacauicultura regional. Considerando o longo período necessário para maturidade de projetos de pesquisa e agricultura pere-



ne e a relatividade de resultados, que não permitir inferir conclusões com análises de curto período, não é recomendável estabelecer análises parciais dos projetos. Ficando apenas a informação na listagem dos projetos em execução abaixo:

1. Formação de Banco Ativo de Germoplasma, Avaliação e Seleção de Cupuaçuzeiro na Amazônia Brasileira (Romão Satio Kobayashi; Sebastião Geraldo Augusto; Luiza Hitomi Igarashi Nakayama).
2. Caracterização e avaliação de recursos genéticos do Cacaueiro dos Bancos de Germoplasma da CEPLAC na Amazônia Oriental (Romão Satio Kobayashi).
3. Coleta, preservação e documentação dos recursos genéticos do Cacaueiro na Amazônia Brasileira (Com manutenção de 27.000 plantas acessos genéticos “especies” de cacaueiros).
4. Fungos endofíticos como agentes de biocontrole da Vassoura-de-bruxa do cacaueiro e do cupuaçuzeiro (Cleber Novais Bastos). – Produtos gerados no período: Multiplicação de isolados de endofíticos em laboratório. Leitura e tomada de dados de experimentos em casa de vegetação.
5. Herança, segregação e mapeamento de regiões genômicas do Cacaueiro associado à resistência a Vassoura-de-Bruxa (Paulo Sérgio B. de Albuquerque; Antônio Figueira; Sérgio F. Pascholati).
6. Utilização de metodologia de screening para obtenção de genótipos de Cacaueiro resistentes à *Crinipellis pernicioso* (Paulo Sérgio B. de Albuquerque; Stela Dalva; Edna Dora Luz)..
7. Avaliação participativa de cultivares de *Theobroma cacao* L. de alta performance em Tomé-Açú PA, ERJOH, ESPAM e Tucumã PA (Sérgio Abud; Edson Lima; Jay Wallace). Durante o período foram coletados 1.781 frutos na ESPAM.
8. Resistência de *Theobroma cacao* L. à *Crinipellis pernicioso* (Sérgio Abud). Projeto em andamento. Fase de análise de dados.
9. Previsão de safras em cacaueiros na Transamazônica (Edson Lima; Fernando Mendes). Projeto em andamento. Coleta de dados da estimativa da produção para o estado do Pará naqueles municípios administrados pela Ceplac (65.000 t.)
10. Efeito do espaçamento e do sombreamento no desenvolvimento, produção e estado fitossanitário do cacaueiro (Paulo Júlio Neto)– Projeto em andamento. Fase de análise de dados de produção.
11. Caracterização da diversidade genética in situ de populações naturais de cacaueiros e cupuaçuzeiros na Amazônia Oriental (Paulo Sérgio B. de Albuquerque). Não houve incursão até o momento. Falta de recurso financeiro para deslocamento até os locais de origem para ampliação do acervo genético.
12. Conservação e caracterização ex situ da diversidade e sistema de reprodução in situ em populações naturais de cacaueiros na Amazônia Brasileira (Jay Wallace; Paulo Albuquerque; Carlos Rogério de Souza Silva; Alexandre Magno Sebbenn; Antonio V. O. Figueira; Rafael Moisés Alves; Caio Márcio de Almeida; José Luis Pires)..
13. Análise genética de resposta de defesa de *Theobroma cacao* L. à *M. pernicioso* (Antonio V. O. Figueira; Jay Wallace; Paulo Sérgio B. de Albuquerque). Projeto em andamento.
14. Avaliação do Sistema Agroflorestal Cacaueiro (*Theobroma cacao* L.) e Mogno (*Swietenia macrophylla* King.) em Medicilândia PA (Paulo Júlio Neto; Antonio Carlos Gesta Melo; Carlos Alberto Corrêa).
15. Micropropagação de mudas de bananeira, com tolerância à Sigatoka Negra no Estado do Pará (Jay Wallace; Luiza Nakayama; Romão Satio Kobayashi; Hilário Ribon). – Projeto em andamento. Res-



ponsável encontra-se de férias. Falta de mão-de-obra (auxiliar de laboratório) influenciando negativamente na produção de mudas. Requisição de mão-de-obra.

16. Utilização de resíduos de tortas de prensagem agroindustrial para obtenção de composto orgânico (Geraldo Souza Costa; Luiza Hitomi Igarashi Nakayama).
17. Sistemas integrados de controle de doenças do cacauero em bases agroecológicas (Cleber Novaes Bastos). – Projeto em andamento. Colheita de 500 kg de biomassa de Piper aduncum, secagem e extração de óleo e subprodutos. Preparo de formulações e aplicação de produtos nos experimentos de Tomé- Açú.

Destaque especial, entretanto, merece a produção de sementes melhoradas de cacau para distribuição a produtores sendo alcançada no exercício de 2013 a expressiva marca de 15 milhões.

Identificação da Ação						
Código	20ZW	Tipo: ATIVIDADE				
Título	PROMOÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA					
Iniciativa	PROMOÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA					
Objetivo	0364 – Reestruturar, implementar e coordenar o sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência do seus serviços em todo o território nacional.					
Programa	Código: 2028 – Defesa Agropecuária				Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	22101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Proc.
2.500.000,00	2.493.348,39	2.487.561,58	2.304.937,53	2.014.319,86	R\$0,00	R\$ 0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Área Controlada			hectare	Previsto	Reprogramado	Realizado
				550.000	0	550.000
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
R\$0,00	R\$0,00	R\$ 0,00	Área Controlada		hectare	550.000

Fonte: SIAFI GERENCIAL (CGAF/DIRET)

PO 003 – Controle da Vassoura de Bruxa

PI – VASSOURA13

Código do Programa 2028

Objetivo - 0364

Análise Crítica:

PO 003 - Controle da doença vassoura de bruxa

PI – VASSOURA13

Código do Programa 2028

Iniciativa – 364

SUEBA/CEPLAC

Produto da lei – Área controlada

Afere-se que área efetivamente tratada alcança tão-somente 74.568 hectares, corresponde a 18,36% da meta com conotação midiática, compromete-se devido à descapitalização e endividamento dos



produtores. Superfície controlada por meio da visão midiática revela atingimento pleno da meta estipulada (406.100 ha), difusão do saber tecnológico e gerencial espraia-se através da interlocução de técnicos, produtores, administradores, trabalhadores e sociedade envolvida com cacauicultura. Aprendizagem centra-se no controle integrado da doença – biológico, cultural, físico e químico. Fenômeno enceta-se por força da gravidade da doença, afeta profundamente capacidade de desenvolvimento e produtiva das plantas – exaure energias do cacauieiro.

Propriedade assistida

Conjunto de unidades produtivas assistidas pelos profissionais do CENEX com relação ao controle da vassoura de bruxa estende-se a 6.234 propriedades, marcam-se pela execução de alguma das técnicas preconizadas para controle da moléstia, olvida-se da qualidade e extensão da aplicação. Condições climáticas vigentes em 2013 apresentam-se desfavoráveis à proliferação da moléstia. Atentar para o fato dos agricultores praticamente desleixarem quanto aos tratos culturais, pouquíssimos dispõem de recursos financeiros para fazer frentes aos gastos – baixa produtividade.

Qualificação de mão de obra

Preparação da força de trabalho visando concretização das práticas atinentes as tecnologias recomendadas para controle da doença conta com participação de 939 indivíduos, adesão pouco expressiva, quadro imputado à frágil situação econômico-financeira dos cacauicultores – descapitalização, endividamento e patrimônio desvalorizado. Aprendizado direciona-se de preferência para enxertia ou clonagem dos cacauieiros susceptíveis à moléstia com genótipos resistentes e mais produtivos, gerados e disponibilizados pelo Centro de Pesquisa do Cacau – CEPEC.

GERES/CEPLAC

Além da área controlada da doença Vassoura de Bruxa, cujas medidas são de conhecimento de todos os produtores assistidos, houve a participação da Estação Experimental “Filogônio Peixoto” no fornecimento de hastes de clones de cacauieiro tolerantes a VB e de sementes de cacauieiro para porta-enxerto, o que tem dado suporte à substituição das plantas suscetíveis, principal medida adotada para superação da crise contemplado nas metas do Programa Cacau Sustentável. Também, foram instalados ensaios de validação do biofungicida Tricovab que é produzido pela Unidade de Biocontrole da Ceplac, na Bahia.

Vários são os fatores que tem contribuído para a baixa realização das metas da ação, que foram atingidas em apenas 39,34%, com destaque para a insuficiência da Equipe de Extensão Rural e a falta de interesse dos produtores na realização das praticas pertinentes ao Controle da VB, mormente, no que se concerne à substituição das lavouras infectadas por clones tolerantes à doença, em razão da descapitalização e as limitações para acesso ao crédito rural.

Análise Crítica:

SUEBA/CEPLAC

Tem como objetivo recuperar a produção e a produtividade da lavoura cacauieira, através do controle integrado da doença vassoura de bruxa (VB), a fim de promover a geração de emprego e renda, suprir a capacidade ociosa do parque industrial moageiro instalado na região cacauieira e melhorar a qualidade do cacau brasileiro, aumentando a sua competitividade no mercado internacional.

O produto da lei que serve como parâmetro para medir o alcance da ação é denominado de **área controlada**, cujo trabalho é realizado sobre a orientação do Cenex (Centro de Extensão da Ceplac), utili-



zando as tecnologias geradas pelas pesquisas desenvolvidas pelo Centro de Pesquisas do Cacau (Cepec). Essas investigações se concentram no manejo integrado da vassoura de bruxa e outras doenças do cacau-eiro. Nesse contexto foram desenvolvidas 5 pesquisas. Os resultados contribuíram para ampliar o conhecimento sobre a epidemiologia e variabilidade de patógenos com ênfase para o fungo *Moniliophthora perniciosa*, agente causal da VB, e sobre os agentes de controle biológico, além do controle cultural e químico, componentes importantes do manejo integrado para controle dessa doença.

Nessa Ação, a principal limitação das técnicas preconizadas para o controle da VB e consequentemente ampliação da área controlada é a descapitalização e endividamento dos produtores. Soma-se a esses entraves, à desfavorável relação benéfico/custo do cacau, uma vez que os custos de produção se elevam anualmente o preço do cacau que alcançou média anual de R\$ 84,29 por arroba (@ - 15 kg) no ano 2013, ou U\$ 2.391,00 a tonelada (Bolsa de Nova York), valor considerado aquém para poder cobrir os custos (R\$ 83,83/@). Um ponto positivo em 2013 foi à valorização de 30% do cacau na Bahia em relação a 2012. Outro dado expressivo da cacauicultura é que o Brasil é o terceiro maior produtor de chocolate mundial e o setor cresceu 3,1%, comparado a 2011, sendo o quarto maior consumidor de chocolate do mundo (2,2 kg *per capita*), com boas perspectivas de crescimento nos anos seguintes. Contudo, cumpre registrar que a tecnologia gerada e difundida pela Ceplac para o aumento da produtividade e resistência a vassoura de bruxa vem dando suporte ao aumento da produção de cacau no Estado da Bahia, que evoluiu de 156.000 toneladas de cacau na safra 2011/2012 para 180.000 toneladas na safra 2012/2013, representando 60% da sabra Brasileira. Contudo, devido às condições climáticas menos favoráveis à produção espera-se um declínio na safra 2013/2014 que poderá atingir uma redução de 28 %.

As limitações à melhor execução dessa ação foram à redução no repasse de recursos e a descontinuidade na liberação dos mesmos, o que comprometeu a execução do cronograma de todas as pesquisas. A insuficiência e o retardamento de recursos referentes às despesas de capital impediram a aquisição de equipamentos importantes para a realização de atividades de laboratório e campo. Da mesma forma, os recursos de custeio além do contingenciamento, foram cortados ao longo do ano, comprometendo consideravelmente os resultados de pesquisa. Nesse caso, a exemplo do que aconteceu com outras ações, a priorização na execução dos projetos foi de fundamental importância para o melhor alcance dos resultados. A deficiência de pessoal técnico e operacional, principalmente nos laboratórios, dificultou os trabalhos para o desenvolvimento e produção de agentes de biocontrole de doenças. Mesmo assim foram produzidas 8.700 kg do biofungicida TRICOVAB. Outro fator que tem comprometido o andamento das atividades é a restrição na concessão de diárias para as atividades de campo.

Relação das tecnologias trabalhadas

- ✓ Dos 23 isolados de *Phytophthora palmivora*, obtidos e testados quanto à compatibilidade sexual, nove foram do tipo compatível A2, 11 do tipo compatível A1 e três com compatibilidade sexual indefinida.
- ✓ Incorporados 52 novos isolados a coleção Arnaldo Medeiros da Ceplac-Cepec, identificados como pertencentes às espécies *Phytophthora palmivora* e *Phytophthora citrophthora*, todos provenientes de cacau-eiro.
- ✓ Ensaios realizados em campo, mostraram que a redução na dosagem do fungicida Redshield, não comprometeu sua eficácia no controle da vassoura de bruxa.
- ✓ Em estudo de incidência de *Phytophthora* em diferentes sistemas de cultivos de cacau em vários municípios da Bahia, concluiu-se: os municípios de Santo Amaro e Camacan, observou-se maior incidência de podridão parda independente do sistema de cultivo; dos oito municípios onde o sistema agroflorestal (cacau mais seringueira) foi comparado com sistema cabruca, a maior incidência de *Phytophthora* foi observado nesse último sistema; e em sete municípios onde se comparou cabruca com plantio tecnicamente formado, apenas em Mutuipe, a maior incidência de *Phytophthora* ocorreu no sistema tec-



nicamente formado. Quando se avaliou a incidência de *Phytophthora* no sistema SAF presente em sete municípios, não se verificou efeito de município nessa ocorrência.

- ✓ Após registro e licenciamento pelo MAPA, a Ceplac passou a produzir e distribuir o biofungicida Tri-covab, destinado ao controle biológico da doença vassoura de bruxa. Foram produzidos 8.700 kg do produto pela Unidade de Biocontrole do Centro de Pesquisas do Cacau.

SUERO/CEPLAC

A ação Vassoura de Bruxa é de atenção fitossanitária e visa a estimular a recuperação da produção e produtividade, melhorar a qualidade do cacau de Rondônia aumentando assim a sua competitividade de forma a favorecer a balança comercial da região, aumentar o número de empregos, sustentar o retorno dos investimentos financeiros do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira e gerar renda no ambiente da cadeia produtiva do cacau. Além das atividades de ATER na ação, são identificadas variedades clonais e seminais de alta produtividade e resistentes à Vassoura de Bruxa; desenvolvimento de sistemas gerenciais e de tecnologias voltadas para a maximização da eficiência/eficácia do sistema de manejo integrado de controle da vassoura-de-bruxa; geração de tecnologias e disponibilização de insumos de baixo impacto ambiental para o manejo da enfermidade, bem como de material reprodutivo/propagativo para o produtor; e, treinamento de técnicos, produtores e trabalhadores rurais no manejo integrado da doença.

A meta física desta ação foi de 38.500 ha de cacaueiro no Estado de Rondônia, potencialmente acometidos da enfermidade “Vassoura de Bruxa”. Foi desenvolvida de forma permanente pelos serviços de ATER da CEPLAC e por parte dos produtores ao realizarem as retiradas das Vassouras das diferentes estruturas das plantas no período de agosto a setembro e um repasse de novembro a dezembro. Foram atendidos através de ações direta de ATER 2.225 propriedades num total de 12.504 ha de cacaueiros através de Dias de Campo, Visitas, Reuniões, Demonstrações Grupais, Palestras e recomendações aos agricultores de procedimentos técnicos, foram treinados ainda 218 trabalhadores em práticas fitossanitárias para controle da enfermidade, como poda fitossanitária, limpeza e adubação, visando a retomada do controle da Vassoura de Bruxa e conseqüentemente o aumento da produtividade e a renda da família rural.

Para atingir os objetivos estratégicos, podem ser destacadas as seguintes estratégias adotadas para a busca da excelência em ATER e Transferência de tecnologias, para incrementar a produção agropecuária:

- redirecionamento da assistência técnica, disponibilizada aos agricultores, voltada na utilização de métodos grupais, principalmente Demonstração Grupal, Excursões e Treinamento de Mão de Obra, dando ênfase ao controle e prevenção de pragas ameaçadoras (vassoura de bruxa e monília);
- articulação interinstitucional com o objetivo de estabelecer parcerias para ampliar e melhorar o controle de pragas junto a Agencia de Defesa de Rondônia – IDARON;
- participação do corpo técnico em eventos de capacitação e/ou atualização de conhecimentos técnico-científicos para subsidiá-los na prevenção, contenção e controle de pragas ameaçadoras a cacauicultura de Rondônia.

SUEPA/CEPLAC

A vassoura-de-bruxa, pela gravidade de danos econômicos potenciais, é a doença mais importante para a cacauicultura nacional. Embora a tecnologia disponível, através de podas profiláticas, aliada ao uso de material genético de elevada tolerância, permita, em especial na Amazônia, quase plenitude do controle. A formação de mão-de-obra qualificada em identificação sintomatológica e na técnica de realização das podas é fundamental para contenção da enfermidade.

Por outro lado, é primordial que inspeções continuadas sejam realizadas para avaliação da evolução da doença, para orientação da implementação de ações efetivas de controle.



Nos aspectos acima, pelas questões de insuficiência de recursos financeiros e de pessoal, bem como a comentada vulnerabilidade das parcerias, impedem imprimir maior eficácia ao controle.

Registre-se que o desempenho de aproximadamente 55% no cumprimento da meta, AREA CONTROLADA, além de baixo, reflete relativa inconsistência, visto serem as informações estimativas, com base em declaração de produtores.

O agravante da questão, mantido o quadro atual, é que a instituição não tem atendido e terá dificuldade de atender demandas presentes e futuras, decorrentes do ingresso anual de aproximadamente 10.000 ha de lavoura em estágio de maturidade produtiva, com maior vulnerabilidade a danos. Posto que, os proprietários dessas lavouras não receberam, até por não ser necessária na fase de maturação da lavoura, capacitação adequada para identificação e controle da doença.

Como também, a elevada rotatividade de mão-de-obra, causada pela evasão para obras da hidroelétrica de Belo Monte, no eixo da rodovia Transamazônica, maior produtora nacional, impõe urgente implementação de ações de capacitação, sob riscos de drásticos danos para a lavoura a nível nacional.

Identificação da Ação						
Código	20ZS		Tipo: ATIVIDADE			
Título	DESENVOLVIMENTO DE AGROENERGIA					
Iniciativa	Difusão de tecnologias e capacitação dos agentes produtivos em produção agroenergética.					
Objetivo	750 – Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.					
Programa	Código: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.					Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	22101					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.271.666,00	1.220.382,42	1.220.006,87	682.896,13	368.068,65	18.709,05	18.665,12
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Área Atendida		hectare		13.000	0	6.672
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
			Área atendida		hectare	9.435
Fonte: SIAFI GERENCIAL (CGAF/DIRET)						

PO 005 – Desenvolvimento da Potencialidade Agroenergética das Regiões Produtoras de Cacau

PI – DESENAGROEN13

Código do Programa 2014

Objetivo - 0750

Análise Crítica:



SUEBA/CEPLAC

O objetivo dessa ação é de ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, com redução da dependência de energia fóssil, maior uso de energia renovável, uso de energia com menor impacto ao ambiente, redução das emissões de gases de efeito estufa, além de promover o crescimento econômico sustentável, geração de emprego e distribuição de renda. O público alvo prioritário dessa ação é a agricultura familiar, pequenos e médios produtores rurais e suas associações corporativas, a agroindústria, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa e de extensão rural e consumidores finais de energia. No caso específico do Sul e baixo Sul da Bahia, essa ação visa à implantação de um programa de produção de biocombustível apoiada na utilização do óleo de dendê ou palma como matéria prima para produção de biodiesel. O foco principal está centrado na modernização do agronegócio dendê, com a utilização de tecnologias modernas para aumentar a produção e produtividade de óleo, através da ampliação dos plantios e renovação dos dendezaís decadentes com vistas a atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica. As ações institucionais se concentram na geração e difusão de tecnologias, assistência técnica, extensão rural, capacitação dos produtores rurais, fomento de material genético mais produtivo e disponibilização de crédito rural.

O produto da lei utilizado para avaliar o desempenho na execução dessa ação é a área assistida, registrada pelo Centro de Extensão. No entanto, para respaldar a atividade o Centro de Pesquisa do Cacau, pesquisas são desenvolvidas no âmbito dessa ação. Em 2013 foi desenvolvida uma pesquisa referente ao desenvolvimento e implantação de um protótipo de unidade artesanal para produção de óleo de dendê com melhoria no rendimento na extração do óleo.

Relação da tecnologia trabalhada

- ✓ Instalado na Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA, um protótipo de unidade artesanal (microunidade) para produção de óleo de dendê, com capacidade para processar 500 kg de cachos/h, com rendimento de 80 kg de óleo/h, representando uma taxa de extração de 16% do óleo existente nos cachos, 6% a mais do que no rodão tradicional.

SUEPA/CEPLAC

Embora não existindo metas para o exercício de 2013 na SUEPA, foram repassados recursos para aquisição de equipamentos que para implementação de 01 campo de produção de sementes híbridas (20 ha) de dendê no Centro de Pesquisa de Marituba-PA

PO 001 – EI20ZY0029 EMENDA PARLAMENTAR – 2014

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-0-	150.000,00	149.881,28	2.000,00	2.000,00	-0-	147.881,28
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-0-		-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-



PO 005 – Desenvolvimento da Potencialidade Agroenergética das Regiões Produtoras de Cacau

PI – DESENAGROEN13

Código do Programa 2014

Objetivo - 0750

Análise Crítica:

SUEBA/CEPLAC

Pesquisa - Esses recursos foram disponibilizados por Emenda Parlamentar para a Ceplac na aplicação de aquisição de equipamentos e materiais permanentes demandados pela Pesquisa. Além dos referidos materiais adquiridos, provenientes de pregão eletrônico do ano 2012, parte desses recursos foram utilizados na aquisição de equipamentos para instalação na Estação Experimental Lemos Maia – ESMAI, de uma unidade de beneficiamento de farinha de pupunha, que também poderá ser utilizada na produção de farinha de mandioca.

A construção da casa de farinha irá beneficiar produtores da Agricultura Familiar, bem como os pequenos e médios produtores de pupunha da região.

Extensão (Produto da Lei Área Assistida) - Visando encadear desenvolvimento das potencialidades agroenergéticas presta-se acompanhamento/ atendimento a 6.672 hectares de dendezaís, representam 51,32% da superfície programada (13.000 ha). Performance pouco auspiciosa em razão do longo período de maturação do investimento, baixo preço auferido pelo produto, ausência de política creditícia específica, ineficiente logística de transporte do produto entre fazenda e unidade processadora (eleva acidez do óleo) e desorganização dos produtores. Lavoura assentada em material botânico subespontâneo com reduzida produção/produktividade. Exploração dominada por agricultores familiares.

Produtor e propriedade atendida

Quantitativo de agricultores e unidades produtivas atendidas situa-se em 312 e 306 respectivamente, configura desempenho inferior ao esperado, situação acarretada pela falta de política creditícia e incipiente fomento para avanço da dendeicultura. Exploração conduzida por agricultores familiares, solos pobres, glebas diminutas e tecnologia rudimentar – induz produtividade baixa. Sistema de comercialização do cacho concentra-se em grandes unidades fabris – estabelecem preço de monopólio, alheado do custo de produção e lei da oferta e procura – extrai o sobretrabalho camponês.

Capacitação de mão de obra

Qualificação de gestores e operariado dedicado à atividade conta com adesão de 4 pessoas, participação insignificante, expressa desânimo dos produtores quanto às baixas perspectivas da dendeicultura, principalmente com respeito ao preço auferido e política creditícia que aporte recursos financeiros para cobrir os elevados gastos até maturação do investimento. Treinamentos versam sobre plantio, tratos culturais/fitossanitários e colheita – logística de entrega para indústria processadora.



2.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS

Não há ocorrência para registro

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Não há ocorrência para registro

2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI

Não há ocorrência para registro

2.2.3.5 Análise Situacional

Não há ocorrência para registro

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Não há ocorrência para registro



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.



3.1 Estrutura de Governança

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.	X				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	



QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.	X				
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
<p>Análise Crítica: A CEPLAC não dispõe de ferramental que permita fazer uma gestão integrada de todas as unidades. Observa-se a utilização de sistemas diferentes para atendimento das mesmas funções entre as unidades. Inexiste sistema de controle interno formal, tendo em vista que a CEPLAC é atualmente órgão vinculado ao MAPA, porém o sistema de controle interno do MAPA não é utilizado pela CEPLAC. A criação de um Comitê Gestor de Tecnologia da Informação ensejará o estabelecimento de um diagnóstico para subsidiar a construção de um Plano Estratégico de Tecnologia da Informação que oportunizará o melhor monitoramento.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					



3.3 Remuneração Paga a Administradores

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.

3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.

3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.

3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.

3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.

3.4 Sistema de Correição

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.



4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação

QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária :			Código UO:		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL						18.029.156,00
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)						
Dotação final 2012(B)						
Variação (B/A-1)*100						
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			4.575.484,00			
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			22.605.000,00			
Dotação final 2012(B)			31.983.095,00			
Variação (A/B-1)*100			99,29			

4.1.1.1 Análise Crítica

As informações acima tratam de recursos da LOA para custeio e investimento.

As despesas de pessoal não são contabilizadas pela UGO.

Para os demais itens não há informação para registro.



4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebido	22101	130010	20.608.2042.20ZY.0001.0003			680.209,74
	22101	130010	20.608.2042.20ZY.0001.0002			145.739,91
	22101	130010	20.608.2042.20ZY.0001.0004			119.231,84
	22101	130010	20.609.2028.20ZW.0001.0003			82.625,19
Recebido	22101	130125	20.608.2042.20ZY.0001.0003			206.898,27
	22101	130125	20.608.2042.20ZY.0001.0002			70.321,30
	22101	130125	20.608.2042.20ZY.0001.0004			184.275,46
	22101	130125	20.609.2028.20ZW.0001.0003			92.409,46
Recebido	22101	130127	20.608.2042.20ZY.0001.0003			148.028,47
	22101	130127	20.608.2042.20ZY.0001.0002			148.142,47
	22101	130127	20.608.2042.20ZY.0001.0004			248.786,51
Recebido	22101	130127	20.609.2028.20ZW.0001.0003			44.549,24
	22101	130129	20.608.2042.20ZY.0001.0003			33.299,45
	22101	130129	20.608.2042.20ZY.0001.0002			58.659,52
	22101	130129	20.608.2042.20ZY.0001.0004			51.896,91
Recebido	22101	130129	20.609.2028.20ZW.0001.0003b			65.215,30
	22101	130122	20.608.2042.20ZY.0001.0003			2.565.773,07
	22101	130122	20.608.2042.20ZY.0001.0002			398.678,00
	22101	130122	20.608.2014.20ZS.0001.0005			262.559,72
Recebido	22101	130132	20.608.2042.20ZY.0001.0002			853.522,62
	22101	130132	20.608.2014.20ZS.0001.0005			305.195,00
	22101	130132	20.609.2028.20ZW.0001.0003			283.760,13
Recebido	22101	103133	20.608.2042.20ZY.0001.0003			150.653,30
	22101	103133	20.608.2042.20ZY.0001.0004			1.107.276,94
	22101	103133	20.608.2014.20ZS.0001.0005			264.766,24
	22101	103133	20.609.2028.20ZW.0001.0003			1.049.266,12
Recebido	22101	130031	20.608.2042.20ZY.0001.0004			1.069.770,83
	22101	130031	20.608.2042.20ZY.0001.0002			30.419,59
	22101	130031	20.608.2014.20ZS.0001.0005			12.000,00
	22101	130031	20.609.2028.20ZW.0001.0003			21.776,94
Recebido	22101	130126	20.608.2042.20ZY.0001.0003			1.662.213,00
	22101	130126	20.608.2042.20ZY.0001.0004			60.559,51
	22101	130126	20.608.2042.20ZY.0001.0002			1.610.590,98
	22101	130126	20.608.2014.20ZS.0001.0005			375.861,46
	22101	130126	20.609.2028.20ZW.0001.0003			245.070,26
Recebido	22101	130134	20.608.2042.20ZY.0001.0002			36.481,75
	22101	130134	20.609.2028.20ZW.0001.0003			3.770,00
Recebido	22101	130135	20.608.2042.20ZY.0001.0002c			136.429,91
	22101	130135	20.609.2028.20ZW.0001.0003			8.994,10
Recebido	22101	130128	20.608.2042.20ZY.0001.0003			289.254,96
	22101	130128	20.608.2042.20ZY.0001.0004			620.234,39
	22101	130128	20.608.2042.20ZY.0001.0002			792.655,76
Recebido	22101	137043	20.608.2042.20ZY.0001.0003			15.918,69
	22101	137043	20.608.2042.20ZY.0001.0002			88.067,10
	22101	137043	20.609.2028.20ZW.0001.0003			113.147,82
Recebido	22101	130005	20.608.2042.20ZY.0001.0003			40.114,04
	22101	130005	20.608.2042.20ZY.0001.0002			53.015,04



Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebido- TA		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos	22101	130010	20.608.2042.20ZY.0001.0003	6554,46		
	22101	130010	20.608.2042.20ZY.0001.0002	101296,80		
Recebidos	22101	130127	20.608.2042.20ZY.0001.0003	15.608,00		
Recebidos	22101	130122	20.608.2042.20ZY.0001.0003	70.251,52		
	22101	130122	20.608.2042.20ZY.0001.0002	8.000,00		
Recebidos	22101	130132	20.608.2042.20ZY.0001.0003	67.711,94		
	22101	130132	20.608.2042.20ZY.0001.0002	32.000,00		
Recebidos	22101	130133	20.608.2042.20ZY.0001.0003	21.396,00		
	22101	130133	20.608.2042.20ZY.0001.0004	5.867,51		
Recebidos	22101	130133	20.608.2042.20ZY.0001.0001	311.400,00		
	22101	130031	20.608.2042.20ZY.0001.0003	45.290,00		
Recebidos	22101	130031	20.608.2042.20ZY.0001.0002	43.180,00		
	22101	130126	20.608.2042.20ZY.0001.0003	527.117,39		

4.1.3 Realização da Despesa

Realização da Despesa com Créditos Originários

4.1.3.1 Desp. Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

QUADRO A.4.1.3.1.– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Unidade Orçamentária:	Código		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	10.819.091,69	12.877.555,39	10.251.232,68	9.502.642,14
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa	3.578.538,23	5.427.080,22	3.263.368,88	4.408.811,03
i) Inexigibilidade	309.620,33	405.845,00	300.267,06	351.188,20
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos	204.889,38	283.015,72	204.889,38	283.004,34
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	841.152,42	1.220.875,10	841.152,42	1.220.875,10
5. Outros	755.288,00	3.179.644,60	720.748,88	3.157.538,70
6. Total (1+2+3+4+5)	16.508.580,05	23.394.016,03	15.581.659,30	23.394.016,03



4.1.3.2 Desp. Totais Por Modalidade de Contratação / Créditos Originários / Executados Diretamente pela UJ

Não há ocorrência para registro neste item.

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
Outros Serv Terc PJ	8.693.400,55	9.671.694,51	8.164.284,07	8.496.702,2	529.116,4	1.154.992,26	7.882.211,26	8.309.708,87
Locação de Mão e Obra	4.860.181,04	3.771.511,30	4.821.923,20	3.707.871,34	38.257,84	63.639,96	4.396.611,63	3.392.799,97
Material de Consumo	2.158.961,86	3.528.229,17	1.748.587,18	2.445.170,48	410.365,15	1.083.058,69	1.575.855,44	2.086.451,09
Demais elementos do grupo	1.730.206,41	3.570.892,37	1.702.760,42	3.532.656,02	29.846,48	38.236,35	1.630.928,17	3.502.387,58
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento/Créditos Originários/Valores executados Diretamente pela UJ

Não há ocorrência para registro.

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Não há ocorrência para registro.



4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Não há ocorrência para registro.

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Não há ocorrência para registro.

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

4.2.1 Análise Crítica

Não há ocorrência para registro.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012		2.799.618,64	189.518,08	541.807,34
2011		239.384,71	505.117,77	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012		720.634,77	16.994,42	201.383,26
2011		4.310,00	404,83	460,00

4.3.1 Análise Crítica

Valores inscritos em resto a pagar em função de liberação orçamentária ser concentrada, principalmente, na segunda quinzena do mês de dezembro do exercício.



4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - DIRET									
CNPJ: 00.396.895/0088-86					UG/GESTÃO: 130010 - 0001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	01.100736.00	FUNPAB	5.999.999,92	2.000.000,00	392.200,00	1.067.866,20	27.12.2010	27/12/2016	1
1	755734/2011	FAPESPA	3.636.000,00	0,00	0,00	1.818.000,00	23.12.2010	26/07/2014	1
Fonte: CGEF/DIRET									

QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 130.132				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	55000.002481/2013-11	130.132	470.600,00	-	470.600,00	470.600,00	2013	2013	1
Fonte: CENEX/SUEBA									

4.4.2 Quant. de Inst. de Transf. Celebrados e Val. Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INST. CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - DIRET				
CNPJ:		00.396.895/0088-86				
UG/GESTÃO:		130010 -0001				
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio				392.200,00	1.562.541,00	898.571,00
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Totais				392.200,00	1.562.541,00	898.571,00
Fonte: CGEF/DIRET						



4.4.3 Info. sobre a P. de Contas Relativas aos Conv., Termos de Coop. e Cont. de Repasse

Não há ocorrência para registro.

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não há ocorrência para registro.

4.4.5 Análise Crítica

Não há ocorrência para registro.

4.5 Suprimento de Fundos

4.5.1 Suprimento de Fundos – Desp. realizadas Conta Tipo “B” e Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO A.4.5.1 – DESP. REALIZADAS CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			05	1.452,00	08	11.341,92	12.793,92
2012			07	1.287,00	12	14.119,46	15.406,46
2011			16	2.945,00	18	29.212,07	32.157,07

Fonte: NEOFI/DIAO/SUEBA

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			58	13.721,00	123	69.835,41	83.556,41
2012			69	16.802,00	142	79.383,00	95.185,00
2011			68	20.746,15	94	64.765,10	85.511,12

Fonte: SETAD/CEPEC/SUEBA

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			-	-	273	30.391,00	30.391,00
2012			-	-	530	61.702,75	61.702,75
2011			-	-	366	38.178,35	38.178,35

Fonte: SETAD/CENEX/SUEBA

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	-	-	-	-	-
2012					04	3.717,41	3.717,41
2011					04	4.750,15	4.750,15

Fonte: GERAM/CEPLAC



Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	0	0	0	0	7	3.456,93	3.456,93
2012	0	0	0	0	5	14.605,30	14.605,30
2011	0	0	0	0	5	17.920,97	17.920,97

Fonte: SUERO/CEPLAC

Suprimento de Fundos

Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			10	2.358,51	72	5.821,12	8.159,63
2012			14	3.080,00	98	8.063,65	11.238,65
2011			08	1.080,00	88	7.445,87	8.525,87

Fonte: DIRET/CEPLAC



4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO A.4.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR					Valores em R\$ 1,00
Código da UG		130.122 - NEOFI	Limite de Utilização da UG		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Jose Teixeira de Souza Filho	083.699.685-20	2.000,00	-	1.276,19	1.276,19
Marie Anne do Nascimento	107.244.515-87	3.500,00	910,00	2.129,70	3.039,70
Jose Carlos Santana de Jesus	172.004.585-20	1.000,00	-	875,20	875,20
Severino Heleno de Melo	647.174.708-00	8.000,00	542,00	7.060,83	7.602,83
Total Utilizado pela UG			1.452,00	11.341,92	12.793,92

Fonte: NEOFI/DIAO/SUEBA

Código da UG		130.133	Limite de Utilização da UG		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Alberto Correia Santos	13216473520			4.634,75	4.634,75
Antonia Maria Pereira	14533260578		11.725,86	25.586,15	37.312,01
Antonio Almeida Santos	06700780500			1.387,00	1.387,00
Cláudia de Paula Rezende	39615308668		320,00	8.180,00	8.500,00
Cosme Santos Souza	09678620510			1.536,27	1.536,27
Edmundo Loiola Santos	12332135553			2.120,22	2.120,22
Gildasio Fernando Barbosa	11421355515			3.659,89	3.659,89
Idalcio Ferreira de Carvalho	06490743515			886,58	886,58
Joilson Matos Silva	06274994572			3.571,15	3.571,15
Jorge Raymundo Menezes Ferreira	15889513591		750,00	2.016,29	2.766,29
José Antonio de Souza	08303037587			3.080,00	3.080,00
José Bispo dos Santos	12118613504		125,00	2.833,31	2.958,31
José Carlos Santos II	76359158868		746,16	2.239,90	2.986,06
José Carlos Teles Costa	35940999549			1.413,57	1.413,57
José Domingos do Nascimento	40384241549			1.125,01	1.125,01
José Lourival Filho	39555887500			1.949,99	1.949,99
José Raimundo Costa Gomes	14291053568			2.660,36	2.660,36
Lourival Alves Santos	13406825591			954,97	954,97
Total Utilizado pela UG			13.667,02	69.835,41	83.502,43

Fonte: SETAD/CEPEC/SUEBA

Código da UG		130.132 - CENEX	Limite de Utilização da UG		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Clenildo Azevedo Cruz	125.462.085-00	20.000,00	0,00	7.651,00	7.651,00
Gideon T. Bandeira	368.040.535-91	20.000,00	0,00	4.940,00	4.940,00
Eliete Alves Lemos	082.610.755-91	20.000,00	0,00	4.500,00	4.500,00
Jailton Pinto Borges	100.335.725-34	20.000,00	0,00	4.500,00	4.500,00
Josenildo de C. Lima	078.604.984-72	20.000,00	0,00	8.000,00	8.000,00
Damaris N. S. Barreto	339.378.505-20	20.000,00	0,00	800,00	800,00
Total Utilizado pela UG			0,00	30.391,00	30.391,00

Fonte: SETAD/CENEX/SUEBA



Código da UG 1	130129	Limite de Utilização da UG			10.000,00
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Fernando César Oliveira da Silva	095966905-15	10.000,00		275,39	275,39
Lino Pereira	079177911-49	2.000,00		3.368,30	3.368,30
Total Utilizado pela UG					3.643,69

Fonte: GEREM/CEPLAC

Código da UG 1	130128	Limite de Utilização da UG			50.000,00
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Vanderly Carpina	190.906.842-04	25.000,00	0,00	3456,93	3.456,93
Total Utilizado pela UG			0,00	3456,93	3.456,93

Fonte: SUERO/CEPLAC

Código da UG 1	130010	Limite de Utilização da UG			9.000,00
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
NAPOLEÃO PEREIRA MOTTA	454.657.896/20	9.000,00	2.338,51	5.821,12	8.159,63
Total Utilizado pela UG			2.338,51	5.821,12	8.159,63

Fonte: DIRET/CEPLAC

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Suprimento de Fundos													
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF						
	2013		2012		2011		2013		2012		2011		
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	
PC não Aprovadas													
PC Aprovadas							63	83.502,43	65	87.044,64	48	80.797,41	

Fonte: SETAD/CEPEC/SUEBA

Suprimento de Fundos													
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF						
	2013		2012		2011		2013		2012		2011		
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	
PC em Análise													
PC Aprovadas							14	30.391,00	20	61.702,75	15	38.178,35	

Fonte: SETAD/CENEX/SUEBA

Suprimento de Fundos													
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF						
	2013		2012		2011		2013		2012		2011		
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	
PC em Análise													
PC Aprovadas							-	-	04	3.717,41	04	4.750,15	

Fonte: GERAM/CEPLAC

Situação	Conta Tipo "B"						CPGF						
	2013		2012		2011		2013		2012		2011		
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	
PC Aprovadas							2	3.456,93	5	14.605,30	5	17.920,97	

Fonte: SUERO/CEPLAC



4.5.5 Análise Crítica

O sistema de gestão das despesas com cartão de crédito corporativo obedece ao Decreto 6.370/2008, “*onde estabelece que este procedimento seja um regime de adiantamento, definido por Lei que consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, não possam subordinar-se ao processo normal de licitação*”.

O uso de Cartões de Crédito Corporativo pelo Centro de Pesquisa do Cacau – Cepec destina-se a realização de despesas de pequeno valor em caso de aquisição bens e contratação de serviços, no interesse dos projetos de pesquisa e atividades de suporte, principalmente nas áreas descentralizadas. A área de atuação do Cepec corresponde a aproximadamente 80.652,92 km², envolvendo 06 territórios e 119 municípios, onde estão distribuídas 10 Estações experimentais, além de mais de 80 experimentos em áreas de produtores distribuídas nos principais agrossistemas da Região Cacaueira do Sul da Bahia. Um outro fator relevante, notadamente nos pequenos municípios, é a existência de estabelecimentos comerciais que não oferecem as prerrogativas necessárias para o uso de empenhos, pois os mesmos não estão cadastrados no SICAF.

O Cepec dispõe de 561 servidores atuando nas pesquisas e atividades de suporte, e destes foram destacados 18 servidores para o uso do Cartão de Crédito Corporativo, sendo 13 motoristas oficiais do quadro de servidores, 04 responsáveis administrativos pelas Estações Experimentais e 01 servidor para atender as demandas do Centro de Pesquisa do Cacau, na sede.

Toda aquisição de materiais e contratação de serviços é acompanhada pelo gestor, após o mesmo, chancelar, assinando as requisições provenientes das seções, é verificado a necessidade daquele bem ou serviço, destinado a seção, laboratório ou projeto de pesquisa. O uso do suprimento de fundos é monitorado controlado pelo gestor de maneira a assegurar sua aplicação de acordo com as normas da instituição e de conformidade com a legislação vigente.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

4.6.1 Benefícios Financeiros e Creditícios

4.6.1.1 Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação

Não há ocorrência para registro

4.6.1.2 Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica

4.6.2 Renúncias Tributárias

4.6.2.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação

Não há ocorrência para registro



4.6.2.2 Valores Renunciados e Contrapartida

QUADRO A.4.6.2.2. - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

Gasto Tributário:						
Valores	2013		2012		2011	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Renúncia						
Contrapartida						
Medidas de Compensação						

Fonte:

4.6.2.3 Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário

Não há ocorrência para registro

4.6.2.4 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia

Não há ocorrência para registro

4.6.2.5 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária

Não há ocorrência para registro

4.6.2.6 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Não há ocorrência para registro

4.6.2.7 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Não há ocorrência para registro

4.6.2.8 Comunicações à RFB

Não há ocorrência para registro

4.6.2.9 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Não há ocorrência para registro

4.6.2.10 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

Não há ocorrência para registro

4.6.2.11 Fiscalizações Realizadas pela RFB

Não há ocorrência para registro



4.6.2.12 Renúncia Tributária – Análise Crítica

Não há ocorrência para registro

4.7 Gestão de Precatórios

Não há ocorrência para registro

4.7.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta

Não há ocorrência para registro.

4.7.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta

Não há ocorrência para registro.

4.7.3 Análise Crítica

Não há ocorrência para registro.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.



5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1919		02	106
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	10			
4. Total de Servidores (1+2+3)	1929		02	106

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	01
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Adm para acompanhar cônjuge /companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	01

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC



5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA EST. DE CARGOS EM COMISSÃO E FG DA UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	40	40		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	28	28		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo	10	10		
1.2.5. Aposentados	02	02		
2. Funções Gratificadas	65	63		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	65	63	04	
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	105	103		

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	03	03	120	1.104	596
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	03	03	120	1.104	596
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	01	02	14	57	29
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		02	08	20	10
2.3. Funções Gratificadas	01		06	37	19
3. Totais (1+2)	04	05	134	1.1161	625

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC



5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo		1	396	98	889	339	50	37	16
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira		1	396	98	889	339	50	37	16
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão		1	6	42	5	33	6	8	2
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					5	22	03	08	
2.3. Funções Gratificadas		1	6	42		11	3		
3. Totais (1+2)		2	402	140	894	372	56	45	18

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Não há ocorrência para registro

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classif. do Quadro de Serv. Inativos da UJ Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	649	75
1.1 Voluntária	634	66
1.2 Compulsória	15	03
1.3 Invalidez Permanente	04	06
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	584	02
2.1 Voluntária	556	
2.2 Compulsória	28	
2.3 Invalidez Permanente	02	02
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	1.233	77

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC



5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	341	21
1.1. Integral	173	18
1.2. Proporcional	168	03
2. Em Atividade	305	23
3. Total (1+2)	646	44

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão				
Concessão de aposentadoria	94	123	63	37
Concessão de pensão civil	47	38	40	15
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	143	161	104	52

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento				
Cancelamento de concessão		3		
Cancelamento de desligamento				
Totais		3		3

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC



5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão				
Concessão de aposentadoria			23	40
Concessão de pensão civil			2	38
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total			25	78
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total				

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Não há ocorrência para registro.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não há ocorrência para registro.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não há ocorrência para registro.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

São utilizados os instrumentos e ferramentas definidas e disponibilizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não há ocorrência para registro.

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo MPOG para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não há ocorrência para registro.

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela UJ

QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Ceplac													
UG/Gestão: 130122							CNPJ: 00.396.895/0082-90						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	32/2009	01.383.525/0001-53	2009	2014	26	26	16	16	0	0	P

Fonte: NAGEC/SUEBA

A redução influenciou na dinâmica das atividades de limpeza, ocasionando queixa dos usuários quanto à qualidade dos serviços; o atraso no pagamento de alguns meses gerou insatisfação dos trabalhadores da empresa contratada com repercussão no atendimento dos serviços.

Unidade Contratante													
Nome: CEPEC/SUEBA/CEPLAC													
UG/Gestão: 130133 / 00001							CNPJ: 00.396.895/0080-29						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	49/2009	LIDER RECURSOS HUMANOS LTDA. 01.383.525/0001-16	25.01.2010	24.01.2014	1	1					P

Fonte: CEPEC/SUEBA

Análise Crítica:

Os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra para limpeza e higiene são fiscalizados mensalmente pelo Fiscal correspondente, o qual verifica a execução das atividades pré-estabelecida no contrato, bem como as obrigações da contratada na execução das tarefas, nas medições das áreas, após a realização das práticas, visando ao repassa das informações para o setor financeiro, para fins de pagamento. As despesas para a limpeza e higiene a cargo do Cepec são realizadas no Serviço de Introdução de Plantas localizado em Salvador.



Unidade Contratante													
Nome: GERÊNCIA REGIONAL DA CEPLAC NA AMAZONIA													
UG/Gestão: 130.127							CNPJ: 00.396.895/0085-33						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	007/2008	06032743/0001-20	26.12.2008	25.12.13	04	04	01	01			E
Observações:													
Fonte: GERAM/CEPLAC													

Unidade Contratante													
Nome: CEPLAC – GERENCIA - ES													
UG/Gestão: 130125							CNPJ: 00.396.895/0078-04						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	05/2011	08.944.765/0001-91	30/11/11	30/11/12	04	04	-	-	-	-	P
Observações: Contrato de vigilância armada na estação de pesquisa da GERES. Prorrogado por aditivos até 30/11/2014.													
Fonte: GERES/CEPLAC													

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARÁ													
UG/Gestão: 130.031							CNPJ: 00.396.895/0091-81						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	005/2012	RIOMAR 05915153/0001-82	01/08/2012	31/07/2014							ATIVO
2009	L	O	015/2009	STAR 09409620/0001-53	09/10/09	09/10/2014							ATIVO
Fonte: SUEPA/CEPLAC													



5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERV COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

UG/Gestão:130133/130132							CNPJ:00.396.895/0080-29 e 00.396.895/0081-00						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	35/2009	07.770.857/0001-30	2009	2014	60	60	32	32	0	0	P
2009	L	O	49/2009	07.015.165/0001-86	2009	2014	49	49	30	30	0	0	P

Fonte: SUEBA/CEPLAC

Análise Crítica:

Os contratos firmados com as Empresas O Fazendão Serviços Agrícolas Ltda e Ótima Engenharia Ltda., têm como objeto realizar os serviços a seguir listados, na Sede Regional da Ceplac e Estações Experimentais:

- Roçagem de cacauzeiros e de capim;
- Desbrota, retirada de vassoura de bruxa e poda de cacauzeiros;
- Colheita, quebra e transporte de caixas de cacau;
- Limpeza de valetas;
- Manutenção de cerca de arame e aceiro de cercas.

Apesar da redução do contrato não foi registrada dificuldade na execução das atividades contratadas.

O contrato firmado com a LÍDER RECURSOS HUMANOS LTDA, tem como objeto:

- Prestação de serviços de limpeza e conservação das instalações da Sede Regional da Ceplac, compreendendo mão de obra e materiais de limpeza e higiene pessoal, equipamentos e máquinas.

Unidade Contratante													
Nome: CEPEC/SUEBA/CEPLAC													
UG/Gestão: 130.133							CNPJ: 00.396.895/0080-29						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	11	O	35/2009	O FAZENDÃO - 07.770.857/0001-30	30.11.09	30.11.14	41	41					P
2009	11	O	36/2009	ÓTIMA ENGENHARIA - 07.015.165/0001-86	30.11.09	30.11.14	12	12					P

Observações:

Fonte: CEPEC/SUEBA



Análise Crítica:

A prestação de serviços com locação de mão de obra que se refere o quadro acima é realizada nas Estações Experimentais Arnaldo Medeiros (ESARM), Djalma Bahia (EDJAB), Lemos Maia (ESMAI), Extremo Sul (ESSUL) e Sóstenes de Miranda (ESOMI). Tais serviços são necessários pelo fato de a Ceplac ter sofrido a redução gradativa do seu efetivo com mão de obra rural, devido às aposentadorias, e pela não contratação de servidores há 27 anos. Outro fator relevante é que o cargo de Agente de Atividades Operacionais (operários rurais) se encontra extinto no Serviço Público Federal, o que torna imprescindível a contratação de serviços de terceiros.

No exercício de 2013, houve contingenciamento dos recursos o que levou à redução do valor do contrato em 25 %, prejudicando a realização dos serviços de campo. Este fato comprometeu a realização das atividades de pesquisa e a manutenção das áreas comerciais. Outro agravante foi o atraso no repasse de recursos para pagamento às empresas prestadoras dos serviços, o que causou dificuldades financeiras às mesmas. Mesmo diante dessa situação, as empresas contratadas não suspenderam os serviços, mas atrasaram o pagamento de salário aos seus funcionários. A gestão de contrato e a direção da Ceplac foram informadas das consequências no atraso no repasse dos recursos.

A Gestão de Contratos tem acompanhado a prestação dos serviços de higiene, limpeza e práticas agrícolas por parte das empresas contratadas e fiscalizado o cumprimento das obrigações trabalhistas, (pagamento de salários, férias, 13º, recolhimento de FGTS, de INSS e demais obrigações), como forma de monitorar o atendimento às obrigações contratuais. Até o presente, a prestação de serviços tem atendido as cláusulas contratuais.

Unidade Contratante														
Nome: GERAM/CEPLAC														
UG/Gestão: 130127							CNPJ: 00.396.895/0085-33							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	11	O	004/12	06032743/0001-20	03.12.12	02.12.13	10	10						P
Observações:														
Fonte: GERAM/CEPLAC														

Unidade Contratante														
Nome: GERES/CEPLAC														
UG/Gestão: 130125							CNPJ: 00.396.895/0078-04							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	12	3339039-79	02/2010	07.213.314/0001-11	30/04/10	30/04/11	11	11	-	-	-	-	-	P
Observações: Contrato de Prestação de Serviços Agrícolas nas áreas de experimentos e pesquisa de cacau. Contrato Prorrogado por aditivos até 30/04/2014.														
Fonte: GERES/CEPLAC														

Com respeito ao andamento dos contratos, as prestadoras têm cumprido regularmente o pactuado e tem prestado as informações sempre que solicitadas.



No que tange ao Serviço de Vigilância Armada, considerando a abrangência da área da Estação Experimental “Filogônio Peixoto” – Esfip onde estão localizados o Posto de Vigilância Ostensiva, cuja mesma possui acesso frontal pelo Rio Doce e uma das laterais às margens de uma estrada municipal tem se tornado vulnerável com grande o afluxo de estranhos dentro das áreas experimentais, o que requer a ampliação de mais um Posto para melhor cobertura possibilitando o serviço de ronda.

Com relação ao Contrato de Prestação de Serviços Agrícolas nas áreas de experimentos e de pesquisa com cacaueteiro na Estação Experimental “Filogônio Peixoto” – Esfip. Considerando as necessidades em decorrência de pedidos de aposentadorias e, idade avançada dos Auxiliares Operacionais (cargo em extinção), bem como dos Tratoristas e Motoristas (cargos em extinção) há necessidade de ampliação da contratação de serviços com locação de mão de obra, sendo atualmente necessário o dobro de contratos para dar continuidade às atividades da Unidade.

QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante															
Nome: SUEPA/CEPLAC															
UG/Gestão: 130.031						CNPJ: 00.396.895/0091-81									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2011	12	O	002/2011	09409620/0001-53	15/03/2011	14/03/2014	53	53							P
Observações:															
Fonte: SUEPA/CEPLAC															

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Relatadas abaixo de cada quadro.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	47	40	72	52	2.548,00
1.2 Área Meio	08	07	07	11	12.012,00
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	01	01	01	14	812,00
2.2 Área Meio	05	05	03	04	3.451,00
3. Total (1+2)	61	53	83	81	18.823,00
Fonte: SEDRH/DIAO/SUEBA/CEPLAC					



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



6 Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.



6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada – UG NEOFI

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

- ✓ Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008
- ✓ Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

- ✓ A frota de veículos é instrumento indispensável para o funcionamento de todas as unidades, incluindo aquelas que estão sediadas fora da zona urbana, a exemplo da sede regional no Estado da Bahia, que dista 22 km da cidade de Ilhéus e 06 km da cidade de Itabuna, polos onde residem 90% dos servidores ali lotados.
- ✓ Os veículos à disposição do Centro de Pesquisas do Cacau (Cepec) atende atualmente a execução de 83 projetos de pesquisa, localizados na sede do Centro e nas Estações Experimentais localizadas desde o Recôncavo Baiano ao extremo Sul da Bahia, abrangendo seis e cerca de 119 municípios e uma área de 90 mil km². Grande parte desses experimentos estão localizados em propriedades particulares, a exemplo das pesquisas em Melhoramento Genético que envolvem 600 clones e 300 progênies de cacaueiros distribuídos em 60 fazendas. Outra atividade que necessita permanentemente do uso de veículos é o serviço de Previsão da Safra do Cacau, que durante todo o ano realiza amostragem em fazendas de toda a região, com o objetivo de estimar a produção de cacau. Também são conduzidos experimentos em áreas foco de doenças, visando ao controle biológico, químico e cultural, experimentos de avaliação de clones e métodos de manejo e exploração da seringueira, assim como manejo da pupunheira, açaí e pastagens. Na área de Solos e Nutrição de Plantas são conduzidos experimentos em diferentes agrossistemas visando estudar fontes, doses e métodos de aplicação de fertilizantes e corretivos nas culturas. O Cepec também realiza a difusão de tecnologia através de palestras e treinamentos, juntamente com o Centro de Extensão da Ceplac. Portanto, a abrangência das ações da pesquisa em toda a região Cacaueira da Bahia justifica a manutenção da frota existente no Centro de Pesquisas do Cacau.
- ✓ As atividades desenvolvidas pelo Centro de Extensão estão diretamente relacionadas com os serviços de assistência técnica e extensão rural, tendo como público beneficiário agricultores familiares, mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais, associados ou não estabelecidos nos 108 municípios que compreendem a nossa área de atuação no Estado da Bahia. Para efetivação desses serviços, faz-se necessário que tenhamos uma frota de veículos, na quantidade adequada e em plenas condições de funcionamento para deslocamentos dos 248 profissionais lotados em nossas 49 Unidades Locais e Unidades da Sede, visando atendimento a um potencial de 30.848 produtores, com atividades na cultura do cacau e outros cultivos diversificados.
- ✓ No Estado do Amazonas, o acesso aos municípios partindo-se da capital Manaus se dá através de transportes rodoviários para 09 municípios dos sessenta e dois existentes. Para os restantes o acesso se dá necessariamente através de transporte aéreo ou aquaviários; ou os dois conjugados. Daí a explicação para o fato de, nesta UJ se utilizar transportes rodoviários, aquaviários e aéreos. Sendo que a nossa frota se compões de veículos rodoviários (Pick up, automóveis, e motocicletas); e aquaviários (Barco/motor regional, lancha rápida – motor com 40/60/120 hp, lancha voadeira equipada com motores rápidos de 15 hp, e lanchas rabetas equipadas com motores de 05 hp.).
- ✓ As atividades desenvolvidas pelas áreas fim, em especial, tem sustentáculo no deslocamento de técnicos para as áreas de experimento, estações experimentais e unidades agrícolas, onde é presta-



do o atendimento ao agricultor, motivo porque da importância e impacto da frota de veículos para a instituição.

c) **Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;**

Vide quadro inserido na alínea “e”.

d) **Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;**

Vide quadro inserido na alínea “e”.

e) **Idade média da frota, por grupo de veículos;**

Quadro 01 (responde as questões das alíneas C, D e E)								
Grupo	Utilização	Qtde	Média km ou Hora trator	Marca/Tipo	Descrição	Idade Média	UG	
IV veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	10	13Km/L	Fiat, Uno	Ano,2005/2007- Gasolina	07 anos	130.122 – ADM/SUEBA
		Pessoal	07	10Km/Lt	Gol	Ano,1995/1999/2001- Gasolina	18 anos	
		Pessoal	04	14Km/Lt	Celta	Ano, 2012-Flex	02 anos	
		Pessoal	01	10 Km/Lt.	GM-Cadete Ambulância	Ano, 1997	17 anos	
		Pessoal	01	13 Km/Lt.	VW-Kombi	Ano, 2011	03 anos	
		Pessoal	06	15Km/Lt	Motocicleta Honda CG-125	Ano,2005/2008 Gasolina	08 anos	
		Coletivo	01	10Km/Lt	Van Peugeot	Ano, 2011	03 anos	
		Coletivo	05	5,0 Km/Lt.	Micro ônibus	Ano,1997	17 anos	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Carga leve	04	10 Km/Lt	Caminhonete Ford Ranger	Ano, 2004,2011	03 anos	
		Carga pesada	08	3,35 KM/Lt.	Mercedes Benz ônibus	Ano,1997,2010	14 anos	
		Carga Pesada	02	4,0 Km/Lt.	Mercedes Benz 608	Ano, 1979	35 anos	
		Carga pesada	04	5,0 Km/Lt.-	Ford Cargo Caminhão	Ano,1998/2010	04 anos	
		Carga Pesada	01	10 Km/Lt.	Ford- F-4000	Ano, 2011	03 anos	
		Carga Pesada	02	8 Km/Lt.	Mercedes Benz Caçamba	Ano, 1987	27 anos	
	Carga Pesada	01	8 Km/Lt.	Ford Cargo Baú	Ano, 2010	04 anos		
TOTAL DE VEÍCULOS		57						



Grupo	Utilização	Qtde	Média km ou Hora trator	Marca/Tipo	Descrição	Idade Média	UG	
IV veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	14	13Km/L	Fiat, Uno/Pálio	Ano,2006/07/10-Flex	07 anos	130.133 – CEPEC/SUEBA
		Pessoal	05	12Km/Lt	Gol	Ano,2001/005-Gasolina	06 anos	
		Pessoal	07	14Km/Lt	Celta	Ano, 2012-Flex	02 anos	
		Pessoal	03	08 Km/Lt.	Toyota	Ano, 1997	17 anos	
		Pessoal	04	08 Km/Lt.	VW-Kombi	Ano, 2001/11	04 anos	
		Pessoal	04	15Km/Lt	Motocicleta	Ano,1998/00/07-Gasolina	09 anos	
		Coletivo	04	09Km/Lt	Van /Springter	Ano, 1997/11	05 anos	
		Coletivo	02	,04 Km/Lt.	Micro ônibus	Ano,1997	17 anos	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Carga leve	07	09 Km/Lt	Caminhonete Ford Ranger	Ano, 2004,2011	02 anos	
		Carga Leve	06	08 KM/Lt.	Pick up, S1 e Kombi	Ano,1997/10/12	04 anos	
		Carga Pesada	05	4,0 Km/Lt.	Mercedes Benz, GMC e Ford Cargo	Ano, 1977/1997/13	14 anos	
TOTAL		61						

Grupo	Utilização	Qtde	Média km ou Hora trator	Marca/Tipo	Descrição	Idade Média	UG	
IV veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	07		Celta	Ano, 2011/2012	03 anos	130.132 – CENEX/SUEBA
		Pessoal	02		Fiat Pálio	Ano, 2007	02 anos	
		Pessoal	82		Fiat/Uno	2005/2006/2007/2008/2009/2010	09 anos	
		Pessoal	02		Kombi	Ano, 1995	19 anos	
		Pessoal	01		Veraneio	Ano, 1979	35 anos	
		Pessoal	02		Gol	Ano, 1995/2004	19 anos	
		Pessoal	32		Jeep Toyota	Ano, 1998	16 anos	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Coletivo	01		Van Peugeot	Ano, 2011	03 anos	
		Carga leve	12		Ranger	Ano, 2010/2011	04 anos	
		Carga leve	02		Ranger	Ano, 1998/2009	16 anos	
		Carga leve	01		Pick-Up Cabine Simples	Ano, 1987	27 anos	
		Carga pesada	02		Caminhão GMC	Ano, 1997	17 anos	
		TOTAL DE VEÍCULOS		146				



Grupo	Utilização	Qtde	Média km ou Hora trator	Marca/Tipo	Descrição	Idade Média		
IV veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Coletivo	1	5Km/Lt	Mercedes Benz Micro Onibus	Ano 1988, Diesel	26 Anos	130.127 – GERAM/CEPLAC
		Pessoal	1	9Km/Lt	Volkswagem Gol	Ano 1997, Gasolina	17 Anos	
		Pessoal	1	15Km/Lt	Honda Motocicleta	Ano 1998, Gasolina	15 anos	
		Pessoal	1	9Km/Lt	Volkswagem Gol	Ano 2005, Gasolina	09 Anos	
		Pessoal	1	10Km/Lt	Fiat Palio	Ano 2007, Gasolina	07 anos	
		Pessoal	1	12Km/Lt	Fiat Uno	Ano 2007, Gasolina	07 Anos	
		Pessoal	1	12Km/Lt	Fiat Uno	Ano 2007, Gasolina	07 Anos	
		Pessoal	1	12Km/Lt	Fiat Uno	Ano 2010, Gasolina	04 anos	
		Pessoal	1	15Km/Lt	Kasinski Motocicleta	Ano 2010, Gasolina	03 anos	
		Pessoal	1	15Km/Lt	Honda Motocicleta	Ano 2011, Gasolina	02 Anos	
		Pessoal	1	15Km/Lt	Honda Motocicleta	Ano 2011, Gasolina	02 Anos	
	Pessoal	1	15Km/Lt	Honda Motocicleta	Ano 2011, Gasolina	02 Anos		
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Carga leve	1	10Km/Lt	Volkswagem Saveiro	Ano 2002, Gasolina	13 anos	
		Carga leve	1	10Km/Lt	Ford Ranger	Ano 2010, Diesel	04 anos	
		Carga leve	1	10Km/Lt	Crevrolet <u>S-10</u>	Ano 2011, Diesel	03 anos	
Carga leve		1	10Km/Lt	Ford Ranger	Ano 2012, Diesel	02 anos		
Carga Pe-sada		1	7Lt/Hora	Massey Ferguson, Trator Agrícola	Ano 1979, Diesel	34 Anos		
TOTAL DE VEÍCULOS		17						



Grupo	Utilização	Qtde	Média km ou Hora trator	Marca/Tipo	Descrição	Idade Média		
IV veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	01	13Km/l	Fiat, Uno Mille	Ano,2007-Gasolina	06 anos	130.125 – GERES/CEPLAC
		Pessoal	02	13Km/l	Fiat, Uno Mille Econ.	Ano, 2010, 2010-Flex	03 anos	
		Pessoal	02	14Km/l	Celta-GM	Ano,2011, 2012-Flex	02 anos	
		Pessoal	01	12Km/l	Palio -ELX	Ano , 2007-Flex	06 anos	
		Pessoal	01	8,0Km/l	Toyota-Bandeirante-Jipe- 4x4	Ano,1998-Diesel	15 anos	
		Pessoal	01	25Km/l	Motocicleta Honda CG-125	Ano,1987-Gasolina	23 anos	
		Coletivo	01	4,5 Km/l	Micro ônibus	Ano,1997-Diesel	16 anos	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Carga leve	02	10 Km/l	Caminhonete Ford Ranger	Ano, 2011, 2012-Diesel	2,5 anos	
		Carga Pesada	01	4,0 Km/l	Caminhão-GMC – 3/4	Ano,1996 -Diesel	17 anos	
		Trator Agrícola	01	7,0 Litros/h	Trator Valmet- Pneus	Ano,1975-Diesel	38 anos	
		Trator Agrícola	01	7,0 Litros/h	Micro-trator Agrale 4200 - Pneus	Ano, 1978 -Diesel	35 anos	
		Trator Agrícola	01	7,0 Litros/h	Trator New Holland - Pneus	Ano 1999 - Diesel	14 anos	
		Trator Agrícola	01	7,0 Litros/h	TratorTramontine-Pneus	Ano 2009-Diesel	04 anos	
TOTAL DE VEÍCULOS		16						

UG 130.129 – GEREM/CEPLAC								
Grupo	Utilização	Qtde	Média km ou Hora trator	Marca/Tipo	Descrição	Idade Média		
IV veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	05		Honda	Moto	1999, 2000 e 2007	130.129 – GEREM/CEPLAC
		Coletivo	03		Kia. VW e Peugeot	PeruaBesta, Kombi e Van Boxer	1995, 1999 e 2005	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Carga leve	06		Mitsubishi, Nissan e Ford	Pick-up	2001, 2002, 2004 e 2011	
		Carga pesada	01		IMP/GMC	CAMINHÃO 6.150	1996	
		Carga Pesada	01		Ford	Trator	1996	
		TOTAL DE VEÍCULOS		16				



UG 130.128 – SUEPA/CEPLAC								
Grupo	Utilização		Qtde	Média km ou Hora trator	Marca/ Tipo	Descrição	Idade Média	UG
IV – veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	68	5.364		O total do grupo foi de 364.776 km/rodados que dividido pela qtde de veículos do grupo, obteve-se 5.364 km por veículo	7 anos	130.128 – SUEPA/CEPLAC
		Coletivo	04	1.977		O total do grupo foi de 7.910 km/rodados que dividido pela qtde de veículos do grupo, obteve-se 1.977 km por veículo	16 anos	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Carga pesada	03	12.700		O total do grupo foi de 50.000 km/rodados que dividido pela qtde de veículos do grupo, obteve-se 12.700 km por veículo	10 anos	
		Atividades específicas (tratores)	04	338			14 anos	
TOTAL DE VEÍCULOS			79					

Grupo	Utilização		Qtde	Média km ou Hora trator	Marca / Tipo	Descrição	Idade média	UG
IV – veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	21	13 Km/Lt	Fiat Uno / Mille Fire Flex, Economy	2007 à Gasolina/Álcool.	06 Anos	130.128 – ADM/SUEPA
		Pessoal	02	10 km/Lt	Palio ELX Flex	2007, à Gasolina/Álcool.	06 Anos	
		Pessoal	01	11 km/Lt	Ford Fiesta 1.6	Ano: 2010, à Gasolina / Álcool	03 Anos	
		Pessoal	01	12 km/Lt	Celta Ls	Ano: 2011, à Gasolina.	02 Anos.	
		Pessoal	07	07 km/Lt	Jeep Toyota Bandeirante, BL55LP BL3, BL50LV.	Ano, 1997 à Diesel	16 anos	
		Pessoal	05	10 Km/Lt	Jeep Jimny Suzuki	Ano, 2010 à Gasolina	03 anos	
		Pessoal	02	30 Km/Lt	Motocicleta Dafra Speed..	Ano, 2009 à Gasolina	04 anos	
		Pessoal	01	15 Km/Lt	Motocicleta Honda, XR200	Ano, 1996 à Gasolina	17 anos	
		Pessoal	08	15 Km/Lt	Motocicleta Honda, XLR 125.	Ano, 1998 à Gasolina	16 anos	



Grupo	Utilização	Qtde	Média km ou Hora trator	Marca / Tipo	Descrição	Idade média	UG	
	Pessoal	01	15 Km/Lt	Motocicleta	Ano, 2009 à Gasolina	04 anos		
		01	25 km/Lt	Motocicleta Honda XTZ 125 Bros	Ao: 2005, à Gasolina	08 Anos.		
		18	30 Km/Lt	Motocicleta Honda Bros 150 ES, KS.	Ano, 2011 à Gasolina	02 anos		
		04	09 Km/Lt	Van Peugeot, Onibus Volare W9 ON, Comil Versatile I	Sendo 02 Ano 2011 e 02 Ano , 1998 e 1998, respectivamente, à Diesel.	02 anos e 15 anos, respectivamente.		
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Carga leve	30	09 Km/Lt	Caminhonete Ford Ranger,	Sendo 01 Ano 2003, 01 Ano 2004, 17 Ano 2009 e 11 Ano, 2011, funcionamento à Diesel.	10 anos, 09 anos, 04 anos e 02 anos, respectivamente	
			08	07 Km/Lt	Caminhonete , Carroceria Cont: Toyota Bandeirante	Ano, 1997 à Diesel	16 anos	
			01	07 Km/Lt	Camioneta Silverado T	1998, funcionamento à diesel.	15 Anos.	
			01	08 Km/Lt	Camionete, c. aberta, Kombi pick up	1997, funcionamento à gasolina	26 anos.	
			01	08 Km/Lt	Camionete/c.aber ta	2004, funcionamento à gasolina/álcool.	09 anos.	
			07	06 Km/Lt-	Caminhão Mercedes Benz L1318, L1113, L1214, L608 D e F4000; Iveco Daily e Ford.	Sendo 02 Ano 1979, 01 Ano 1981, 01 Ano 1991, 01 Ano 2009 e 01 Ano 2011.	34 anos, 32 anos, 22 anos, 04 anos e 02 anos	
			Equipamentos Utilizados em Atividades Agrícolas.	Tratores Agrícolas	04	200 L/mês	Valtra 785 e Agrale	Sendo 02 +- Ano 1994, 01 Ano 2008 e 01 ano 2014.
	Transporte marítimo	Lancha			02	10 km/Lt	Mercury e Suzuki	1996 e 2005, respectivamente.
		Barco	02	09 km/Lt	Tucuxi e Mapará I	2005 e 2011	08 anos e 02 anos.	
TOTAL		128						



Grupo	Utilização		Qtde	Média km ou Hora trator	Marca/Tipo	Descrição	Idade Média	UG
IV – veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	05	26.171	01 Toyota e 04 Fiat	Consumo médio de 10 km/litro	08 anos	130.010 – DIRET/CEPLAC
		Coletivo	01	8.095	Pegeaut	Consumo médio de 8,15 km/litro	02 anos	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Carga Leve	01	00	Chevrolet S10	Veículo está em manutenção.	15 anos	
		Atividades específicas (tratores)	00	00				
TOTAL DE VEÍCULOS			07					

CONSOLIDAÇÃO DAS UGs

Grupo	Utilização		Qtde
IV – Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	359
		Coletivo	27
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Carga leve	88
		Carga pesada	37
		Tratores	12
		Barco	04
	TOTAL		

- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

UNIDADE GESTORA	VALOR
ADM/SUEBA/CEPLAC – 130.122	472.667,40
CEPEC/SUEBA/CEPLAC – 130.133	300.913,41
CENEX/SUEBA/CEPLAC – 130.132	414.967,76
GERAM/CEPLAC – 130.127	46.521,56
GEREM/CEPLAC – 130.129	91.618,69
GERES/CEPLAC – 130.125	47.758,76
SUERO/CEPLAC – 130.128	247.618,94
SUEPA/CEPLAC – 130.126	281.316,99
DIRET/CEPLAC – 130.010	28.283,00
TOTAL CEPLAC	1.931.666,51



g) Plano de substituição da frota;

- ✓ Elaborado com base na Anexo IV - Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV - Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

- ✓ Em função do menor custo, considerando que no quadro de servidores há profissionais do cargo de motorista profissional.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

- ✓ SISTRANSPORTES- Sistema de Gestão de Transportes, desenvolvido por profissionais da CEPLAC.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1 BAHIA	00	00
	AIQUARA	01	01
	ARATACA	02	02
	BARRA DO ROCHA	01	01
	BARRO PRETO	02	02
	BELMONTE	01	01
	BUERAREMA	01	01
	CAMACAN	00	00
	CAMAMU	01	01
	CANAVIEIRAS	02	02
	EUNÁPOLIS	01	01
	FLORESTA AZUL	01	01
	GANDÚ	02	02
	GONGOGI	01	01
	ITAMARAJÚ	01	01
	IBICARAÍ	01	01
	IBIRAPITANGA	01	01
	IBIRAPUÃ	01	01
	IBIRATAIA	01	01
	ILHÉUS	02	01
	ITABELA	01	01
	ITAGIBÁ	01	01
	ITAJUIPE	02	01
	ITAMARI	02	02
	ITANHÉM	01	01



QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
	ITORORÓ	01	01
	ITUBERÁ	01	01
	JITAÚNA	01	01
	JUSSARI	01	01
	LAJE	01	01
	MARAÚ	00	01
	MASCOTE	01	01
	MEDEIROS NETO	01	01
	MUTUÍPE	01	01
	PAU BRASIL	02	02
	PORTO SEGURO	01	01
	SALVADOR	01	01
	SANTA LUZIA	01	01
	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	01	01
	TAPEROÁ	01	01
	TEIXEIRA DE FREITAS	01	01
	TEOLÂNDIA	01	01
	UBAITABA	01	01
	UBATÁ	01	01
	UNA	02	02
	URUCUCA	01	01
	VALENÇA	02	02
	UF 2 MATO GROSSO	00	00
	ALTA FLORESTA	04	04
	ARIQUEMES	02	02
	BURITIS	01	01
	CACAULÂNDIA	01	01
	CACOAL	02	02
	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	01	01
	COLORADO DO OESTE	01	01
	JARU	01	01
	JI PARANÁ	01	01
	MACHADINHO DO OESTE	01	01
	MIRANTE DA SERRA	01	01
	OURO PRETO DO OESTE	02	02
	PARANAÍTA	00	03
	PORTO VELHO	01	01
	RONDÔNIA	16	16
	URUPÁ	01	01
	UF 3 ESPÍRITO SANTO	00	00
	LINHARES	02	02
	UF 4 RONDÔNIA	00	00
	ARIQUEMES	02	02
	BURITIS	01	01
	CACAULÂNDIA	01	01
	CACOAL	02	02
	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	01	01
	COLORADO DO OESTE	01	01
	JARU	01	01



QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
	JI PARANÁ	01	01
	MACHADINHO DO OESTE	01	01
	MIRANTE DA SERRA	01	01
	OURO PRETO DO OESTE	02	02
	PORTO VELHO	01	01
	URUPÁ	01	01
	UF AMAZONAS	00	00
	ITACOATIARA	01	01
	MANAUS	01	01
	UF - PARÁ	00	00
	ACARÁ	01	01
	ALENQUER	01	01
	ALTAMIRA	04	04
	ANANINDEUA	01	01
	BELÉM	01	01
	BENEVIDES	01	01
	BRASIL NOVO	03	03
	CAMETÁ	02	02
	CASTANHAL	01	01
	ITAITUBA	04	04
	MEDICILÂNDIA	39	39
	NOVO REPARTIMENTO	01	01
	PRAINHA	01	01
	RURÓPOLIS	04	04
	SANTA IZABEL	01	01
	TOMÉ-AÇU	11	11
	TRAIRÃO	01	01
	TUCUMÃ	01	01
	URUARÁ	06	06
	(*) Subtotal Brasil	194	196
EXTERIOR	Não há ocorrência para registro	00	00
	Subtotal Exterior	00	00
	Total (Brasil + Exterior)	195	197

(*) Em função de erro de digitação o RG 2012 contemplou dados referentes aos totais 2011 e 2012 como sendo 283 e 286, respectivamente. No presente estão contemplados os totais de 197 e 195, respectivamente, que refletem o total corrigido.

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional - UG 130.122 – ADM/SUEBA/CEPLAC

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
130.122	3393.00003.500-4	17	3	1.869.163,06	01.01.2002	1.866.479,28	0,00	0,00	
130.122	3573.00164.500-9	17	2	18.448.971,92	01.01.2002	18.448.971,92	0,00	0,00	
130.122	3849.00461.500-0	17	2	1.249.448,00	01.01.2002	1.249.447,99	0,00	0,00	
Total									



Fonte: NUMAP/DIAO/SUEBA/CEPLAC

Análise Crítica (UG 130.122)

O imóvel identificado com o RIP: 3715.00011.500-1, apesar de constar em relatórios anteriores como sendo da CEPLAC, foi transferido para a UG 170.083 – Gerência Regional de Patrimônio da União/BA em 19/05/2011 através da nota de lançamento 2011NL800017.

Para corrigir as não conformidades relativas a avaliação dos imóveis no Estado da Bahia, será criada Grupo de Trabalho com tal finalidade.

UG 130.133 – CEPEC/SUEBA/CEPLAC

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130133	394900017.500-1	Domínio Pleno	REGULAR		01.01.2000	4.378,17		
130133	394900016.500-6	Domínio Pleno	REGULAR		01.01.2000	1.506.576,21		132.603,62
130133	388900002.500-2	Domínio Pleno	REGULAR		01.01.2000	1.058.342,42		136.337,62
130133	380700023.500-2	Domínio Pleno	REGULAR		01.01.2000	1.284.001,78		1.949,99
130133	361100004.500-4	Domínio Pleno	REGULAR		01.01.2000	622.099,61		
130133	342500013.500-0	Domínio Pleno	REGULAR		01.01.2000	452.432,51		
130133	342500012.500-5	Domínio Pleno	REGULAR		01.01.2000	239.200,00		
130133	336700011.500-9	Domínio Pleno	REGULAR		01.01.2000	1.123.021,70		
130133	327900002.500-7	Domínio Pleno	REGULAR		01.01.2000	1.490.197,45		230.444,31
130133	326900002.500-7	Domínio Pleno	REGULAR		01.01.2000	306.104,51		
130122*	357300164.500-9	Domínio Pleno	REGULAR		01.01.2000	18.448.971,92		720.220,84
Total								

Fonte: CEPEC/SUEBA

Análise Crítica:

Não há necessidade de locação de imóveis, pois os já existentes atendem plenamente às demandas da pesquisa. Não existe também nenhum imóvel patrimonial de responsabilidade da UG CEPEC que esteja fora do patrimônio da União (cedido a outras instituições).

A unidade está instalada numa base física estruturada o Centro de Pesquisa do Cacau que abriga 16 laboratórios, e possui 10 Estações Experimentais, distribuídas do Norte ao sul da Região cacauzeira da Bahia, as quais possuem área variando de 100 a 1200 hectares, projetadas para a instalação de experimentos com os cultivos cacau, seringueira, palmáceas, fruticultura, especiarias e bovinocultura.

A administração do Centro de Pesquisa mantém todos os imóveis de sua responsabilidade, dentro da disponibilidade de recursos. A insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para a recuperação da infraestrutura predial (casas, depósitos, oficinas, refeitórios, hospedaria, cercas, escritórios, guaritas, entre outros), assim com das instalações elétricas e laboratoriais tem contribuído para a depreciação do patrimônio da Ceplac/Cepec, principalmente das Estações Experimentais. Há cerca de 25 anos não são feitas reformas nessas bases físicas. Esse problema foi agravado pela Portaria nº 268, de 30 de julho de 2013, que suspendeu a realização de contratações relativas a reforma de bens imóveis, bem como aquisição e locação. As propostas apresentadas ao Finep visando a captação de recursos para infraestrutura não têm sido aprovadas devido a falta de projetos completos de engenharia com planta arquitetônica, memorial descritivo e orçamento detalhado. Essa situação é preocupante, porque vem comprometendo a integridade do patrimônio sob a responsabilidade da instituição, reduzindo as condições de segurança dos servidores.



UG 130.132 – CENEX/SUEBA/CEPLAC								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130132	3073.00004.500-6	11	Regular	199.318,07	07/07/10	427.979,97		
130132	3117.00014.500-6	13	Regular	398.002,32	23/04/10	587.188,77		
130132	3311.00002.500-4	11	Regular	38.194,08	18/08/10	100.612,59		
130132	3361.00002.500-0	11	Regular	53.751,56	18/08/10	135.781,75		
130132	3365.00003.500-9	11	Regular	18.624,00	09/11/10	164.983,90		
130132	3365.00004.500-4	11	Regular	27.070,44	09/11/10	106.202,00		
130132	3415.00005.500-0	11	Regular	75.836,00	08/12/10	343.960,44		
130132	3519.00002.500-2	11	Regular	43.014,76	09/11/10	105.113,48		
130132	3523.00043.500-4	11	Regular	293.973,76	24/07/10	872.361,21		
130132	3523.00044.500-0	11	Ruim	191.410,24	24/07/10	277.776,06		
130132	3529.00002.500-0	11	Regular	4.967,63	18/08/10	24.441,52		
130132	3541.00004.500-0	11	Regular	138.233,95	09/11/10	314.650,02		
130132	3557.00002.500-5	11	Ruim	1.605,17	16/10/10	63.771,30		
130132	3559.00002.500-1	11	Regular	73.563,22	18/09/10	172.722,16		
130132	3573.00165.500-4	11	Regular	4.608.541,40	16/04/10	8.607.224,02		
130132	3605.00002.500-9	11	Regular	185.531,89	18/08/10	375.201,45		
130132	3611.00003.500-9	11	Regular	138.884,24	09/11/10	267.649,15		
130132	3615.00004.500-7	11	Bom	105.207,30	25/08/10	244.873,05		
130132	3621.00003.500-6	11	Regular	71.248,60	16/10/10	178.363,30		
130132	3643.00003.500-7	11	Terreno	2.458,96	10/11/10	11.200,00		
130132	3647.00005.500-0	11	Regular	157.524,75	09/11/10	411.659,46		
130132	3667.00002.500-9	13	Regular	70.847,20	18/08/10	349.654,13		
130132	3677.00002.500-6	11	Regular	43.640,10	02/12/10	143.497,79		
130132	3719.00002.500-5	11	Ruim	171.128,78	07/07/10	231.888,14		
130132	3723.00004.500-4	11	Regular	68.687,66	13/10/10	193.172,25		
130132	3749.00002.500-7	11	Regular	70.859,11	02/12/10	435.917,25		
130132	3779.00003.500-4	05	Ruim	89.631,08	05/07/10	43.534,25		
130132	3779.00004.500-0	11	Regular	83.895,75	05/07/10	179.072,65		
130132	3923.00003.500-1	11	Regular	79.799,05	02/12/10	158.821,10		
130132	3931.00002.500-7	11	Regular	90.072,00	07/12/10	488.349,13		
130132	3943.00002.500-0	13	Regular	161.362,24	27/04/10	766.027,31		
130132	3945.00003.500-2	13	Regular	74.421,85		224.183,97		
130132	3953.00005.500-4	11	Regular	101.502,20	23/04/10	331.740,05		
130132	3957.00011.500-0	05	Ruim	175.581,09	02/12/10	158.373,09		
130132	3957.00012.500-5	11	Regular	186.681,90	02/12/10	820.759,31		
130132	3987.00002.500-2	11	Regular	155.517,40				
130132	3993.00009.500-5	11	Regular	335.883,80	13/10/10	1.788.282,63		
Total								

Fonte: SETAD/CENEX/SUEBA

GERAM/CEPLAC								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130.127	025500695.500-2	21	Bom	-	28.07.2005	44.398.844,16	-	-
	024100033.500-2	21	Bom	-	28.07.2005	210.117,39	-	-
Total								

Fonte: GERAM/CEPLAC



GERES/CEPLAC								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130125	5663 00036.500-2	21	BOM	-	01/11/2001	183.279,36		-
	5660 00037.500-8	21	BOM	-	01/01/2000	1.129.911,54		-
Total								

Fonte: GERES/CEPLAC

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130129	8987.00037.500-0	5	5		20/04/2010	232.064,38	0,00	0,00
130129	8987 00043.500-3	21	5		26/05/2009	416.924,27	0,00	0,00
130129	8987 00044.500-9	21	5		06/11/2011	402.590,91	0,00	0,00
130129	8987 00119.500-6	5	5		28/05/2009	241.368,00	0,00	0,00
Total							0,00	0,00

Fonte:GEREM/CEPLAC

QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Reformas	Manutenção
130.128	0003.00252.500-8	11	Bom	-	31/07/2012	2.188.321,84	0,00	6.186,00
130.128	0004.00005.500-2	11	5	-	31/07/2012	187.915,45		
130.128	0005.00052.500-7	11	Bom	-	31/07/2012	237.022,88		
130.128	0007.00065.500-4	11	Bom	-	31/07/2012	524.219,71		4.513,00
130.128	0007.00080.500-6	11	5	-	31/07/2012	624.621,75		
130.128	0009.00033.500-6	11	Bom	-	31/07/2012	370.918,54		
130.128	0009.00058.500-2	11	Bom	-	31/07/2012	448.114,54		632,00
130.128	0015.00034.500-6	13	Regular	-	31/07/2012	436.349,90		
130.128	0023.00058.500-8	11	Regular	-	31/07/2012	146.099,20		
130.128	0039.00054.500-2	11	Bom	-	31/07/2012	164.622,84		
130.128	0677.00002.500-0	11	5	-	31/07/2012	96.155,80		
130.128	0679.00002.500-6	11	Regular	-	31/07/2012	164.954,85		600,00
130.128	0697.00002.500-4	11	5	-	31/07/2012	182.616,68		
130.128	0977.00055.500-8	11	5	-	31/07/2012	169.468,33		
130.128	0017.00056.500-2	11	5	-	31/07/2012	230.597,22		
130.128	0017.00057.500-8	11	5	-	31/07/2012	2.841.894,41		
Total							0,00	11.931,00

Fonte: SUERO/CEPLAC

Todos os bens imóveis, classificados como residenciais (vinte e três) foram transferidos para a UG 201033/0001- GRPU/RO, da Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia.

16 (dezesseis) imóveis classificados como “Em Serviço Público”, continuam em processo de regularização por parte da UG 201033-GRPU/RO.

As informações sobre as unidades ocupadas por terceiros, que não se enquadram como servidores da União, foram repassadas à SPU/RO, para as providências.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130.126	0397 00137.500-0	11	5	120.962,87	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0399 00010.500-5	11	5	16.628,76	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0399 00011.500-0	11	5	11.997,14	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0399 00012.500-6	11	5	11.997,14	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0399 00013.500-1	11	5	16.628,76	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0399 00014.500-7	11	5	85.008,96	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0399 00016.500-8	11	5	11.899,14	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0403 00002.500-3	11	5	65.538,80	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0407 00016.500-2	11	5	32.286,37	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0411 00309.500-9	11	5	78.962,15	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0411 00310.500-3	11	5	46.549,79	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0411. 00311.500-4	11	5	59.241,88	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0411 .00312.500-0	11	5	151.254,84	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0415 00015.500-8	11	5	370.200,54	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	042700656.500-7	11	5	3.430.232,58	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0429 00015.500-8	11	5	4.790.259,48	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0441 00013.500-6	11	5	845.305,15	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0441 00014.500-1	11	5	20.826,96	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0447 00186.500-7	11	5	109.383,18	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0471 00236.500-0	11	5	26.015,88	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0471 00238.500-1	11	5	27.371,67	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0471 00239.500-7	11	5	1.645,65	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0471 00257.500-5	11	5	90.459,10	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0519 00032.500-0	11	5	69.790,85	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0559 00007.500-0	11	5	7.505,65	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0559 00016.500-1	11	5	207.143,11	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0559 00017.500-7	11	5	8.923,59	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0559 00018.500-2	11	5	8.923,59	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0559 00019.500-8	11	5	17.788,23	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0559 00020.500-3	11	5	20.743,11	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0559 00021.500-9	11	5	8.923,00	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0559 00022.500-4	11	5	17.788,23	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0559 00024.500-5	11	5	10.499,53	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0589 00055.500-6	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE
130.126	0589 00056.500-1	11	5	4.846,93	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUBE	NÃO HOUBE



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130.126	0589 00057.500-7	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00058.500-2	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00059.500-8	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00060.500-3	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00061.500-9	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00062.500-4	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00063.500-0	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00064.500-5	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00065.500-0	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00065.500-0	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00066.500-6	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00067.500-1	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00068.500-7	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00070.500-8	11	5	13.069,87	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00071.500-3	11	5	12.519,17	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00072.500-9	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00073.500-4	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00074.500-0	11	5	6.765,25	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00075.500-5	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00076.500-0	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00077.500-6	11	5	58.710,90	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00078.500-1	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00078.500-7	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00080.500-2	11	5	5.586,48	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00081.500-8	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0589 00082.500-3	11	5	25.976,35	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0597 00005.500-4	11	5	20.751,14	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0597 00006.500-0	11	5	15.748,63	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0597 00007.500-5	11	5	116.745,90	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0597 00008.500-0	11	5	57.300,43	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0629 00002.500-0	11	5	75.183,00	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	0635 00002.500-4	11	5	96.165,60	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
130.126	5568 00028.500-0	11	5	122.761,20	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE

Fonte: SUEPA/CEPLAC



6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

QUADRO A.6.2.3 – DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupado	3073.00003.500-0	Bom	14.761,58	07/07/10	138.234,78		
Ocupado	3555.00003.500-4	Regular	37.013,58	30/04/10	379.174,03		
Ocupado	3613.00011.500-9	Regular	11.616,00	-	-		
Ocupado	3615.00003.500-1	Ruim	20.600,94	25/08/10	44.028,06		
Total							

Fonte: CENEX/SUEBA/CEPLAC

situação	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado	0397 00137.500-0	11	5	120.962,87	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0399 00010.500-5	11	5	16.628,76	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0399 00011.500-0	11	5	11.997,14	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0399 00012.500-6	11	5	11.997,14	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0399 00013.500-1	11	5	16.628,76	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0399 00014.500-7	11	5	85.008,96	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0399 00016.500-8	11	5	11.899,14	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0403 00002.500-3	11	5	65.538,80	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0407 00016.500-2	11	5	32.286,37	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0411 00309.500-9	11	5	78.962,15	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0411 00310.500-3	11	5	46.549,79	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0411. 00311.500-4	11	5	59.241,88	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0411 .00312.500-0	11	5	151.254,84	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0415 00015.500-8	11	5	370.200,54	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	042700656.500-7	11	5	3.430.232,58	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0429 00015.500-8	11	5	4.790.259,48	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0441 00013.500-6	11	5	845.305,15	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0441 00014.500-1	11	5	20.826,96	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0447 00186.500-7	11	5	109.383,18	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0471 00236.500-0	11	5	26.015,88	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0471 00238.500-1	11	5	27.371,67	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0471 00239.500-7	11	5	1.645,65	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0471 00257.500-5	11	5	90.459,10	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0519 00032.500-0	11	5	69.790,85	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE



**PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA**



situação	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupado	0559 00007.500-0	11	5	7.505,65	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0559 00016.500-1	11	5	207.143,11	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0559 00017.500-7	11	5	8.923,59	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0559 00018.500-2	11	5	8.923,59	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0559 00019.500-8	11	5	17.788,23	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0559 00020.500-3	11	5	20.743,11	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0559 00021.500-9	11	5	8.923,00	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0559 00022.500-4	11	5	17.788,23	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0559 00024.500-5	11	5	10.499,53	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00055.500-6	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00056.500-1	11	5	4.846,93	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00057.500-7	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00058.500-2	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00059.500-8	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00060.500-3	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00061.500-9	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00062.500-4	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00063.500-0	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00064.500-5	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00065.500-0	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00065.500-0	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00066.500-6	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00067.500-1	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00068.500-7	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00070.500-8	11	5	13.069,87	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	0589 00071.500-3	11	5	12.519,17	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0589 00072.500-9	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0589 00073.500-4	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0589 00074.500-0	11	5	6.765,25	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0589 00075.500-5	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0589 00076.500-0	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0589 00077.500-6	11	5	58.710,90	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0589 00078.500-1	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0589 00078.500-7	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0589 00080.500-2	11	5	5.586,48	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE



situação	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupado	0589 00081.500-8	11	5	1.821,71	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0589 00082.500-3	11	5	25.976,35	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0597 00005.500-4	11	5	20.751,14	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0597 00006.500-0	11	5	15.748,63	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0597 00007.500-5	11	5	116.745,90	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0597 00008.500-0	11	5	57.300,43	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0629 00002.500-0	11	5	75.183,00	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
Ocupado	0635 00002.500-4	11	5	96.165,60	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE
ocupado	5568 00028.500-0	11	5	122.761,20	31/DEZ/1998	NÃO FOI FEITA	NÃO HOUE	NÃO HOUE

Fonte: SUEPA/CEPLAC

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A 6.3 – DIST. ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAC;ÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF SUEPA	01	00
	S.FELIX DO XINGU	01	00
Subtotal Brasil		01	00
EXTERIOR	PAÍS 1	00	00
	Subtotal Exterior	00	00
Total (Brasil + Exterior)		01	00

Fonte: SUEPA/CEPLAC



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.



7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI.
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	



QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(2) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(2) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
X	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	

FONTE: DIRET/CEPLAC

7.1.1 Análise Crítica

Questão 1

Plano Estratégico – No Planejamento estratégico da Ceplac consta o “Projeto BA-41 – Plano Diretor de Tecnologia da Informação”.

Comitê de TI – Ainda não foi criado oficialmente. A partir de novembro de 2013 a CEPLAC passou a ser representada no Comitê Gestor de TI do MAPA que decidiu dar a ela a atribuição de desenvolver o seu próprio PETI.

Questão 4

PDTI – Foi iniciado o desenvolvimento de um termo de referencia para a contratação de serviços especializados para o diagnóstico e levantamento de necessidades na área de tecnologia da informação, visando a elaboração do PETI da CEPLAC em 2014.

Questão 7

Contratação para Desenvolvimento de Software – todo software em uso foi desenvolvido internamente, exceto sistemas proprietários como Antivirus, Sistemas Operacionais e Pacotes de Escritório (Planilhas de Cálculo e Editores de Texto).



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



8 Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.



8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS UG 130.122 – ADM/SUEBA/CEPLAC

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Vide análise crítica			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
	ISO 14001				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Vide análise crítica					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			X		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.		X			
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		



LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Considerações Gerais:

1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações, a exemplo das embalagens biodegradáveis adquiridas para o fungicida microbiológico a base de *Trichoderma stromaticum*, assim como procura adquirir inseticidas e fungicidas que de menor impacto ambiental quando há registros destes para o cacau e disponibilidade no mercado.
2. Na análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. Isso é sempre feito quando há disponibilidade de oferta no mercado.
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora e de menor consumo de energia, a exemplo de aparelhos de ar condicionado, geladeiras, veículos e embalagens para biofungicidas.
4. É solicitada a ISO 14001.
5. Cepec a água é oriunda de poços artesianos. O consumo de água das Estações Experimentais no exercício 2013 (917,19 m³) foi menor que no exercício de 2011 (973 m³) e maior que o de 2012 (438 m³). O consumo de energia em 2013 (234.584 kWh) foi menor que o de e 2012 (245.923 kWh), considerando que foram adquiridos equipamentos ambientalmente corretos, com menor consumo de energia. Foram substituídas algumas centrais de ar condicionado que têm consumo de energia elevado, sendo as mesmas substituídas por condicionadores de ar tipo “Split”. Da mesma forma as lâmpadas incandescentes foram substituídas por fluorescentes, possibilitando uma redução no consumo de energia na ordem em mais de 40%. Está prevista para o futuro a substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED. Outro fato que contribuiu cm a redução no consumo de energia foi a aquisição de equipamentos mais econômicos.
6. Nada a comentar.
7. Dentre outros exemplos, tem sido dado preferência a utilização de recarga de cartucho e toner de impressora.
8. Nada a comentar.
9. Nada a comentar.
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos. Isso se especificamente na aquisição de equipamentos de laboratórios, onde a durabilidade e qualidade são fundamentais para a obtenção de resultados precisos e confiáveis.
11. Nada a comentar.
12. Nada a comentar.



8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Programa de Eficiência do Gasto Público – PEG		2013		Redução de 35,08% no consumo de papel A4, em relação a 2012.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	250	1.500	2.050	2.122,25	12.585,00	17.649,25
Água	2.600	2.300	3.513	16.380,00	12.195,00	13.701,48
Energia Elétrica	2.199.617	2.222.782	2.227.673	788.614,56	958.336,90	883.872,62
			Total	807.116,81	983.116,90	915.223,35
Fonte: SUEBA/CEPLAC (UG 130.122 – NEOF1)						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	-o-	600	485	-o-	5.034,00	4.069,15
Água	917,19	438	973	7.860,32	3.754,93	8.337,56
Energia Elétrica	234.584	245.923	218.745	103.031,30	129.995,07	115.628,84
			Total	138.784,00	138.784,00	128.035,55
Fonte:/CEPEC/SUEBA (UG 130.133 – CEPEC)						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	400	905	1.144	5.600,00	8.491,44	12.143,32
Água	8.407	8.524	8.695	133.085,80	134.971,88	108.700,33
Energia Elétrica	231.492	278.812	460.792	250.011,73	301.538,01	308.249,63
			Total	388.697,53	445.001,33	429.093,28
Fonte: CENEX/SUEBA (UG 130.132 – CENEX)						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	90	90	80	1.180,00	1.080,00	880,00
Água	-	-	100 m ³	-	-	716,00
Energia Elétrica	4580 kw	4245 kw	12.787 kw	754,93	1.431,83	4.125,57
			Total	1.934,93	2.511,83	5.721,57
Fonte: GERAM/CEPLAC						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel		60	55		600,00	550,00
Água		2.746	3.330		5.272,95	6.160,10
Energia Elétrica		91.430	77.200		44.798,91	37.797,18
			Total		50.671,86	44.507,28
Fonte:GERES/CEPLAC						



Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados				
Recurso Consumido	Quantidade						Valor		
	Exercícios								
	2013	2012	2011	2013	2012	2011			
Papel	20	76	58	1.114,40	904,00	609,00			
Água	144	233,28	222,25	642,88	982,15	864,58			
Energia Elétrica	49.647,00	53.528,86	51.604,56	17.020,04	22.396,21	22.526,94			
			Total	18.777,32	24.282,36	24.000,52			

Fonte:GEREM/CEPLAC

Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados				
Recurso Consumido	Quantidade						Valor		
	Exercícios								
	2013	2012	2011	2013	2012	2011			
Papel	320	366	442	3.170,00	4.681,72	3.724,02			
Água	1.750,00	730,00	730,00	19.600,00	9.766,00	8.539,00			
Energia Elétrica	303.300	253.081	247.408	157.500,00	119.191,00	104.439,00			
			Total	180.270,00	133.638,72	116.702,02			

Fonte:SECAD/SUERO

Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados				
Recurso Consumido	Quantidade						Valor		
	Exercícios								
	2013	2012	2011	2013	2012	2011			
Papel	371	311	292	3.116,40	3.421,00	2.920,00			
Água	3.417	5.065	5.389	57.644,82	77.602,52	56.447,90			
Energia Elétrica	(*)	(*)	(*)	102.739,73	105.421,09	111.309,42			
			Total	165.513,95	188.456,61	172.688,32			

Fonte: DIRET/CEPLAC

Adesão a Programas de Sustentabilidade									
Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados				
Recurso Consumido	Quantidade						Valor		
	Exercícios								
	2013	2012	2011	2013	2012	2011			
Papel	1532	130	145	17530,50	1.487,92	1.659,97			
Água	2964	2058	2013	8835,14	6.135,00	6.000,00			
Energia Elétrica	665841	750929	703984	300.063,11	338.408,29	317.252,69			
			Total	318.503,75	346.031,21	324.912,66			

Fonte:SUEPA/CEPLAC

Análise crítica

Ao aderir ao Projeto Esplanada Sustentável – PES em 2013, a CEPLAC desenvolveu ações para racionalizar o consumo de água e esgoto, energia elétrica, telefonia fixa e móvel, vigilância, limpeza e conservação, papel e copo descartável. Os contratos de prestação de serviços de limpeza e conservação foram reduzidos em 25%, sem comprometer a qualidade do serviço; copos descartáveis estão sendo substituídos por copos de vidro, para uso dos servidores. As ações implantadas terão maior impacto no relato das ações do exercício de 2014, considerando que em 2013 o período foi curto para análise.



No âmbito da Superintendência Regional da Bahia, a leitura nas contas de energia possui nomenclaturas em Kw que somados resulta no total efetivamente consumido, como consta no quadro acima e que são:

- Kw – termo usado para se referir a medidas de potência de equipamentos elétricos ou eletrônicos x 1000.
- Kwh – quilowatt-hora, que é a medida de energia usualmente utilizada em eletrotécnica. Um kwh é a quantidade de energia utilizada para alimentar uma carga com potência de mil watt, pelo período de uma hora. É a energia ativa consumida durante o intervalo de faturamento.
- Kvar – Kilo Volt Ampère reativo – medida de potência reativa em circuitos de corrente alternada.
- Kvarh – energia reativa indutiva consumida durante o intervalo de faturamento.

O item quantidade de papel A4 demonstra o efetivamente adquirido nos anos de 2011, 2012 e 2013. O consumido pela DIAO/SUEBA foi 920 resmas em 2011, 952 resmas em 2012 e 618 resmas em 2013, com redução de 35,08% no consumo de papel A4 no ano de 2013, em relação à 2012. Este resultado foi alcançado em função da orientação para que a impressão seja utilizando o papel em frente e verso, além de maior controle dos nossos estoques.

O Centro de Pesquisa do Cacau – Cepec é responsável pelas unidades descentralizadas, as estações experimentais, nas quais é feito administração dos pagamentos de água e energia elétrica e consumo de papel de todas essas unidades. Na sede do Cepec a água é oriunda de poços artesianos. O consumo de água das Estações Experimentais no exercício 2013 (917,19 m³) foi menor que no exercício de 2011 (973 m³) e maior que o de 2012 (438 m³). O consumo de energia em 2013 (234.584 kWh) foi menor que o de 2012 (245.923 kWh), considerando que foram adquiridos equipamentos ambientalmente corretos, com menor consumo de energia. Foram substituídas algumas centrais de ar condicionado que têm consumo de energia elevado, sendo as mesmas substituídas por condicionadores de ar tipo “Split”. Da mesma forma as lâmpadas incandescentes foram substituídas por fluorescentes, possibilitando uma redução no consumo de energia na ordem em mais de 40%. Outro fato que contribuiu com a redução no consumo de energia foi a aquisição de equipamentos mais econômicos.

No exercício de 2013, foram inclusas as despesas da UG 137043-CEPLAC/ARIQUEMES, havendo por conseguinte aumento nas quantidades e valores.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



9 Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.



9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não há ocorrência para registro.

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não há ocorrência para registro.

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

Não há ocorrência para registro.

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Attendidas no Exercício

Não há ocorrência para registro

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não há ocorrência para registro

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não há ocorrência para registro

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR				
Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	67	67
	Entregaram a DBR	-	42	42
	Não cumpriram a obrigação	-	25	25

Fonte: SEPRO/SUEBA



9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Descrição de como a UJ desenvolve atividade de acompanhamento da entrega das DBR pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93.

- **Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR;**

Na implantação do Sistema, correspondências foram emitidas a todas as Unidades informando sobre a necessidade da entrega anual dos Documentos. A maioria dos servidores resolveu adotar a Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física (Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/07).

- **Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR;**

Seção de Registros Funcionais - SEREG/DISAF/SUEBA. Contudo algumas, Unidades descentralizadas (em outros estados), ainda recebem e guardam os documentos em suas dependências.

- **Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento;**

Existe um Sistema de Controle de Entrega de DBR's e/ou Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física (Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/07).

- **Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá;**

As DBR's ou Autorizações de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física (Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/07) são recebidas em papel e registradas no Sistema de Controle. Após isso, são arquivadas na Pasta Funcional do Servidor.

- **Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida;**

A UJ apenas recebe os documentos.

- **Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações.**

O documentos são arquivados na forma em que são entregues pelos servidores em suas pastas funcionais. Apenas os próprios servidores ou as estruturas funcionais, mediante requisições formais, poderão ter acesso a essas informações. Registre-se que a maioria dos servidores optou pela Autorização de Acesso, o que já preserva suas informações.



9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Com a finalidade de elucidar fatos que se configuraram como afronta à legislação que norteia a conduta do servidor, foram concluídos ou instaurados processos de sindicância e/ou processo administrativos disciplinares, num total de 24 (vinte e dois).

Destes, 19 (dezenove) foram concluídos no decorrer do exercício e os demais estão em andamento.

Nenhum caso de tomada de conta especial foi registrado.

Não houve registro para instauração de TCU.

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, <u>Antonio Siqueira Assreuy</u>, CPF nº 102.062.641/00, <u>(Coordenador Geral de Administração e Finanças)</u>, exercido na <u>(130010 – CEPLAC/DIRET)</u> declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 pelas Unidades Gestoras: 130008, 130122, 130132, 130133, 130126, 130031, 130134, 130135, 130136, 130128, 137043, 130125, 130129 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Nas Unidades Gestoras 130010 e 130127 está em fase de implantação.</p>
<p>Brasília, 26 de março de 2013.</p>
<p><u>Antonio Siqueira Assreuy</u> <u>102.062.641/00</u></p>
<p><u>Coordenador-Geral de Administração e Finanças</u> <u>Ceplac-Diret</u></p>



QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, JUVENAL MAYNART CUNHA CPF nº 293.733.525-04 (Superintendente de Desenvolvimento da Região Cacaueira no Estado da BAHIA), exercido nas Unidades Gestoras, 130122, 130132 e 130133, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por estas Unidades estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 25 de março de 2014.

JUVENAL MAYNART CUNHA

293.733.525-04

Superintendente da SUEBA




QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **ELPIDIO FRANCISCO NETO** CPF nº **794.045.968-68**, (**Gerente de Desenvolvimento da Região Cacaueira no Estado do Espírito Santo**), exercido na Unidade Gestora, 130125, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por estas Unidades estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Linhares-ES, 25 de março de 2014.


ELPIDIO FRANCISCO NETO
CPF nº **794.045.968-68**
Gerente da GERES

Obs.: O contrato 05/2011, celebrado com a empresa SVA Segurança e Vigilância Armada Ltda. não está incluso no SIASG/SICONV, por se tratar de uma Adesão a Ata.




QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **VALDENOR PONTES CARDOSO** CPF nº **037.832.192-72**, (**Gerente Regional da CEPLAC no Amazonas**), exercido na Unidade Gestora 130127, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por estas Unidades estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de **Administração** de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 25 de março de 2014.


VALDENOR PONTES CARDOSO

037.832.192-72

Gerente Regional da GERAM



QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, CACILDO VIANA DA SILVA CPF nº 328.005.411-72, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Região Cacaueira no Estado de Rondônia, exercido nas Unidades Gestoras, 130128 e 137043, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por estas Unidades estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de **Administração** de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Velho(RO), 25 de março de 2014.

CACILDO VIANA DA SILVA

328.005.411-72

Superintendente da SUERO



QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, JAY WALLACE DA SILVA E MOTA CPF nº 109.788.952-15, (Superintendente de Desenvolvimento da Região Cacaueira no Estado do PARA), exercido nas Unidades Gestoras, 130031, 130126, 130134, 130135 e 130136, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por estas Unidades estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 25 de março de 2014.


JAY WALLACE DA SILVA E MOTA

293.733.525-04

Superintendente da SUEPA



10 Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

- CANAIS DE ACESSO

A CEPLAC disponibiliza e mantém sistema de interlocução com a sociedade por meio do canal do “fale conosco”, à disposição no site www.ceplac.gov.br e também “CENEX responde”, que tem como unidade de contato os escritórios locais espalhados pelos territórios abrangidos pelas ações do serviço de extensão nos estados.

- MECANISMO PARA MEDIR A SATISFAÇÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS

Indicadores e ferramentas descritas no PE institucional.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.



11.1 Medidas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Não há ocorrência pra registro

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAV. CACAUEIRA – CEPLAC/PA			130031
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC n°	006624/T-8

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSAO EXECUTIVA DO PLANO DA LAV CACAUEIRA – CEPLAC/ES			130125
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC n°	006624/T-8



DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSAO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC/AM			130127
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC n°	006624/T-8

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSAO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC/RO			130128
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC n°	006624/T-8

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSAO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC/MT			130129
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC n°	006624/T-8



DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSAO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC/BA			130133
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSAO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC/PA			130134
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSAO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC/PA			130135
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSAO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC/PA			130136
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC n°	006624/T-8

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
FUNDO GERAL DO CACAU – FUNGECAU/DF			137003
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC n°	006624/T-8

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSAO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC/ARIQUEMES/RO			137043
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC n°	006624/T-8



11.2.2 Declaração com Ressalva

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO ECEC. DO PLANO DA LAV.CACAUEIRA – CEPLAC/DF			130010
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) – Saldo Along/Indevido contas trans. At. Não Circulante-Imobiliariob) – Saldo Contábil Bens Moveis não confere c/RMBc) – Utilização Inadequada de Eventos/Situação CPR <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC n°	006624/T-8

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAV. CACAUEIRA – CEPLAC/BA			130122
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) – Convênios a Comprovar com Data Expirada;b) – Convênios a Aprovar com Data Expirada;c) – Convênios a Liberar com Data Expirada. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC n°	006624/T-8

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAV. CACAUEIRA – CEPLAC/BA			130126
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) – Saldo Along/Indev Contas Transitórias Ativo Não Circulante Imobiliário. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC n°	006624/T-8



DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação completa (UJ)		Código da UG	
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAV. CACAUEIRA – CEPLAC/BA		130132	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) – Saldo Along/Indev Contas Transitórias Ativo Não Circulante Imobiliário.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não há ocorrência para registro.

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Não há ocorrência para registro.

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

Não há ocorrência para registro.

11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Não há ocorrência para registro.

11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

Não há ocorrência para registro.

11.6 Relatório de Auditoria Independente

Não há ocorrência para registro.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.



12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorrente de esforço junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a Ceplac passou a contar com Regimento Interno, fruto de estudos e proposições, com algumas ferramentas de melhoria da conformidade institucional e da governança, considerando o modelo descentralizado utilizado.

Considerada a estrutura existente, persiste a necessidade crescente e de há muito registrada de reposição de pessoas, em especial de profissionais com especialidade nas áreas de atuação da CEPLAC, reposição esta que demandará um tempo para a sucessão dos conhecimentos técnicos, científicos e de gestão desta instituição de ciência e tecnologia, com a tradição de 57 anos em inovação e assistência técnica das regiões cacaueiras.

De igual importância, o modelo de definição e aprovação do orçamento afeta de maneira importante a governabilidade necessária ao órgão.

A exemplo do exercício anterior, a instituição finaliza o período em questão sob a grave ameaça de perda irreversível de sua capacidade de cumprir sua função social pelo envelhecimento de seus quadros, não renovados há 27 anos.

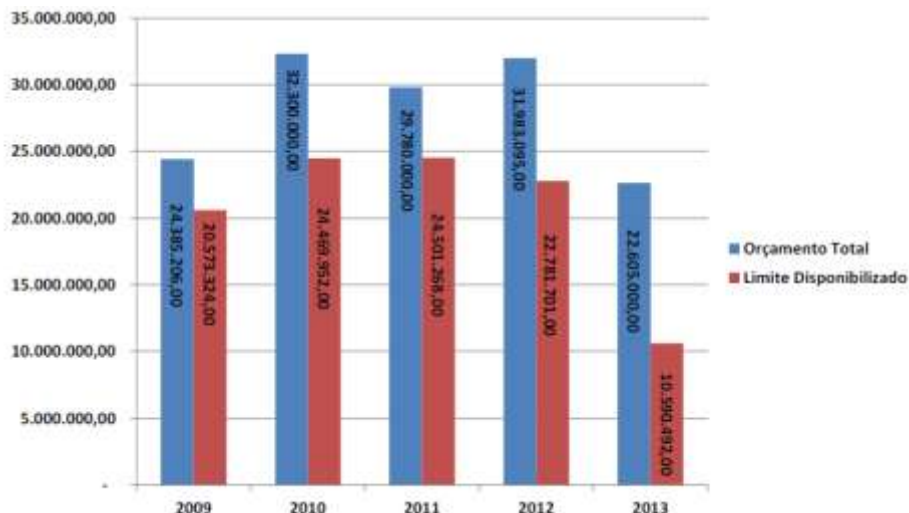
Por outro lado os indícios de superação de um dos mais impactantes problemas fitossanitários da história brasileira através da inovação tecnológica, em especial do melhoramento vegetal e das recomendações de boas práticas de produção articulada com um engajado e competente serviço de assistência técnica e extensão rural que organiza a base social produtiva em torno, especialmente da diversificação agroflorestal, da educação de adultos e da sucessão geracional no meio rural das regiões cacaueiras.

Helinton José Rocha
Diretor Geral



13 ANEXOS

Gráfico 01



Quadro 01

PO	META	REALIZADO	%
DIFUTEC 13	60.000	5.0912	84,85
GERACACAU 13	100	123	123,00
VB 13	550.000	550.000	100,00
DESAGROEN 13	13.000	6.672	51,32
COORCACAU 13	07	07	100,00
RACPEC 13	03	0	0,00

ARTIGOS COMPLETOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS

Autoria

ARAÚJO, Q. R.; LOUREIRO, G.A.H.A; SANTANA, S. O.; BALIGAR, V.. Soil Classification and Carbon Storage in Cacao Agroforestry Farming Systems of Bahia, Brazil. Journal of Sustainable Forestry, v. 32, p. 625-647, 2013.

ARAÚJO, Q. R.; GATTWARD, J.N.; ALMOOSAWI, S.; SILVA, M.G. C. P. da; DANTAS, P.A.S.; ARAÚJO JÚNIOR, Q.R.. Cacao and Human Health: from Head to Foot A Review. Critical Reviews in Food Science and Nutrition, 2013.



CHEPOTE, R. E., SODRÉ, G. A., REIS, E. L., PACHECO, R. G., MARROCOS, P. C. L., VALLE, R. R. M. Recomendações de Corretivos e Fertilizantes na Cultura do Cacaueiro no Sul da Bahia 3ª aproximação. Centro de Pesquisas do Cacau. Boletim Técnico. , v.1, p.7 - 43, 2013.

LEITE, J.B.V., MARTINS, A.B.G, SODRÉ, G. A., SACRAMENTO, C. K. Época de coleta e reguladores de crescimento no enraizamento de estacas de clones de cacaueiro. Agrotrópica (Itabuna). , v.25, p.45 - 52, 2013.

MAGALHAES, D. M. A.; LUZ, E. D. M. N.; MAGALHÃES, A.F.; SANTOS, M. V. O. dos; BEZERRA, J. L. Fungos Conidiais em plantas endêmicas da Mata Atlântica: Novos registros para a Bahia. Agrotrópica (Itabuna), v. 25, p. 109-116, 2013.

MOURA, J. I. L.; CIVIDANES, F. J.; SANTOS, L. P.; PIRES, J. L.; LIMA, E. R. INFLUÊNCIA DAS FRAGRÂNCIAS FLORAIS DO HÍBRIDO (CAIAUÉ X DENDEZEIRO) NA VISITAÇÃO DOS POLINIZADORES. Agrotrópica 25(2): 2013. Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, Bahia, Brasil.

MOURA, J. I. L.; CIVIDANES, F. J.; SANTOS, L. P.; PIRES, J.L.; LIMA, E. R. Influência das fragrâncias florais do híbrido (caiaué x dendezeiro) na visitação dos polinizadores. Agrotrópica (Itabuna), v. 25, p. 97-102, 2013

MOURA, J. I. L.; LINDOLFO PEREIRA DOS SANTOS, MARIA APARECIDA LEÃO BITTENCOURT E CRISTIANE KRUG. Preferência do bicudo-das-palmeiras por dendezeiro, caiaué e por seu híbrido interespecífico. Pesq. agropec. bras., Brasília, v.48, n.4, p.454-456, abr. 2013.

MOURA, J. I. L.; MARIVAL LOPES DE OLIVEIRA, EDNA DORA MARTINS NEWMAN LUZ, STELA DALVA VIEIRA MIDLEJ SILVA, RODRIGO SANTOS SOUZA. WEEVIL ASSOCIATED TO GUMMOSIS IN OIL PALM. (*Elaeis guineensis*) IN BRAZIL Revista de Agricultura. V.88. n.2, p. 87-89, 2013.

REIS, E. L., SODRÉ, G. A., SILVA, M.G.P.C, NETO, M.A. Avaliação de substratos na formação de mudas de pupunheira. Agrotrópica (Itabuna). , v.25, p.61 - 64, 2013.

REIS, EDSON LOPES, SODRE, G. A., SILVA, MARIA DAS GRAÇAS C. PARADA COSTA, ABOBORERIA NETO, M. Avaliação de substratos na formação de mudas de pupunheira (Bactris. Agrotrópica (Itabuna), v.25, p.61 - 64, 2013.

SODRÉ, G. A. Formação de Mudas de Cacaueiro onde nasce a boa cacauicultura. Centro de Pesquisas do Cacau. Boletim Técnico. , v.202, p.09 - 47, 2013.

YAMADA, M. M.; LOPES, U. V.; PIRES, J. L.; Santos, R.F. Identificação dos alelos de compatibilidade em clones da família Parinari de cacau. Agrotrópica (Itabuna), v. 25, p. 1-5, 2013.

YAMADA, M. M.; MONTEIRO, Wilson R ; LOPES, U. V. ; PIRES, J. L. ; BARTLEY, Basil G D ; Santos, R.F. . Determination of incompatibility alleles of Scavina 6 (*Theobroma cacao* L.) clone in farm selections.. Agrotrópica (Itabuna), v. 25, p. 93-96, 2013.

YAMADA, M. M.; PIRES, J. L.; FALEIRO, Fábio G.; LOPES, U. V.; MACEDO, Mariosvaldo Moraes . Agronomic performance of 27 cocoa progenies and plant selection based on productivity, selfcompatibility and disease resistance. Revista Ceres, v. 60, p. 514-518, 2013.



Coautoria

AQUINO, R.S.S.; SILVEIRA, S.S.; PESSOA, W.F.B.; RODRIGUES, A.; ANDRIOLI, J.L.; DELABIE, J.H.C.; FONTANA, R. 2013. Filamentous fungi vectored by ants (Hymenoptera: Formicidae) in a public hospital of northeastern Brazil. *Journal of Hospital Infection* 83: 200-204. doi: 10.1016/j.jhin.2012.11.022.

BAHIA, R. C. S.; CORRÊA, R. X.; SANTOS, R. C.; MACHADO, R. C. R.; LUZ, E. D. M. N.; ARAUJO, I. S. ; AHNERT, D. Inheritance of the number of ovules per ovary and selection of cacao genotypes. *American Journal of Plant Sciences*, v. 4, p. 1387-1392, 2013.

BARROS, L.A.C.; AGUIAR; H.J.A.C.; MARIANO, C.S.F. & DELABIE, J.H.C. & POMPOLO, S.G. 2013. Cytogenetic characterization of the ant *Trachymyrmex fuscus* Emery, 1934 (Formicidae: Myrmicinae: Attini) with the description of a chromosomal polymorphism. *Annales de la Société Entomologique de France*, no prelo.

BOSCARDIN, J.; COSTA, E.C.; DELABIE, J.H.C. & GARLET, J. 2013. Efeito do fogo sobre a riqueza de formigas (Hymenoptera: Formicidae) associadas à *Pinus elliottii* Engelm. no sul do Brasil. *Ciência Florestal*, no prelo.

CARVALHO, M., MACHADO, R. C. R., AHNERT, D., SODRÉ, G. A., SACRAMENTO, C. K. Avaliação da composição e distribuição mineral em componentes foliares de paricá (*Schizolobium amazonicum* Huber ex Ducke). *Agrotrópica (Itabuna)*, v.25, p.53 - 60, 2013.

CELINI, L.; ROY, V.; DELABIE, J.; CAQUINEAU, S.; QUESTEL, K. & MORA, P. 2013. Premiers signalements de *Cyphomyrmex minutus* Mayr, 1862 à Saint-Barthélemy, Petites Antilles, et au Mexique (Hymenoptera, Formicidae, Attini). *Bulletin de la Société Entomologique de France*, 118(3): 393-398.

CERQUEIRA, K. A.; LUZ, E. D. M. N.; MAGALHAES, D. M. A.; BEZERRA, J. L. Fungos endofíticos em plantas ornamentais tropicais na Bahia. *Agrotrópica (Itabuna)*, 2013.

DIAS, N.S.; ZANETTI, R.; SANTOS, M.S.; PEÑAFLORES, M.F.V.; BROGLIO, S.M.F.; DELABIE, J.H.C. 2013. Impact of coffee agriculture and pasture on predatory and omnivorous leaf-litter ants. *Journal of Insect Science* 13:29. Available online: <http://www.insectscience.org/13.29>

EFRAIM, PRISCILLA ; PIRES, JOSÉ LUIS; GARCIA, ALINE DE OLIVEIRA; GRIMALDI, RENATO; LUCCAS, VALDECIR; PEZOA-GARCIA, NELSON H. Characteristics of cocoa butter and chocolates obtained from cocoa varieties grown in Bahia, Brazil. *European Food Research & Technology (Print)*, v. 237, p. 419-428, 2013.

FIGUEIRÊDO, G.R.G, VILASBOAS, F.S., OLIVEIRA, S.J.R., SODRÉ, G. A., SACRAMENTO, C. K. Propagação da gravioleira por miniestaquia. *Revista Brasileira de Fruticultura (Impresso)*, v.35, p.860 - 865, 2013.

FIGUEIREDO, G.S.F.; MELO, C.A.F. ; SOUZA, M.M. ; ARAÚJO, I.S. ; ZAIDAN, H. A. ; Zaidan, H.A. ; PIRES, J. L. ; AHNERT, D. . Karyotype variation in cultivars and spontaneous cocoa mutants (*Theobroma cacao* L.). *Genetics and Molecular Research*, v. 12, p. 4667-4677, 2013.



GRAMACHO, KARINA P., MILLER, THOMAS, SCHMIDT, ROBERT Comparative Histopathology of Host Reaction Types in Slash Pine Resistant to *Cronartium quercuum* f. sp. fusiforme. *Forests.* , v.4, p.319 - 328, 2013.

GRAMACHO, KARINA, SCHMIDT, ROBERT, MILLER, THOMAS Stability of Slash Pine Families with Major Gene and Partial Resistance to Single-Gall and Mixed-Gall Inocula of *Cronartium quercuum* fusiforme in Greenhouse Studies. *Forests.* , v.4, p.488 - 499, 2013.

GROC, S., DELABIE, J.H.C., FERNÁNDEZ, F., LEPONCE, M., ORIVEL, J., SILVESTRE, R., VASCONCELOS, H.L. & DEJEAN, A. 2013. Leaf-litter ant communities (Hymenoptera: Formicidae) in a pristine Guianese rainforest: stable functional structure versus high species turnover. *Myrmecological News* 19: 43-51. + supplementary material

LEITE, G.A.; PINHEIRO, R.T.; MARCELINO, D.G.; FIGUEIRA J.E.C.; DELABIE, J.H.C. 2013. Foraging behavior of Kaempfer's woodpecker (*Celeus obrieni*), a bamboo specialist (comportamiento de forrajeo de *Celeus obrieni*, un especialista de bambú). *The Condor* 115 (2): 221-229.

LEITE, HIANNA ALMEIDA CÂMARA, SILVA, ANDERSON BARBOSA, GOMES, FÁBIO PINTO, GRAMACHO, KARINA P., FARIA, JOSÉ CLÁUDIO, SOUZA, JORGE TEODORO, LOGUERCIO, LEANDRO LOPES *Bacillus subtilis* and *Enterobacter cloacae* endophytes from healthy *Theobroma cacao* L. trees can systemically colonize seedlings and promote growth. *Applied Microbiology and Biotechnology.* , v.97, p.2639 - 2651, 2013.

LIMA, E. M.; PEREIRA, Norma Eliane; Pires, J.L.; MAGALHAES, A. M. ; XAVIER, Ronan Corrêa . Genetic molecular diversity, production and resistance to witches broom in cacao clones from Itagibá, BA. *Crop Breeding and Applied Biotechnology* (Impresso), v. 13, p. 127-135, 2013.

LISBOA, J.T.; GUERREIRO COUTO, E.C.G.; SANTOS, P.P.; DELABIE, J.H.C. & ARAUJO, P.B. 2013. Terrestrial isopods (Crustacea: Isopoda: Oniscidea) in termite nests (Blattodea: Termitidae) in a cocoa plantation in Brazil. *Biota Neotropica* 13(3): 393-397.

MARIANO, C.S.F. & DELABIE, J.H.C. 2013. Le caryotype de la fourmi néotropicale *Basiceros convexiceps* (Mayr, 1887) (Hymenoptera, Formicidae, Myrmicinae). *Bulletin de la Société Entomologique de France*, 118 (1): 105-109.

MARTINS, L.C.B.; DELABIE, J.H.C.; ZANUNCIO, J.C.; SERRÃO, J.E.. 2013. Post-embryonic development of intramandibular glands in *Pachycondyla verena* (Forel) (Hymenoptera: Formicidae) workers. *Sociobiology* 60 (2): 154-161.

MOURA, J. I. L.; OLIVEIRA, M. L.; LUZ, E. D. M. N.; SILVA, S. D V M.; SANTOS, R. S. Weevil associated to gummosis in oil palm (*Elais guineensis* Jacq.) in Brazil. *Revista de Agricultura* (Piracicaba), v. 88, p. 87-89, 2013.

NEVES, F.S.; QUEIROS-DANTAS, K.S.; DA ROCHA, W. D. ; DELABIE, J.H.C. 2013. Ants of three adjacent habitats of a transition region between the cerrado and caatinga biomes: the effects of heterogeneity and variation in canopy cover. *Neotropical Entomology* 42: 258-268 + 3pp online suppl. mat.

PEREIRA, M.C.; DELABIE, J.H.C.; SÚAREZ, Y.R. & ANTONIALI JUNIOR, W.F. 2013. Spatial



connectivity of aquatic macrophytes and flood cycle influence species richness of an ant community of a Brazilian floodplain. *Sociobiology* 60(1): 41-49.

PIROVANI, C. P., CAMILLO, LUCIANA RODRIGUES, FILADELFO, CIRO RIBEIRO, MONZANI, Paulo Sérgio, GRAMACHO, K. P., CORRÊA, RONAN XAVIER, MICHELI, Fabienne, Pirovani, Carlos Priminho Tc-cAPX, a cytosolic ascorbate peroxidase of *Theobroma cacao* L. engaged in the interaction with *Moniliophthora perniciosa*, the causing agent of witches' broom disease. *Plant Physiology and Biochemistry* (Paris). , v.73, p.254 - 265, 2013.

RESENDE, J.J.; PEIXOTO, P.E.C.; SILVA, E.N.; DELABIE, J.H.C.; SANTOS, G.M.M. 2013. Arboreal ant assemblages respond differently to food source and vegetation physiognomies: a study in the Brazilian Atlantic Rain Forest. *Sociobiology* 60 (2): 174-182. doi: 10.13102/sociobiology.v60i2.174-182

RIBEIRO, S.P.; ESPÍRITO SANTO, N.B.; DELABIE, J.H.C. & MAJER, J.D. 2013. Competition, resources and the ant (Hymenoptera: Formicidae) mosaic: a comparison of upper and lower canopy. *Myrmecological News* 18: 113-120.

SANTANA, F.D.; CAZETTA, E. & DELABIE, J.H.C. 2013. Interactions between ants and non-myrmecochorous diaspores in a tropical wet forest in southern Bahia, Brazil. *Journal of Tropical Ecology*, 21(1): 71-80.

SANTOS CARVALHO, HELIANA ARGÔLO, RIBEIRO, LIDIANE FIGUEREDO, Pirovani, Carlos Priminho, GRAMACHO, K. P., PIROVANI, C. P., MICHELI, Fabienne Activity of polygalacturonases from *Moniliophthora perniciosa* depends on fungus culture conditions and is enhanced by *Theobroma cacao* extracts. *Physiological and Molecular Plant Pathology*. , v.83, p.40 - 50, 2013.

SANTOS, M.V. O. DOS; ARAUJO, D. C. S.; MAGALHAES, D. M. A.; SILVA, S. D V M.; PAIM, M. C. A.; LUZ, E. D. M. N. *Phytophthora cinnamomi* na rizosfera de cultivos agrícolas no Sul da Bahia. *Summa Phytopathologica* (Impresso), 2013.

SANTOS, M.V. O. DOS; MAGALHAES, D. M. A.; CERQUEIRA, A. de O.; GRAMACHO, K. P.; LUZ, E. D. M. N. Novos cultivos agrícolas hospedeiros de *Phytophthora nicotianae*. *Summa Phytopathologica* (Impresso), v. 39, p. 144-144, 2013.

SANTOS, R. M. F., SILVA, S. D. V. M., SENA, KALEANDRA, MICHELI, F. F. L., GRAMACHO, KARINA P. Kinetics and Histopathology of the Cacao-Ceratocystis cacaofunesta Interaction. *Tropical Plant Biology* (Online). , v.6, p.37 - 45, 2013.

SANTOS, ROGÉRIO MERCÊS FERREIRA, CLEMENT, DIDIER, LEMOS, LÍVIA SANTOS LIMA, LEGRAVRE, THIERRY, LANAUD, CLAIRE, SCHNELL, RAYMOND J., PIRES, JOSE LUIS, PIRES, J. L., LOPES, UILSON VANDERLEI, GRAMACHO, K. P., MICHELI, FABIENNE Identification, characterization and mapping of EST-derived SSRs from the cacao-Ceratocystis cacaofunesta interaction. *Tree Genetics & Genomes* (Print). , v.9, p.117 - 127, 2013.

SANTOS, T.R.; LUZ, E. D. M. N. Mamão: ataque simulado. *Cultivar HF* (Pelotas), v. 78, p. 08-09, 2013.

SILVA, F.H.O.; DELABIE, J.H.C.; SANTOS, G.B.; MEURER, E.; MARQUES, M.I. 2013. Mini-Winkler extractor and pitfall trap as complementary methods to sample Formicidae. *Neotropical Entomology*, 42 (4): 351-358. doi:10.1007/s13744-013-0131-7.



SOARES, S.A.; SUAREZ, Y.R.; FERNANDES, W.D.; TENÓRIO, P.M.S. ; DELABIE, J.H.C. & ANTONIALLI-JUNIOR, W.F. 2013. Temporal variation in the composition of ant assemblages (Hymenoptera, Formicidae) on trees in the Pantanal floodplain, Mato Grosso do Sul, Brazil. *Revista Brasileira de Entomologia*, 57(1): 84-90.

SOUSA, I.D.; MARINHO, C.G.S.; LIMA, A.S.; DE MELO, B.A.; OLIVEIRA, M.A. & DELABIE, J.H.C. 2013. Diversidade de formigas (Hymenoptera: Formicidae) epigéias na mesorregião do sertão paraibano. *Revista Brasileira de Zoociências*, 15 (1): no prelo.

SOUZA, H.J. & DELABIE, J.H.C. 2013. Modélisation de la distribution géographique de la fourmi *Basiceros scambognathus* (Brown, 1949) dans la région néotropicale (Hymenoptera, Formicidae, - Myrmicinae). *Bulletin de la Société Entomologique de France*, 118 (1): 7-13.

CONGRESSOS, SIMPÓSIOS, SIMILARES

Autoria

ARAÚJO, A. C. ; VIRGENS FILHO, A. C. ; MIDDLEJ, Rosalina Ramos ; ARAUJO, L. V. . Estudo da sazonalidade dos preços da borracha natural no Estado da Bahia. In: III Congresso Brasileiro de Heveicultura, 2013, Guarapari. A busca da autossuficiência na produção da borracha natural no Brasil. Vitória: Cedagro, 2013.

ARAÚJO, A. C.; ARAUJO, L. V.; KHAN, A. S.; MIDDLEJ, Rosalina Ramos; SANTOS, G. B. M.. Nível de adoção tecnológica na cultura do maracujá na Mesorregião Sul Baiano. In: 51 Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Economia Rural, 2013, Belém. Novas fronteiras da agropecuária no Brasil e na amazônia. Brasília: Sober, 2013.

DELABIE, J.H.C.; SANTOS, R.J.; CARMO, A.F.R.; MATOS, I.S.; STRENZEL, G.M.R.; MARIANO, C.S.F. 2013. Regional diversity and resource use in the ant genus *Pachycondyla* in southeastern Bahia, Brazil (Hymenoptera; Formicidae: Ponerinae). Abstract, 5th Central European Workshop of Myrmecology, Innsbruck, Áustria, p.72.

LUZ, E. D. M. N.; GONCALVES, G. D.; PAIM, M. C. A.; CLEMENT, D. Segregação para resistência a *Phytophthora citrophthora* em cacauero F2 do cruzamento SCA6 X ICS1. In: 46º Congresso Brasileiro de Fitopatologia, 2013, Ouro Preto - MG. Tropical Plant Pathology. Lavras - MG: Sociedade Brasileira de Fitopatologia, 2013.

LUZ, E. D. M. N.; MAGALHAES, D. M. A.; PIMENTA NETO, A. A.; SANTOS, M. V. O. *Phytophthora* spp. do cacauero na Bahia - um estudo de prevalência. In: 46º Congresso Brasileiro de Fitopatologia, 2013, Ouro Preto - MG. Tropical Plant Pathology. Lavras - MG: Sociedade Brasileira de Fitopatologia, 2013.

MAGALHAES, D. M. A.; BEZERRA, J. L.; LUZ, E. D. M. N.; SANTOS, M. V. O. dos; MAGALHAES, L. A. FUNGOS ANAMORFOS NA SERAPILHEIRA DE *Parinari alvimii* PRANCE, NA MATA ATLÂNTICA DO SUL DA BAHIA, NOVOS REGISTROS PARA O BRASIL. In: VII Congresso Brasileiro de Micologia, 2013, Belém. Livro de resumos do VII Congresso Brasileiro de Micologia, 2013. p. 242-242.

MAGALHAES, D. M. A.; LUZ, E. D. M. N.; LOPES, U. V.; DAMACENO, V.; MAGALHAES, A. F. Novo método para testar a patogenicidade de *Ceratocystis* spp. à diversos hospedeiros.. In: 46º Congresso



Brasileiro de Fitopatologia, 2013, Ouro Preto - MG. Tropical Plant Pathology. Lavras - MG: Sociedade Brasileira de Fitopatologia, 2013.

MAGALHAES, D. M. A.; LUZ, E. D. M. N.; LOPES, U. V.; NIELLA, A. R. R. Inoculação em disco de folhas, novo método para testar a resistência de clones de cacaueteiro à murcha-de-ceratocystis.. In: 46º Congresso Brasileiro de Fitopatologia, 2013, Ouro Preto - MG. Tropical Plant Pathology. Lavras - MG: Sociedade Brasileira de Fitopatologia, 2013.

SODRÉ, G. A., RIBEIRO, D. O., LEITE, M. S. B., BRITO, M. GONZAGA. Crescimento de mudas de cacaueteiro em solos fertilizados com extrato do fruto In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, 2013, Florianópolis. Anais do XXXIV. , 2013.

Coautoria

ALMEIDA JÚNIOR, J.G.; SANTOS, E.A.; SANTOS, J.R.M.; ALMEIDA, E.F.; NUNES, L.O. DELABIE, J.H.C. & MARIANO, C.S.F. Myriapoda associated to the nests of the basal Attini (Formicidae; Myrmicinae) in Southern Bahia, Brazil. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

ALMEIDA, E.F.; SANTOS, E.A.; SANTOS, J.R.M.; ALMEIDA JÚNIOR, J.G.; DELABIE, J.H.C. NUNES, L.O. & MARIANO, C.S.F. Fauna associated to lower attine nests in cocoa plantations in Southern Bahia, Brazil. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

ANDRIGHETTI, G., SODRÉ, G. A., RAMOS, A., LEITE, M. S. B. Resposta da aplicação de fósforo no desenvolvimento vegetativo do cacaueteiro (Theobroma cacao L) pela prática da fertirrigação In: 19 Seminário de iniciação científica - Ética e Pesquisa da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2013, Ilhéus - BA. Anais do 19 Seminário de iniciação científica da Uesc. , 2013.

ARAÚJO, E.S.; CONCEIÇÃO, E.S.; SANTOS, P.S.; NASCIMENTO, C.M.; ROCHA T.S. & DELABIE, J.H.C. Assembly of arboreal ants in forest fragments of the border with the semiarid of the wild of the Bahia State. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

BEZERRA, J. L.; SANTOS, T. R.; ARAÚJO, S. P. B.; SANTOS, M. V. O. dos; LUZ, E. D. M. N. NOVA ESPÉCIE DE Meliola (ASCOMYCOTA, FUNGI) EM. In: VII Congresso Brasileiro de Micologia, 2013, Belém. Livro de resumos do VII Congresso Brasileiro de Micologia, 2013. p. 327-327.

CARMO, A.F.R.; PASSOS, M.S.; NASCIMENTO, I.C.; DELABIE, J.H.C. & CAMPIOLO, S. Litter ant assemblages in remnants of the Atlantic rain forest of southern Bahia, Brazil. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

CARRASCOSA, V.C.; NEVES, K.C.F.; DELABIE, J.H.C.; MORENO, C.; CIANCIARUSO M.V. & FERRO V.G. Richness of arboreal ants along a heterogeneity gradient of woody vegetation at Brazilian savanna. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

CARVALHO, K.S.; NASCIMENTO, I.C.; DELABIE, J.H.C.; ZINA, J.; SOUZA, A.L.B.; KOCH, E.A.; CARNEIRO, M.A.; & SANTOS, A.S. 2013. Diversity of epigeic ants in central-south of Bahia State, Brazil. ATBC 50th Anniversary Meeting – New Frontiers in Tropical Biology; The Next 50 Years,



San Jose, Costa Rica, 2013, O41-2.

CARVALHO, L. R., FONTANA, R., COPETTI, M. V., SOUZA, S. M. M., MARROCOS, P. C. L., MAGALHAES, J. T., SODRÉ, G. A., BEZERRA, J. L. Ocorrência de fungos ocratoxigênicos e ocratoxina A em cacau In: II Workshop de Biologia e Biotecnologia de Micro-organismos: Saúde e Meio Ambiente. Anais do evento, 2013.

CARVALHO, L.S.; REUSS-STRENZEL, G.M.; POVOAS, H.S.S.; GOES, I.M.A.; NASCIMENTO, I.C. & DELABIE, J.H.C. A preliminar biogeographical assessment about the army ants situation of the genus *Eciton* (Formicidae; Ecitoninae) in Southern Bahia, Brazil. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

CONCEICAO, E.S.; CARVALHO, J.A.A.; ARAUJO, E.S.; ESTRELA, U.S.; SANTOS, P.S.; SÁ, P.T.B. & DELABIE, J.H.C. Have poneromorphs any influence on the structure of the ant assemblages in forest remnants of “Caatinga” and “Agreste” regions in the State of Bahia, Brazil? Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

COSTA, M.A.; SANTOS, I.S.; DELABIE, J.H.C.; MARIANO, C.F.; SILVA, J.G. Some advances in the genetics of Ponerinae ants of the Brazilian Atlantic Forest. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

DA ROCHA, W.D.; DELABIE, J.H.C.; RIBEIRO, S.P.; SCHROTH, G.; NEVES, F.S. & FERNANDES, G.W. Importance of agroforestry for maintaining invertebrate fauna, particularly ants, associated with epiphytic bromeliads in South-Eastern Bahia, Brazil. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

DOS SANTOS, F. N. ; BELAZ, K. R. A. ; TATA, A. ; MAGALHAES, D. M. A. ; EBERLIN, M. N. . Characterization and discrimination of three pathogens of cacao based on protein profiles obtained by MALDI-MS. In: 5º Congresso Brasileiro de Espectrometria de Massas, 2013, Campinas. 5º Congresso Brasileiro de Espectrometria de Massas, 2013.

FERNANDES, I.O.; OLIVEIRA, M.L. & DELABIE, J.H.C. Notes on the biology of brazilian ant populations of the *Pachycondyla Foetida* species complex (Formicidae: Ponerinae). Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

FERNANDES, I.O.; OLIVEIRA, M.L. & DELABIE, J.H.C. Revision of the *Foetida* species complex, genus *Pachycondyla* Smith, 1858 (Hymenoptera: Formicidae: Ponerinae) in Brazil. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

FIDELIS C. H. V.; MAGALHÃES D. M. A.; SANTOS, F. N. DOS; EBERLIN M. N. Diagnose da murcha de *Ceratocystis* em cacau baseada nos perfis de metabólitos voláteis emitidos pelo fungo *Ceratocystis cacaofunesta*. In: 17º Encontro Anual de Química Analítica, 2013, Belo Horizonte, MG. 17º Encontro Anual de Química Analítica, 2013

FIGUEIRÊDO, R.G.G, PEREIRA, C. E., LOPES, V. C., SACRAMENTO, C. K., SODRÉ, G. A. Tolerância a dessecação e desempenho de sementes de gravioleira em diferentes substratos In: V International Congress & Brazilian Meeting about Annonaceae, 2013, Botucatu - SP. Anais do evento. , 2013.



GUIMARÃES, I.N.; DELABIE, J.H.C.; FEITOSA R.M. & MARIANO, C.S.F. Cytogenetic characterization of *Pachycondyla ferruginea* (Fr. Smith, 1858) and its position between the Neotropical *Pachycondyla* (Formicidae; Ponerini). Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

LEPONCE, M.; DELABIE, J.H.C.; DA ROCHA, W.D.; NASCIMENTO, I.C.; CARMO, A.F.R.; ORIVEL, J.; CORBARA, B.; RIBEIRO, S.; CAMPOS, R.; DIDHAM, R.; SCHMIDL, J.; BASSET, Y. & DEJEAN A.. Intensive ant biotic surveys: lessons from Ibisca-Panama and new perspectives. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

LOPES, J.; SILVA, R.A.; SILVA, V.M.; DELABIE, J.H.C.; OLIVEIRA, A.R. 2013. Ácaros (Arachnida: Acari) associados a imaturos de formigas do gênero *Pachycondyla* (Hymenoptera: Formicidae) no sudeste da Bahia, Brasil. Resumos, XIX Seminário de Iniciação Científica, UESC, Ilhéus –BA, 2013.

LOUREIRO, GAHA; ARAUJO, QR; PAMPLONA, VMS; JÚNIOR, JO. Análise Fatorial para construção de um Índice de Qualidade do Solo Químico para avaliar a fertilidade de solos cultivados com cacauzeiros no Sudeste da Bahia, Brasil. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, 2013. SBCS. Florianópolis – SC.

LOUREIRO, GAHA; ARAUJO, QR; PAMPLONA, VMS; PAIVA, AQ. Análise Fatorial para construção de um Índice de Qualidade do Solo Físico para avaliação de solos cultivados com cacauzeiros no Sudeste da Bahia, Brasil. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, 2013. SBCS. Florianópolis – SC.

LUZ, E. D. M. N.; MAGALHAES, D. M. A.; PIMENTA NETO, A. A.; SANTOS, M. V. O. *Phytophthora* spp. do cacauzeiro na Bahia - um estudo de prevalência. In: 46º Congresso Brasileiro de Fitopatologia, 2013, Ouro Preto - MG. Tropical Plant Pathology. Lavras - MG: Sociedade Brasileira de Fitopatologia, 2013.

MARIANO, C.S.F. & DELABIE, J.H.C.. “We have the same antenas, but our chromosomes seem different”: Contribution of cytogenetics in ant integrative taxonomy. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

MARIANO, C.S.F.; SANTOS, I.S.; VELASCO, Y.A.M.; GUIMARÃES, I.N.; JAHYNY, B.J.B.; DELABIE, J.H.C. 2013. Contribution of cytogenetics to the integrative taxonomy and biogeography of Neotropical Ponerinae (Hymenoptera; Formicidae). Abstract, 5th Central European Workshop of Myrmecology, Innsbruck, Áustria, p.88.

MARQUES, T.E.D.; FISCHER, K.M.; SANTOS, J.R.M.; MARIANO, C.S.F. & DELABIE, J.H.C. Preliminary assessment of the diversity of Hemiptera associated with the mosaic of dominant ants in a cacao plantation. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

MELO, T.S.; PERES, M.C.L. & DELABIE, J.H.C. Effect of urban gradient on an assemblage of ants (Hymenoptera: Formicidae) in the metropolitan region of Salvador, Brazil. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

MELO, T.S.; PERES, M.C.L. & DELABIE, J.H.C. Effect of urban habitats on ant assemblage (Hymenoptera: Formicidae) in Salvador, Brazil. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.



MENDONÇA-LOPES, J.; VELOSO, D.C.; SILVA, V.M.; SANTOS, R.J.; MARIANO, C.S.F.; DELABIE, J.H.C.; OLIVEIRA, A.R. 2013. Ácaros (Arachnida: Acari) associados a formigas do gênero *Pachycondyla* (Hymenoptera: Formicidae) no sudeste da Bahia. Resumos, IV Simpósio Brasileiro de Acarologia [IV SIBAC], Bento Gonçalves –RS, 2013.

MIRANDA, P.N.; BACCARO, F.B.; MORATO, E.F.; OLIVEIRA, M.A. & DELABIE, J.H.C.. Effect of low-intensity forest management on grounddwelling and vegetation ant assemblages in the state of Acre. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

PEREIRA, T.P.L.; DELABIE, J.H.C. & BRAVO, F.R. Specificity in the association of *Pseudacteon* Coquillet (Diptera, Phoridae) to the fire ant *Solenopsis geminata* group (Hymenoptera, Formicidae). Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

PESSOA, W.F.B.; SILVA, L.C.C.; DIAS, L.O.; SANTOS, E.O.; DELABIE, J.H.C.; COSTA, H.; ROMANO, C.C. 2013. Características bioquímicas e influência sobre o crescimento microbiano da peçonha de *Pachycondyla villosa*. II Workshop em Biologia e Biotecnologia de Micro-organismos: Saúde e Meio Ambiente, UESC, Ilhéus-BA, 2013.

RAMOS, EMLS; MATOS, KEN; PAMPLONA, VMS; LOUREIRO, GAHA; ARAUJO, QR. Gráfico de Controle Multivariado T² de Hotelling para avaliação de atributos físicos de um Latossolo Amarelo Distrófico cultivado com açaizeiros no Nordeste do Pará, Brasil. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, 2013. SBCS. Florianópolis – SC.

RODRIGUES, C.S.; SOUZA, A.S.; CARNEIRO, M.A.F.; DELABIE, J.H.C.; CARVALHO, K.S. & NASCIMENTO, I.C. Poneromorph ants in the liana formation of the Brazilian Atlantic forest biome in the Boa Nova National Park, State of Bahia. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

SANTOS, A. M.; ARAÚJO, A. C.; SANTOS, G. B. M.; SANTOS, P. B. M.; ARAUJO, L. V. Mercado de cacau fino: preço, características e estratégia de diferenciação. In: 51 Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Economia Rural, 2013, Belém. Novas fronteiras da agropecuária no Brasil e na amazônia. Brasília: Sober, 2013.

SANTOS, I.S.; MARIANO, C.S.F.; DELABIE, J.H.C.; COSTA, M.A. & SILVA, J.G. Karyotype differentiation between *Dolichoderus attelaboides* and *Dolichoderus decollatus* (Hymenoptera: Formicidae) and the chromosome diversity of five other Neotropical *Dolichoderus* species. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

SANTOS, M. V. O. dos; MAGALHAES, D. M. A.; BARBOSA, F. R.; SANTOS, T. R.; LUZ, E. D. M. N.; BEZERRA, J. L. FUNGOS CONIDIAIS ASSOCIADOS AO FOLHEDO DE *Myrcia splendens* (SW.) DC. NA MATA ATLÂNTICA DO SUL DA BAHIA. In: VII Congresso Brasileiro de Micologia, 2013, Belém. Livro de resumos do VII Congresso Brasileiro de Micologia, 2013. p. 214-214.

SANTOS, M. V. O. dos; MAGALHAES, D. M. A.; BARBOSA, F. R.; SANTOS, T. R.; LUZ, E. D. M. N.; BEZERRA, J. L. FUNGOS CONIDIAIS ASSOCIADOS AO FOLHEDO DE *Myrcia splendens* (SW.) DC. NA MATA ATLÂNTICA DO SUL DA BAHIA. In: VII Congresso Brasileiro de Micologia, 2013, Belém. Livro de resumos do VII Congresso Brasileiro de Micologia, 2013. p. 214-214.



SANTOS, M.N.; DELABIE, J.H.C. & QUEIROZ, J.M. Occurrence of exotic ant species in natural and urban areas in the city of Rio de Janeiro. Anais do XXI Simpósio de Mirmecologia, an International Ant Meeting, UECE, Fortaleza, CE, sp., 2013.

SILVA, F. L. N. ; dos SANTOS, F. N. ; BELAZ, K. R. A. ; TATA, A. ; MAGALHAES, D. M. A. ; E-BERLIN, M. N. . Safe and unequivocal characterization of cacao pathogen (*Ceratocystis cacaofunesta*) based on lipid profile obtained from MALDI-TOF/MS. In: 5º Congresso Brasileiro de Espectrometria de Massas, 2013, Campinas. 5º Congresso Brasileiro de Espectrometria de Massas, 2013.

SILVA, L.C.C.; PESSOA, W.F.B.; SANTOS, E.O.; DIAS, L.O.; DELABIE, J.H.C.; COSTA, H.; FONTANA, R. 2013. II Workshop em Biologia e Biotecnologia de Micro-organismos: Saúde e Meio Ambiente, UESC, Ilhéus-BA, 2013.

SOUZA, C. da S.; RODRIGUES, E.M.; LUZ, E.D.M.N.; PEREIRA, N. E. Avaliação do crescimento micelial e esporulação de isolados de *Phytophthora capsici* Leonian em diferentes meios de cultura e frutos de pimentão. In: XIX Seminário de Iniciação Científica da UESC, 2013, Ilhéus, Bahia. Anais do XIX Seminário de Iniciação Científica da UESC. Ilhéus, Bahia: UESC, 2013. v. 1. p. 1-1.

VELASCO, Y.A.M; COSTA, M.A.; DELABIE, J.H.C.; LACAU, S. & MARIANO, C.S.F. 2013. Estudos citogenéticos de *Pachycondyla harpax* (Hymenoptera: Formicidae) no sul da Bahia. Resumos, IX Coloquio de insectos sociales IUSSEI Sección Bolivariana 2013, Cali, Colombia, p.45.

CAPÍTULO DE LIVROS

Autoria

LUZ, E. D. M. N.; MAGALHAES, D. M. A.; SANTOS, M. V. O. dos; SANTOS FILHO, L. P. Atualidades no manejo de doenças do cacaueteiro no Brasil. In: Núcleo de Estudos em Fitopatologia. (Org.). Patologia Florestal: Desafios e Perspectivas. 1ed. Lavras - MG: NEFIT - Núcleo de Estudos em Fitopatologia, 2013, v., p. 313-334.

Coautoria

SANTOS, A. F. dos; LUZ, E. D. M. N.; AUER, C. G. *Phytophthora* em espécies florestais. In: Núcleo de Estudos em Fitopatologia. (Org.). Patologia Florestal: Desafios e Perspectivas. 1ed. Lavras - MG: NEFIT - Núcleo de Estudos em Fitopatologia, 2013, v. , p. 157-167.

Fonte: CEPEC/SUEBA